



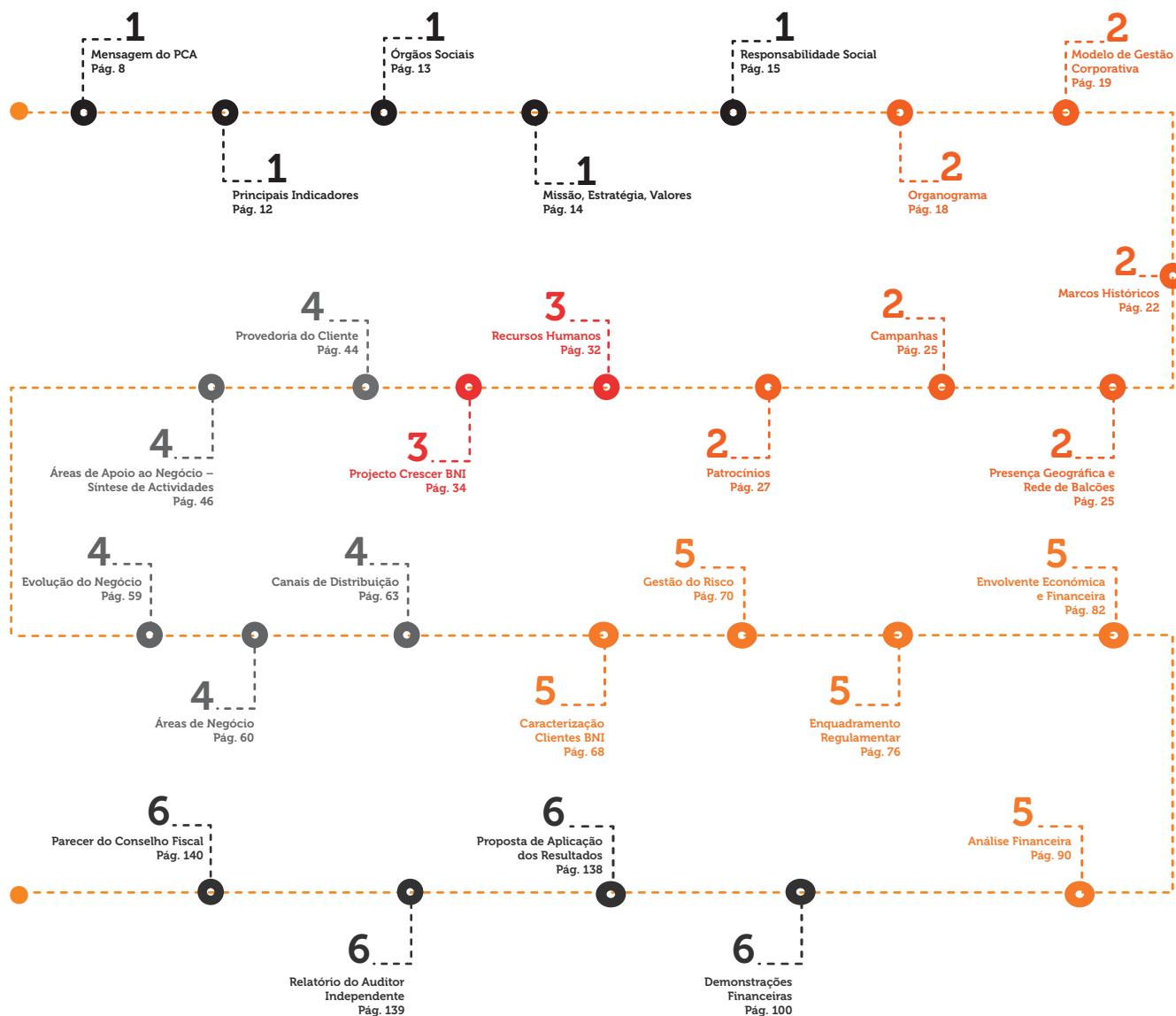


**Relatório  
& Contas**

**2015**







Banco **BNI**

Paixão  
pelo fut

## Mensagem do PCA

Mensagem do PCA





**Mário A. Palhares**  
Presidente do Conselho de Administração

### Conjuntura e sector Bancário

A redução do preço do barril de petróleo nos mercados internacionais, iniciada nos meados de 2014, teve o seu impacto profundo reflectido durante o ano de 2015, tendo originado uma crise financeira e posteriormente económica, que assola actualmente a economia Angolana. A Banca Comercial, no seu âmbito de actividade, não poderia ficar a alheia a esta situação, transversal aos demais sectores de actividade económica.

Durante o ano de 2015 as principais dificuldades enfrentadas pelo Sector Bancário estiveram maioritariamente interligadas à gestão minuciosa das operações de clientes em moeda estrangeira, comprometidas pela redução do volume de divisas disponibilizado pelo BNA aos Bancos Comerciais, com impacto sobre a rentabilidade geral do sector.

Adicionalmente, o BNA viu-se obrigado a desvalorizar a moeda nacional face à moeda estrangeira, por forma a desencorajar o consumo de divisas, tendo esta acção influenciado a actividade dos diferentes sectores, incluindo a Banca. O incumprimento na carteira de Crédito e consequente reforço do nível de Provisões dos clientes, estão igualmente entre os principais transtornos que os Bancos enfrentaram em 2015, cujo impacto se fez sentir a nível da rentabilidade.

No que toca aos principais desafios de 2016, presume-se que a gestão dos riscos, movimentos de consolidação do sector, gestão das operações cambiais, a optimização da banca digital bem como da experiência do cliente, o reconhecimento das imparidades, os impactos fiscais da adopção plena das IFRSe a implementação da contribuição especial sobre as operações bancárias, estarão entre os principais desafios transversais ao sector.

### O BNI

O ano de 2015 corresponde ao nosso 9º exercício em actividade, marcado pelo ajuste da estratégia e da estrutura orgânica do Banco, face à nova realidade da economia Angolana, assim como pelas novas imposições emanadas da entidade reguladora do sector financeiro.

Uma vez mais, as pessoas estiveram no cerne das nossas prioridades. Os nossos Clientes são o nosso maior Activo, como tal, a nossa prioridade durante 2015 foi responder às suas preocupações. Neste âmbito, procedemos à reestruturações das nossas Unidades orgânicas, à revisão de processos e procedimentos, à criação de novos Comités com plenos poderes de decisão, de entre outras reformas estruturais, as quais acreditamos terem ido de encontro ao objectivo preconizado.

Um total de 749 colaboradores, alocados em 91 pontos de atendimento, distribuídos por 14 Províncias do País, dedicaram-se diariamente a dar a melhor resposta às necessidades de 209.592 Clientes.

Com Fundos Próprios Regulamentares de AKZ 22.336.719 milhares, um Activo Líquido de AKZ 234.295.886 milhares, uma carteira de Depósitos de Clientes de AKZ 154.219.337 milhares, aos quais concedemos um montante de AKZ 92.398.923 milhares de Crédito Bruto, o BNI atingiu um Resultado Líquido de 1.247.014 milhares e está entre os 100 maiores Bancos de África, segundo um estudo da conceituada revista "African Business", realizado em 2015, um feito que foi por nós alcançado em menos de uma década.

A nível do cumprimento das normas prudenciais e regulamentares, o rigor que nos caracteriza, permitiu-nos o cumprimento escrupuloso da legislação emanada pelo BNA. No ano de 2015, debruçámo-nos sobre a implementação integral dos Avisos nº 1 e 2 de 2013, tendo tal facto permitido a evolução dos nossos sistemas de controlo interno, assim como uma melhor mitigação dos riscos.

Uma vez que o BNI foi indicado pelo BNA, entre o grupo de Instituições que deveriam adoptar as normas de relato financeiro IFRS/IAS no ano de 2016, os

nossos esforços sobre os processos interligados ao referido tema, estiveram igualmente entre as nossas prioridades, resultando no cumprimento integral do cronograma de actividades estabelecido pela referida Instituição.

A gestão orientada para o cumprimento dos objectivos, o acompanhamento minucioso dos custos, a aposta no enriquecimento do conhecimento dos nossos Colaboradores, a oferta de produtos e serviços inovadores, o fomento da eficiência operacional e a procura por parcerias sólidas, estiveram igualmente entre os nossos gestos diários e permitiram a manutenção da nossa posição no mercado, apesar das fortes adversidades económicas vividas no País. Aos nossos Clientes, Colaboradores, Accionistas e Conselho de Administração, o meu profundo agradecimento pela aposta, pois sem qualquer um de vós, não seríamos a Instituição que somos.



**1**

## Introdução

| Principais Indicadores

| Órgãos Sociais

| Missão, Estratégia, Valores

| Responsabilidade Social



# Principais Indicadores

	2015		2014	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Activo Líquido	234 295 886	1 731 484	202 093 137	1 964 682
Activo Líquido Ponderado	169 495 841	1 252 602	161 470 889	1 569 766
Fundos Próprios	23 031 698	170 207	19 940 984	193 859
Fundos Próprios Regulamentares (1)	22 336 719	165 072	19 302 883	188 200
Crédito Total	92 398 923	682 859	88 444 953	859 833
Recursos Totais (2)	162 782 650	1 202 990	162 322 834	1 578 049
Margem Financeira	9 840 257	81 293	6 545 513	66 377
Resultado de operações cambiais	1 680 267	13 881	4 311 565	43 723
Resultado da prestação de serviços financeiros	2 381 396	19 673	3 304 498	33 510
Resultado da Intermediação Financeira	9 971 629	83 378	8 343 628	84 611
Custos de Estrutura	8 716 434	72 009	8 170 167	82 852
Cash Flow	6 400 652	52 877	7 128 432	72 288
Resultado Líquido do Exercício	1 247 014	10 302	1 296 479	13 147

	2015	2014
Rentabilidade do Activo Total (ROA)	0,53%	0,64%
Rentabilidade dos Fundos Próprios (ROE)	5,58%	6,72%
Cost-To-Income	59,96%	53,45%
Rácio de Solvabilidade	12%	11%
Crédito Vencido/Crédito Total	6,07%	3,53%
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões	152,06%	193,76%
Cobertura do Crédito Total por Provisões	9,24%	6,84%
Custo do Risco	4,32%	6,39%
Rácio de Transformação (3)	66,28%	59,12%
Nº de Colaboradores	749	779
Nº de Centros de Negócios	7	7
Nº de Agências	52	47
Nº de Postos	32	31
Nº de Clientes	209 592	179 083

(1) Fundos Próprios calculados de acordo com o instrutivo nº3/11 de 8 de Junho do BNA;

(2) Rubrica composta por Recursos de clientes, Instituições, Responsabilidade por títulos e Recursos de outras entidades;

(3) Rácio de Transformação inclui Depósitos de Clientes e outras Captações.

# Órgãos Sociais

## Órgãos Sociais

### • Mesa da Assembleia-Geral

- Presidente: João de Matos
- Vice-Presidente: Mário Dias

### • Conselho Fiscal

- Presidente: Luís Manuel Neves
- Vogal: Licínio de Assis
- Vogal: Dina Maria Leote de Oliveira

### • Conselho de Administração

- Presidente: Mário A. Palhares
- Vice-Presidente: José Boyol
- Administrador: Sandro Africano
- Administradora: Lara Boyol
- Administrador: Pedro Palhares
- Administrador: Bruno Inglês
- Administrador: Almerindo Fonseca

### • Auditores

- PwC - PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda

## Missão, Estratégia, Valores

### A Missão do BNI

Somos um Banco de referência em Angola. Temos um profundo conhecimento do sector financeiro e dos mercados em que actuamos. Criamos valor para os nossos Clientes, Parceiros, Accionistas e Colaboradores, através da oferta de Produtos e Serviços inovadores, guiando-nos por elevados padrões de conduta e princípios corporativos de transparência e rigor.

### A Visão do BNI

Projectamos ser um modelo de sustentabilidade financeira, de eficiência operacional e de imagem, no mercado nacional e internacional.

Pretendemos contribuir para o sucesso das iniciativas dos nossos Clientes, Accionistas e Colaboradores, oferecendo soluções inovadoras e competitivas. Expandimos a nossa actuação para novos segmentos de negócio, estabelecendo parcerias sólidas.

### Os Valores do BNI

**Enfoque no Cliente** – Criamos produtos centrados nas necessidades dos nossos Clientes, demonstrando total empenho em exceder as suas expectativas, garantindo a sua satisfação e buscando a sua fidelização.

**Confiança** – Os nossos Clientes são o activo mais importante. Desenvolvemos relações de futuro baseadas na confiança, na sustentabilidade empresarial, no sigilo e na transparência.

**Rigor** – Actuamos com ética, consciência, responsabilidade e profissionalismo.

**Inovação** – Estamos vocacionados para a inovação, persistindo na criação de novas ferramentas, metodologias, produtos e serviços que nos coloquem na vanguarda do mercado financeiro angolano e internacional.

**Trabalho de Equipa** – Respeitamos as pessoas. Partilhamos a responsabilidade de melhorar o nosso desempenho de forma a alcançar os objectivos definidos, para o sucesso de todos.

## Responsabilidade Social

A Paixão pelas Pessoas eleva o senso de responsabilidade do BNI para com a sociedade, razão pela qual, zelamos, respeitamos e fazemos tudo que está ao nosso alcance para torná-la um lugar melhor.

Em 2015, foram apoiadas as seguintes instituições:

- Festas do Mar – Namibe;
- LAC – Mini Estrelas ao Palco – concurso de imitação, onde se testam as qualidades das crianças e o seu poder de imitação dos seus ídolos;
- Hospital Pediátrico da Província do Cuanza – Sul – Verbas destinadas à aquisição de seringas com agulhas, luvas, batas descartáveis, testes e reagentes de laboratório, bolsas para sangue, soro e medicamentos;
- Escola Portuguesa do Lubango – patrocínio para a Festa da Lusofonia. Tratou-se de um evento de carácter lúdico-pedagógico, que visou proporcionar o estreitamento das relações entre todos os membros da comunidade educativa e promover a difusão da Língua Portuguesa e da cultura dos países e territórios lusófonos;
- Dia Internacional da Criança – no BNI estamos atentos às crianças e jovens e apadrinhamos almoços quinzenais no Bairro da Lixeira, no âmbito das nossas acções de Responsabilidade Social. Construimos Escolas, patrocinamos Festas, Convívios Sociais e Culturais, bem como o Desfile do Bairro da Lixeira no Carnaval de Luanda e diversos Jogos do Lixeira Futebol Clube do Sambizanga;
- Festa para 600 crianças no Espaço Kumbaya – mais uma vez juntou crianças do Bairro Lixeira, numa manhã que foi certamente inesquecível. A Festa que em palco contou com a organização da LEV'ARTE - que promove o gosto pela leitura, pela

ginástica e por diversas manifestações culturais –, traduziu-se num espectáculo que registou a presença de vários artistas conhecidos, entre eles nomes como Nanuto e Agre-G e também artistas mais novos, como foi o caso do filho do Na Grelha, que cantou um tema rap com mensagens pedagógicas, contagiando todas as crianças presentes presentes, que fizeram um coro entusiasmado. Estas iniciativas vão-se repetindo ao longo do ano.



Feb.  
 March.  
 April.  
 May.  
 June.  
 July.  
 August.  
 Sept.  
 Oct.  
 Nov.  
 Dec.

0000 0043 0439 0543 0654 3577 3710 4321 5285 9876

## 2

### Gestão, Rede de Agências e Comunicação

- Organograma
- Modelo de Gestão Corporativa
- Marcos Históricos
- Presença Geográfica e Rede de Balcões
- Campanhas
- Patrocínios



56%



24%

Gestão, Rede de Agências  
e Comunicação

## Organograma BNI 2016



## Modelo de gestão corporativa

O modelo de Governação do BNI, respeita e satisfaz os requisitos expressos na Lei das Instituições Financeiras (Lei nº13/05 de Setembro).

Fazem parte dos Órgãos Sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Geral e o Conselho Fiscal.

Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 4 anos, sendo possível a sua reeleição.

A estrutura do BNI é constituída por: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Geral, Assesores, Secretariado Executivo e 24 Direcções. De destacar também a existência de 7 comités - Comité de Tecnologias de Informação, Comité de Nomeações, Avaliações e Remunerações, Comité de Operações, Comité de Auditoria, Controlo Interno, e Segurança de Informação, Comité de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Crédito e Comité de Risco -.

### Assembleia Geral

A Assembleia Geral do BNI é constituída por todos os membros singulares ou colectivos, que tenham averbado em seu nome acções, no livro de registos de acções da sociedade que confirmam o direito de voto. Este registo tem de ser efectuado de acordo com o explícito nos estatutos do Banco, até 10 dias antes da reunião.

Nas reuniões de Assembleia, dá-se a discussão de assuntos de relevância para a sociedade por parte dos Accionistas. Os Accionistas sem direito de voto podem participar nas discussões, desde que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e os outros elementos o autorizem.

Compete à Assembleia Geral, para além das disposições exigidas por lei, respeitar as funções explícitas nos estatutos do Banco de Negócios Internacional:

- a) Eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de designar os respectivos presidentes;
- b) Eleger os membros do Conselho Geral;
- c) Designar os membros do Conselho de Remunerações;
- d) Aprovar o relatório de Gestão e Contas de cada exercício, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre os aumentos de capital que forem propostos pelo Conselho de Administração.

## GESTÃO EXECUTIVA

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração do BNI é o órgão social ao qual cabe zelar pelos interesses gerais da sociedade, praticando todos os actos necessários ou convenientes para o desenvolvimento das actividades previstas no objecto social. O Conselho de Administração é constituído por 5 membros residentes, eleitos pela Assembleia Geral. De acordo com os estatutos, o Conselho de Administração garante os interesses dos Accionistas, sendo também o órgão responsável pela gestão global do Banco, propondo e assegurando a implementação do Plano de Negócios aprovado.

Este conselho é composto por 7 membros eleitos pela Assembleia Geral.

Ao Conselho de Administração compete sem prejuízo das atribuições que por lei lhe são genericamente conferidas e das demais atribuições que lhe estejam cometidas pelos estatutos considerados para o Banco de Negócios Internacional:

- Definir as políticas gerais do Banco e aprovar os planos e orçamentos anuais e plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar poderes aos outros níveis da cadeia hierárquica;
- Gerir a actividade do Banco, praticando todos os actos e operações que integrem o seu objecto social;
- Constituir mandatários ou procuradores para o exercício de actos determinados;
- Executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral;
- Propor à Assembleia Geral a continuidade dos Ór-

gãos Sociais sempre que razões ponderosas o justifiquem;

- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração são também componentes do Comité de Crédito e do Comité de Controlo Interno e Qualidade, presididos pelo Presidente do Conselho de Administração, que de igual modo preside ao Comité de Auditoria.

## FISCALIZAÇÃO

### Conselho Fiscal

A fiscalização dos negócios do BNI é exercida nos termos da lei, por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um ou dois membros suplentes. O Conselho Fiscal reúne-se nos prazos estabelecidos por lei e extraordinariamente, sempre que seja solicitado pelo presidente, pela maioria dos membros ou pelo Conselho de Administração.

As deliberações são tomadas por maioria de votos e com a obrigatoriedade da presença de mais de metade dos membros em exercício.

### Conselho Geral

É constituído por um número par de elementos, não superior a quinze. São membros efectivos do Conselho Geral: o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho Fiscal.

O BNI de acordo com a lei, não permite que exerçam funções no Conselho Geral, membros que desempenhem funções noutras instituições finan-

ceiras, excepto se o exercício dessas funções seja numa instituição financeira onde o próprio BNI tenha directa ou indirectamente participação.

## COMITÉS DE GESTÃO

### Comité de Tecnologias de Informação

Assegura a validação e pós-validação das propostas tecnológicas submetidas à apreciação, face à necessidade de proporcionar ganhos de eficiência e eficácia nos processos e projectos do Banco.

### Comité de Nomeações, Avaliações e Remunerações

- Assegura a implementação e o cumprimento de práticas justas de nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores do Banco, assim como a retenção e contratação de quadros de elevada qualidade técnica e brio profissional.

### Comité de Operações

- Analisa e avalia a posição do Banco perante os concorrentes, a nível nacional e internacional e define as prioridades em termos de execução de operações, levando em consideração a nossa participação nos leilões de divisas.

### Comité de Auditoria, Controlo Interno e Segurança de Informação

- Assegura a existência e o cumprimento das melhores práticas de gestão dos riscos e controlo in-

terno com base na ética, integridade, valores e comunicação eficiente das alterações ocorridas no Banco e assegura que cada Colaborador conhece e executa as suas funções com responsabilidade.

### Comité de Activos e Passivos (ALCO)

- Analisa, discute, define e acompanha a estratégia e as metodologias de gestão de tesouraria e cambial de curto, médio e longo prazo, o risco estrutural de balanço decorrente das variações das taxas de juros e dos gaps de maturidade, os impactos desses riscos nos custos e proveitos do Banco e sugere ainda medidas de mitigação dos riscos a implementar.

### Comité de Crédito

- Garante a implementação e o cumprimento da política de concessão e recuperação de crédito e demais orientações do Conselho de Administração, para a existência de uma carteira de crédito saudável e rentável, que contribui para a sustentabilidade e crescimento do Banco.

### Comité de Risco

- Assegura a efectivação de uma segunda linha de defesa na prevenção, monitorização e controlo dos riscos financeiros. Através da análise e discussão de controlos, limites e indicadores, este comité apoia directamente o Conselho de Administração na definição e implementação da estratégia e planeamento do risco.

## Marcos históricos

### 2006

- Criação do Banco de Negócios Internacional.

### 2007

- Abertura do primeiro Centro de Negócios;
- Criação da Marca Rede Expresso 24, destinado ao segmento de retalho;
- O Banco celebrou com o Fortis Bank um acordo de parceria para o desenvolvimento de novos produtos financeiros;
- Linha de crédito com o Deutsche Bank (USD 500 000 milhares), destinada a financiar projectos de infra-estruturas;
- Linha de crédito com o Fortis Bank (USD 50 000 milhares);
- Celebração de acordo com o BDA para comercialização dos seus serviços e produtos, através da nossa rede de Balcões;
- O Banco de Negócios Internacional celebrou um acordo de exclusividade para Angola com a Master Card, em que o Banco fez a emissão e o *acquiring* de cartões de crédito Master Card.

### 2008

- O Banco de Negócios Internacional é aprovado como Member VISA e *acquiring* POS;
- O Banco faz a emissão do primeiro cartão de débito VISA Electron em Kwanzas no País;
- Assinatura do acordo entre o BNI e GA Seguros – parceria cross-selling para venda de seguros;
- Aprovação do aumento de Capital Social do Banco (USD 20 milhões);

- Abertura de Balcões nas seguintes províncias: Benguela, Huila, Cunene, Zaire.

### 2009

- Emissão do cartão de débito pré-pago VISA Kwanza, o primeiro cartão pré-pago em moeda nacional no País;
- Abertura de Balcões nas seguintes Províncias: Cabinda, Kwanza Sul.

### 2010

- Novo aumento do Capital Social (USD 20 milhões);
- Emissão de obrigações subordinadas (USD 50 milhões);
- Continuação do programa de expansão da rede de Balcões.

### 2011

- Participação no sindicato bancário para financiar a aquisição de novas aeronaves da Taag;
- Obtenção de licença para operar em Portugal;
- Atinge-se a meta de 50 Balcões;
- Adesão ao programa “Bankita” e fomento habitacional.

### 2012

- *Rebranding*: o Banco adopta nova imagem, nova identidade e novo logotipo;

- Inauguração da nova Sede do Banco;
- Criação de protocolo com a Hertz, abrangendo todos os cartões gold VISA e Mastercard, oferecendo descontos e vantagens aos Clientes no aluguer de um automóvel no mundo inteiro;
- Criação de um cartão Mastercard de débito *co-branded* Taag-BNI, o primeiro cartão desta natureza existente em Angola;
- Celebração de parceria junto do Executivo Angolano no programa denominado Angola Investe, visando o financiamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas dos sectores prioritários da economia nacional.

## 2013

### Prémios:

- The Bizz 2013 – World Business Leader, entregue pela World Confederation of Business (Houston, Texas);
- The Bizz 2013 – Inspirational Company, entregue pela World Confederation of Business (Houston, Texas);
- The Majestic Five Continents Award for Quality/Excellence, entregue pelo Presidente da Association Otherways Management / Consulting (Genebra);
- Total quality aptitude seal for the high quality performance/Best customer satisfaction (Genebra);
- Best Enterprise – Socrates Committee – in the field of Bank Services (Oxford, UK).

### Outros destaques:

- Lançamento de diversos produtos e do primeiro DP de subscrição *on line*;

- Desenvolvimento e lançamento da 4ª fase do Projecto DESAFIO CRESCER, em parceria com os Recursos Humanos, com o objectivo de criar e fomentar a Comunicação Interna no BNI;
- Arranque do Projecto Angola Invest;
- Produção da nova imagem gráfica dos cartões de débito Multicaixa e Visa Electron, bem como dos cartões de crédito VISA GOLD e MASTERCARD GOLD;
- No âmbito da solidariedade social, oferta de 50 computadores “Magalhães” ao Hospital Pediátrico David Bernardino e 15 ao Lar Kuzola, bem como doação pecuniária para publicidade no Livro de Honra da Fundação Lwini, na Gala da respectiva Fundação;
- Participação no Fórum Poupança do BNA;
- Presença na cerimónia de entrega dos Prémios SIRIUS, como finalistas da categoria *O Melhor Banco de Angola* e *O Melhor Relatório & Contas 2012*;
- Eleito com o 2º lugar entre os 3 Bancos mais bem classificados no atendimento ao Cliente, segundo o estudo da KPMG.

## 2014

- Aumento do Capital Social para USD 150 Milhões;
- Liderança do Sindicato Bancário da Taag composto por diversos Bancos Angolanos, na estruturação da operação financeira de aquisição de 1 aeronave de última geração da BOEING - 777-300ER -;
- Anúncio da abertura ao público em Lisboa – Portugal - do BNI Europa, com um capital social de EUR 25 milhões, destinado aos segmentos *Private* e *Corporate*;
- Efectivação juntamente com o IFC (International Finance Corporation), de uma linha de crédito no valor de USD 25 milhões para expansão da activi-

dade de *Trade Finance*, apoio às PME e Clientes *Corporate* em projectos que contribuam para o crescimento de Angola;

- Reforço do protocolo de Financiamento com o COMMERZBANK, para um valor total de EUR 70 milhões;
- Implementação do programa de recuperação do negócio em caso de catástrofe;
- Celebração do 8º Aniversário;
- Inauguração de 8 novos Balcões, totalizando numa rede nacional de 84 Balcões, distribuídos por 14 das 18 Províncias de Angola;
- Superação da marca dos 150.000 Clientes;
- Implementação do programa de segurança de informação;
- Depósitos de Clientes que totalizaram USD 1.510 milhões, perfazendo uma quota de mercado de 2,71%.

### Outros destaques

- Lançamento de diversos produtos, entre os quais salientamos: MULTIBÓNUS BNI, BNI CLICK, DO BNI SUPERFLASH e DP BNI JUNIOR;
- Lançamento da nova linha de mobiliário BNI para Retalho e Prime, com estreia no Espaço GIKA.

### 2015

- BNI Europa foi contemplado com o Prémio de "BANCO MAIS INOVADOR EM PORTUGAL para 2016", atribuído pela publicação "*International Finance Magazine*";
- Reforço da linha de crédito com o COMMERZBANK;
- O BNI subscreve uma linha de crédito de EUR 500 milhões com o BNI Europa;

- Lançamento do novo serviço de internet *banking* BNI Click, permitindo aos Clientes do BANCO BNI efectuarem operações de pagamento, normalmente realizadas num Multicaixa (impostos, seguros, comprar recargas, consultar o seu saldo, obter 2ª via do talão de pagamentos, etc).

## Presença Geográfica e Rede de Balcões



O BNI tem como estratégia estar junto dos seus Clientes, defendendo uma política de crescimento sustentado.

No final de 2015, o Banco possuía um total de 91 Balcões (mais 6 do que em 2014).

Em Luanda, o Banco operou com 3 Centros de Negócios, 28 Agências e 21 Postos de Atendimento, contra 4 Centros de Negócios, 24 Agências e 11 Postos de Atendimento, nas restantes Províncias do País.

## Campanhas



**Pague os impostos no BNI e ganhe mais tempo para si.**

Se é um Grande Contribuinte, por ser uma empresa registada no Portal do Ministério das Finanças, agora pode pagar os seus impostos através do novo **Serviço DLI** do BNI.

O pagamento dos seus impostos pode ser feito através do portal do BNI – [www.bni.ao](http://www.bni.ao) – por débito em conta. Se optar por pagar em numerário, dirija-se a um dos 98 balcões da Rede BNI. É automaticamente gerado um comprovativo da operação realizada. A seguir, basta aceder ao Portal do Contribuinte do Ministério das Finanças para obter o DAR, que comprova o pagamento do DLI. E depois, é um descanso.

Dirija-se já a um balcão BNI e informe-se, ou vá a [www.bni.ao](http://www.bni.ao) e pague os seus impostos, sem filas, nem atrasos.

**SERVIÇO PAGAMENTO DE IMPOSTOS**  
[www.bni.ao](http://www.bni.ao)

**BancoBNI**  
Paixão pelo futuro



**Invista nos sonhos dos seus filhos.**

**DEPÓSITO A PRAZO BNI JUNIOR**  
[www.bni.ao](http://www.bni.ao)

**BancoBNI**  
Paixão pelo futuro



**BNI LANÇA PAGAMENTO DE SERVIÇOS ÚNICO EM ANGOLA.**

Ativa o novo Serviço BNI Pagar já a disponibilidade de pagar os Serviços Únicos de forma simplificada.

• Automatiza, simplifica e agiliza o processo de pagamento dos Serviços Únicos BNI BNI Controlado para quem paga, não para quem recebe.

**PAGAMENTO DE SERVIÇOS**  
[www.bni.ao](http://www.bni.ao)

**BancoBNI**  
Paixão pelo futuro

## Campanhas

# No BNI o seu depósito a prazo cresce num FLASH!

Em 2014 o BNI fez o seu dinheiro crescer num Flash! Temos novidades para si: o **DP BNI SUPER FLASH** está de volta, agora com dois prazos novos de aplicação e novas taxas de juro: 3 ou 6 meses.

Se já é Cliente BNI pode aplicar fundos já existentes ou novos, ou mistos (valor mínimo AKZ 10,000,000,00), fale connosco e decida já, porque esta aplicação termina em **31 de Dezembro de 2015**.

Se ainda não é Cliente BNI, adira a este produto e veja as suas poupanças renderem elevadas taxas.

**Não perca tempo, vá já a uma Agência BNI, informe-se e ponha o seu dinheiro a render num Super Flash!**



DEPÓSITO A PRAZO  
BNI SUPER FLASH  
[www.bni.ao](http://www.bni.ao)



**BancoBNI**  
Paixão pelo futuro

# EXTRACTO ECOLÓGICO DIGITAL

Rápido a entrar,  
prático a consultar  
e amigo do ambiente.

[www.bni.ao](http://www.bni.ao)

Adira já

## SE VAI VIAJAR LEVE CONSIGO UM CARTÃO SEM FRONTEIRAS.

Carregue o seu cartão BNI Mastercard Prepaid com o saldo que desejar, (informe-se dos limites com o seu Gerente de Conta) e utilize-o para compras e levantamentos, em qualquer terminal Mastercard em Angola ou no estrangeiro.

Para o carregamento do seu cartão, só tem de apresentar ao BNI os comprovativos de viagem, e preencher o formulário de adesão. Informe-se num Balcão BNI PRIME (os cartões Mastercard pré-pagos são exclusivamente subscritos aos balcões do BNI PRIME).

*o seu companheiro de viagem.*



**BNI MASTERCARD  
PREPAID**  
[www.bni.ao](http://www.bni.ao)



**BancoBNI**  
Paixão pelo futuro

## Campanhas



**VÁ DE FÉRIAS JÁ COM O BNI**

Agora com o BNI, pode receber antecipadamente o seu subsídio de férias, na sua conta ordenado FÉRIAS JÁ.

Para mais informações, dirija-se a um **balcão BNI** ou vá a [www.bni.ao](http://www.bni.ao).

SUBSÍDIO DE FÉRIAS ANTECIPADO  
[www.bni.ao](http://www.bni.ao)




 BancoBNI  
Paixão pelo futuro

Compre aqui o seu selo de taxa de circulação e receba um autocolante para o selo.

## Patrocínios

Durante o ano de 2015 o BNI patrocinou os seguintes eventos:

Festividades da Comemoração dos 40 Anos de Independência de Angola



**PAIXÃO PELO FUTURO DE ANGOLA.**

Para o BNI, o futuro é a capacidade de transformar as ambições em realidade. Trabalhamos todos os dias com Paixão pelas Pessoas e Empresas, para sermos o melhor Banco a operar em Angola, a impulsionar o crescimento da economia e o sucesso do País.

**É COM ORGULHO QUE O BNI CELEBRA HOJE, OS 40 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA.**

**PASSION FOR ANGOLA'S FUTURE**

At BNI, the future can turn ambitions into reality. We work passionately every day with People and Companies to be the best Bank in Angola, and to drive the Nation's economy and success.

**BNI PROUDLY CELEBRATES 40 YEARS OF ANGOLAN INDEPENDENCE WITH YOU.**

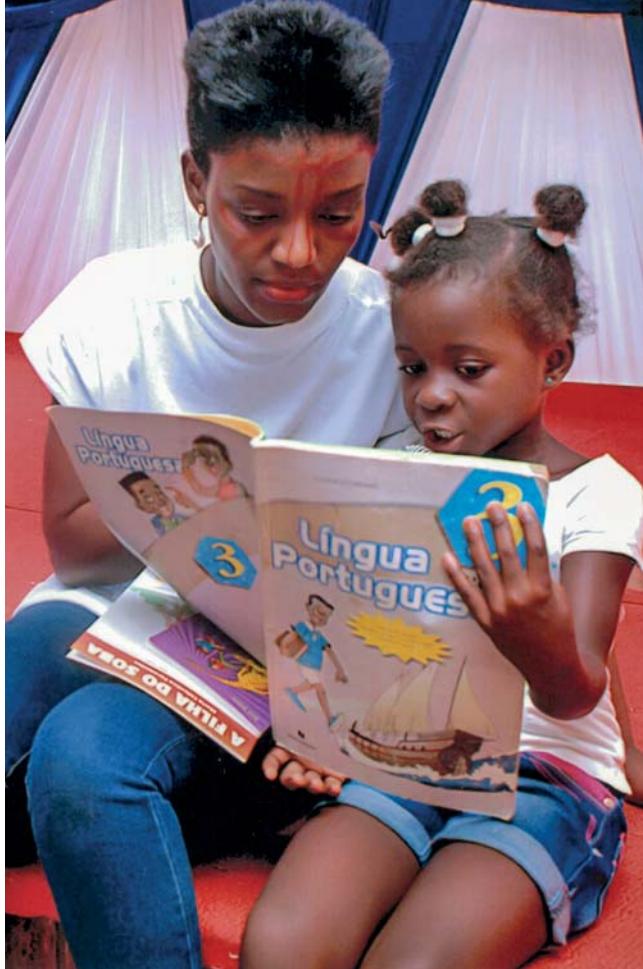


Festas do Mar – Namibe



## Festa para 600 crianças no Espaço Kumbaya





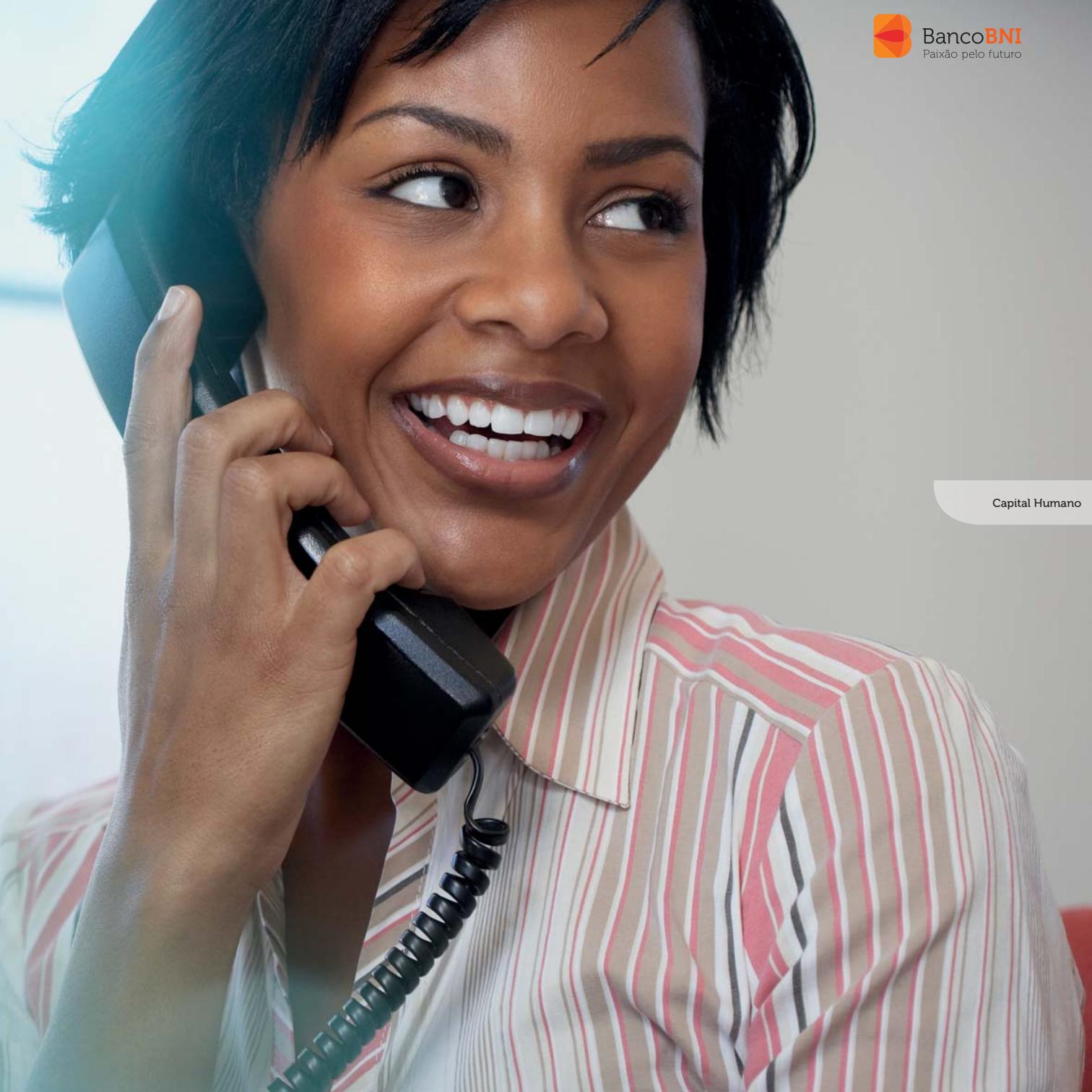
**3**

## Capital Humano

Recursos Humanos

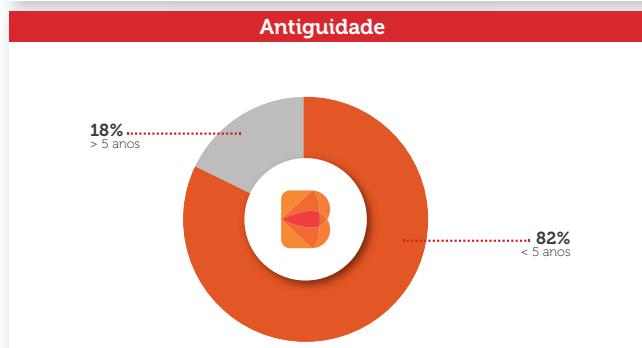
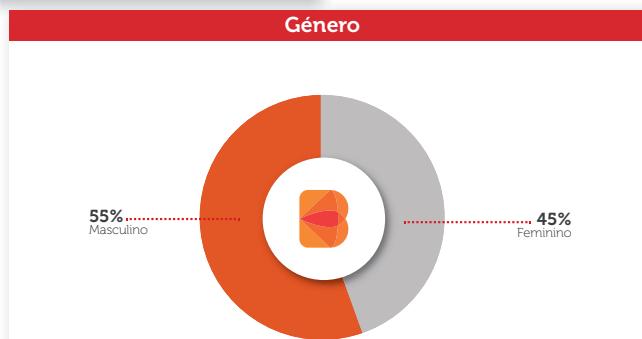
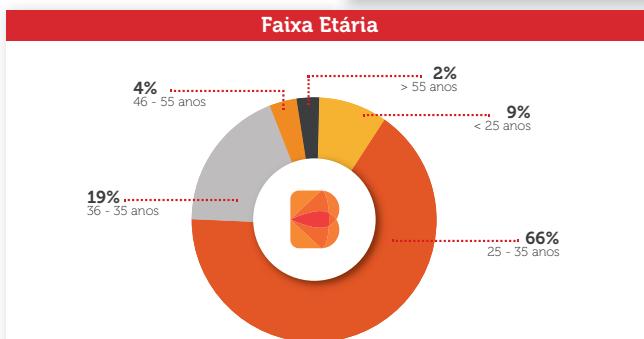
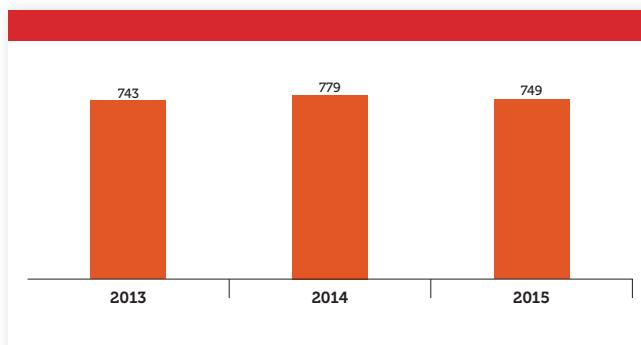
Proyecto Crescer BNI

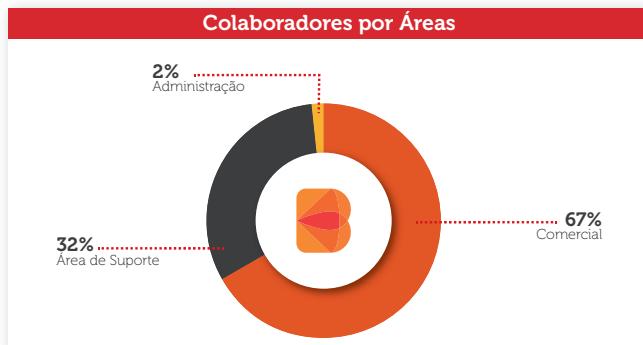
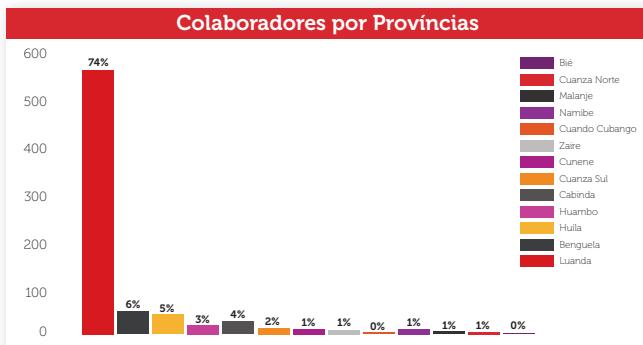




## Recursos Humanos

O BNI concluiu o ano de 2015 com um quadro de Colaboradores efectivos formado por 749 Pessoas, menos 30 que em igual período de 2014, em res-  
posta à reorganização e reaproveitamento dos efectivos do Banco.



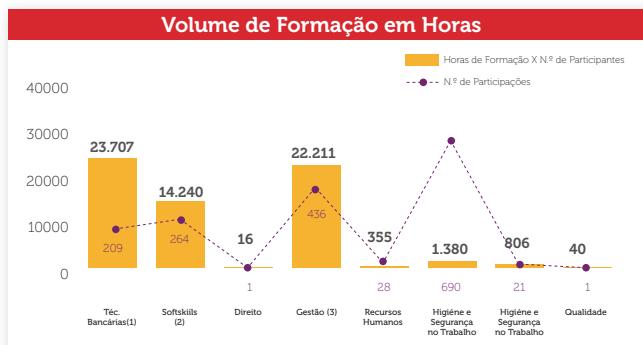
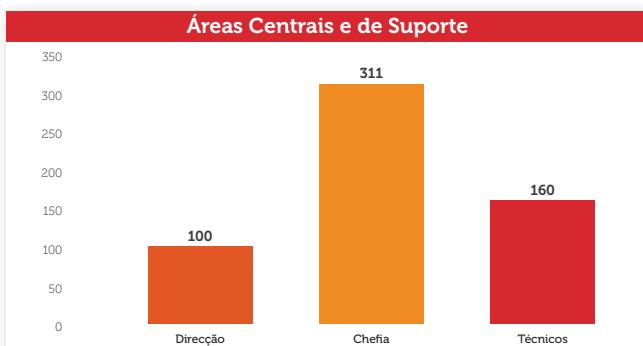
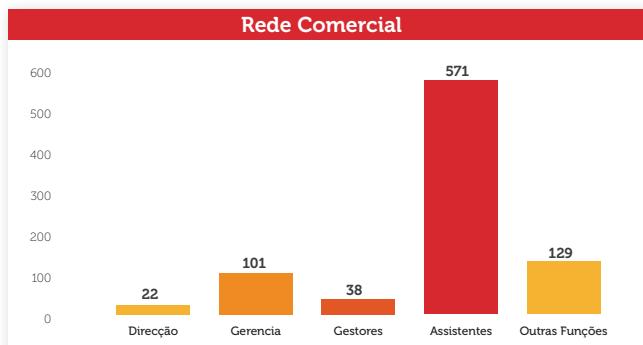


## Formação e Capacitação do Pessoal

No decorrer de 2015, foram ministradas 39 acções de formação e 7 *workshops* internos, dos quais beneficiaram 690 Colaboradores, cujo investimento foi de aproximadamente USD 313 milhares.

O Centro de Formação BNI Crescer, formou 62 Estagiários para a Rede Comercial, tendo admitido e distribuído para as Agências Prime e Rede, 22 novos Colaboradores/Estagiários.

## Participação em Acções de Formação por Funções



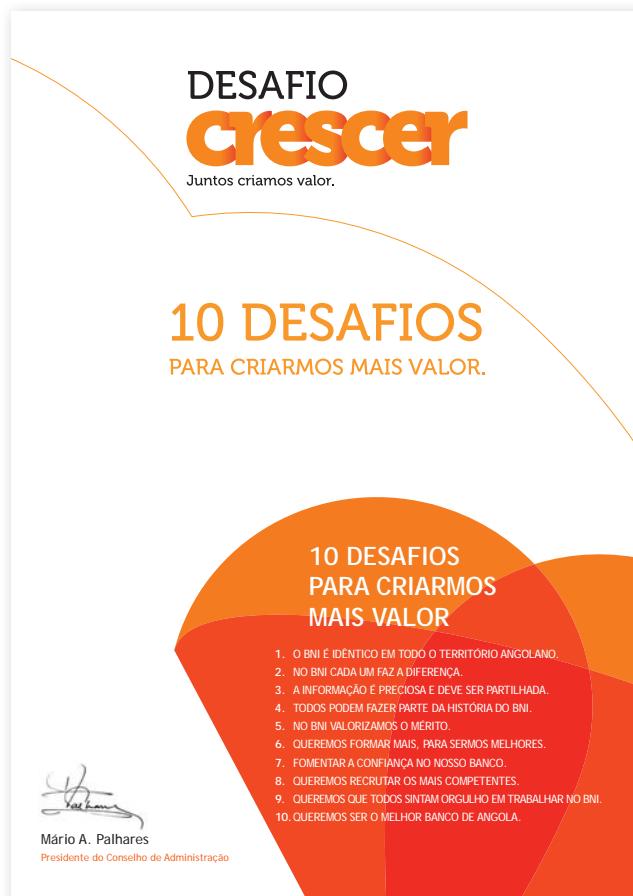
(1) Inclui Marketing, Produtos e Serviços  
 (2) Comportamental  
 (3) Inclui Finanças e Organização Empresarial

## Projecto Crescer BNI

### Objectivos do Projecto Crescer:

1. Elevar o conhecimento da organização;
2. Fomentar a consolidação da cultura organizacional;
3. Reforçar a visibilidade da Liderança;
4. Elevar o nível de competências na comunicação das líderes;
5. Criar consistência na Comunicação Interna para que hajam mudanças.

### Os 10 DESAFIOS propostos por este projecto:



**DESAFIO**  
**crescer**  
Juntos criamos valor.

**10 DESAFIOS**  
PARA CRIARMOS MAIS VALOR.

**10 DESAFIOS PARA CRIARMOS MAIS VALOR**

1. O BNI É IDENTICO EM TODO O TERRITÓRIO ANGOLANO.
2. NO BNI CADA UM FAZ A DIFERENÇA.
3. A INFORMAÇÃO É PRECIOSA E DEVE SER PARTILHADA.
4. TODOS PODEM FAZER PARTE DA HISTÓRIA DO BNI.
5. NO BNI VALORIZAMOS O MÉRITO.
6. QUEREMOS FORMAR MAIS, PARA SERMOS MELHORES.
7. FOMENTAR A CONFIANÇA NO NOSSO BANCO.
8. QUEREMOS RECRUTAR OS MAIS COMPETENTES.
9. QUEREMOS QUE TODOS SINTAM ORGULHO EM TRABALHAR NO BNI.
10. QUEREMOS SER O MELHOR BANCO DE ANGOLA.

  
**Mário A. Palhares**  
Presidente do Conselho de Administração



## Colaborador do Trimestre

O Colaborador do Trimestre foi criado no âmbito do projecto BNI Crescer, tendo como objectivo premiar o Colaborador do Banco que mais se destacar nos factores Assiduidade, Disciplina, Desempenho e Valores BNI.

Os prémios atribuídos servem como incentivo à motivação do Colaborador eleito.

Em 2015 foram premiados os seguintes Colaboradores:

### Colaborador do I Trimestre

David Lobo, Técnico de Gestão Gráfica - Gabinete de Marketing e Comunicação.



### Colaborador do II Trimestre

Vânia Canjango, Assistente Comercial - Balcão 522 - BNI Viana Shopping.



## Balcão do trimestre

Ainda no âmbito do projecto BNI Crescer, também foi criado o concurso Colaborador do Trimestre, com o objectivo de premiar os Balcões e/ou Agências que mais se destacaram nos requisitos de Rentabilidade, Equipa e Funcionalidade.

Os prémios atribuídos servem como incentivo à motivação dos Colaboradores sediados nas Agências vencedoras.

Em 2015 foram premiados as seguintes Agências:

### Balcão I Trimestre BNI Gika



## BNI Prime Huambo



### Balcão II Trimestre BNI Lobito II



## BNI Prime Lobito



### Quizz

Com o objectivo de avaliarmos os conhecimentos dos Colaboradores em relação a Cultura Geral, Código de Ética, Manual do Colaborador e Língua Portuguesa, o Concurso Quizz tem vindo a premiar aqueles que respondem acertadamente às questões colocadas.

Em 2015 tivemos os seguintes vencedores:

**Concurso Quizz Janeiro 2015** – Hélder Chissota - Balcão 532 - BNI Funda.



**Concurso Quizz Junho 2015** – Armando Luís - Balcão 525 - BNI Estalagem.



**Concurso Quizz Outubro 2015** – André Augusto - Direcção de Risco.



**DESAFIO crescer**  
Sómos líderes vivos

**10 DESAFIOS PARA CRIARMOS MAIS VALOR.**

- 1º O BNI É IDÉNTICO EM TODO O TERRITÓRIO ANGOLANO.
- 2º NO BNI CADA UM FAZ A DIFERENÇA.
- 3º A INFORMAÇÃO É PRECIOSA E DEVE SER PARTILHADA.
- 4º TODOS PODEM FAZER PARTE DA HISTÓRIA BNI.
- 5º NO BNI VALORIZAMOS O MÉRITO.
- 6º QUEREMOS FORMAR MAIS, PARA SERMOS MAIS.
- 7º FOMENTAR A CONFIANÇA NO NOSSO TERCEIRO.
- 8º QUEREMOS RECRUTAR OS MAIS CAPAZES.
- 9º QUEREMOS QUE TODOS SINTAM ORGULHO EM SER BNI.
- 10º QUEREMOS SER O MELHOR BANCO.

## O BNI é o Melhor

O **BNI é o Melhor** é um programa de actividades desportivas, visando a dinamização de claques, promoção do bem-estar e de uma postura de vida saudável, dos Colaboradores do BNI.

Em 2015 foram realizadas diversas actividades desportivas vocacionadas para a promoção do espírito de equipa, confraternização e práticas desportivas.

Marcha da Família – Evento realizado no Estádio dos Coqueiros. Em 2015 foram concretizados 2 eventos.

Torneio de Futsal BNI é o Melhor – O torneio visava a competição interprovincial.

No final do torneio as equipas vencedoras foram:

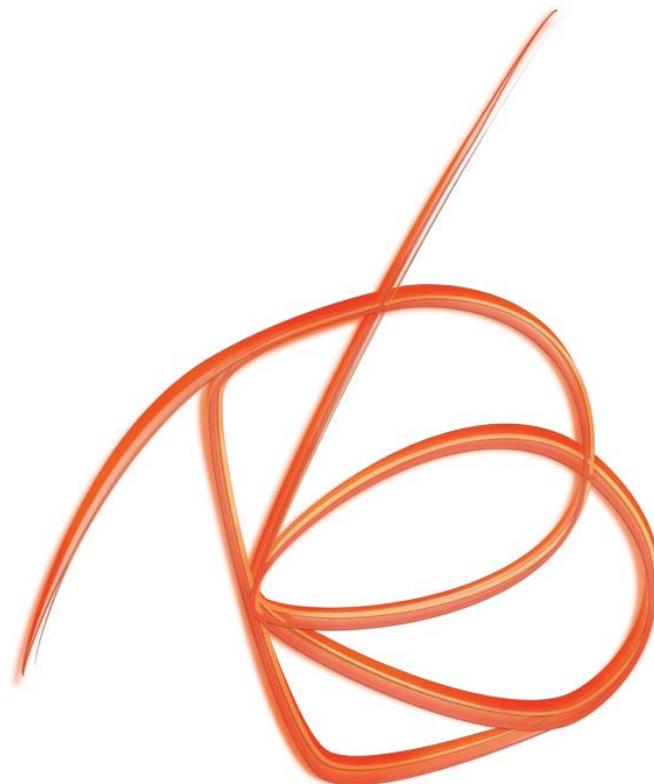
- 1º Lugar – Huila;
- 2º Lugar – Benguela;
- 3º Lugar – Luanda.

Torneio de Vólei BNI é o Melhor – visando ainda o objectivo do projecto, foi realizado o torneio de volei, no qual sagraram-se vencedoras as seguintes duplas:

- Evanilde Simão e Daniela Faria;
- Bruno Inglês e Wilson Sousa.

Torneio de Natação BNI é o Melhor

- 1º Lugar – Hélio Pitra;
- 2º Lugar – Bruno Inglês;
- 3º Lugar – Emanuel Fernandes.



# BNI Sports Team

Paixão pelo desporto



## Workshops

Com o tema “BNI Livre de Stress e Hipertensão, a favor da Alimentação Saudável” e em parceria com o Posto Médico e o Técnico de SHST, foram realizados 6 *workshops* cujo objectivo foi a sensibilização dos colaboradores para a prevenção de riscos sobre práticas menos saudáveis e também esclarecer a Legislação e Processos de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.

As províncias que foram alvo do referido projecto são:

- Luanda;
- Benguela;
- Kwanza-Sul;
- Huila;
- Namibe;
- Huambo;
- Bié;
- Cabinda.

## A Minha Família é o BNI

No âmbito da comemoração do Dia da Criança Africana, “A Minha Família é o BNI”, é um projecto destinado aos filhos dos Colaboradores e com idades compreendidas entre os 8 e 11 anos, cujo objectivo primordial, foi ter contacto e conhecimento da actividade profissional dos pais, bem como o funcionamento genérico do Banco.

O evento não ficou somente por Luanda, já que as Províncias que reuniam os requisitos para a realização do evento, também receberam nas Agências BNI os filhos dos Colaboradores, tornando este projecto uma experiência ímpar e memorável.

O evento em Luanda teve a seguinte agenda:

- 1 – Chegada das Crianças e distribuição de brindes (Porquinho Mealheiro BNI, bonés, mochilas, blocos de notas, etc.)
- 2 – Palestra da DC e DCB sobre os seguintes temas:
  - a) O que é um Banco?
  - b) O que faz o BNI?
  - c) O que é uma conta bancária?
  - d) A utilização de cartões Multicaixa e cartões de Credito?
  - e) O que são poupanças e para que servem?
- 3 – Apresentação da peça teatral “Poupança” com o grupo Njila Yetu
- 4 – Lanche
- 5 – Visita Guiada ao BNI PRIME Sede
- 6 – Abertura de Contas a Prazo BNI Júnior, para as crianças participantes no evento.

### BNI é a minha família



Edson Matoso explica o BNI PRIME Sede



Uma criança abre uma Conta



Crianças respondem a perguntas



Lanche



Recebendo as prendas



Felizes no final da visita

# 4

## Balanço das Direcções e do Negócio

- Provedoria do Cliente
- Áreas de Apoio ao Negócio – Síntese de Actividades
- Evolução do Negócio
- Áreas de Negócio
- Canais de Distribuição



## Provedoria do Cliente

A Provedoria do Cliente visa obter a máxima transparência na relação do Banco BNI com os Clientes, preservando-lhes os seus interesses perante erros de carácter administrativo ou tratamento pessoal, bem como informá-los dos contornos do processo de reclamações do Banco.

### Principais Objectivos:

- Contribuir para o controlo de qualidade e melhoria dos serviços prestados;
- Promover a existência de mecanismos e meios humanos, técnicos e de informação, necessários à gestão eficaz e eficiente das reclamações;
- Analisar e responder às reclamações dos Clientes dirigidas ao Banco;
- Garantir que todos os Colaboradores do Banco, conheçam e apliquem adequadamente as normas de transparência e de protecção do consumidor e demais legislação aplicável, emanadas pelo Banco Nacional de Angola.

A Provedoria é um órgão que desempenha as suas funções com autonomia em relação aos serviços comerciais ou operativos do Banco - dos quais se encontra separada -, tendo por finalidade assegurar a independência e o conflito de interesses no desempenho das suas funções.

O Provedor decide sobre o desfecho das reclamações, porém, está hierarquicamente dependente do Conselho de Administração do Banco, com o qual se relaciona através do Vice-Presidente, ou na sua

ausência, por outro Administrador, a quem reporta toda a informação que se lhe requeira.

### Missão:

Garantir o tratamento de todas as reclamações apresentadas ao Banco, contribuindo para a melhoria das deficiências dos controlos internos existentes e consequentemente da prestação de serviço aos Clientes BNI.

### Prazo de Resolução:

A Provedoria deve no prazo máximo de 10 dias, atender à solicitação de outras instituições financeiras, investigar ou fornecer informações relacionadas com as transacções e/ou com serviços específicos.

Se a reclamação envolver uma ou mais instituições, o prazo para dar uma solução, varia entre 30 a 45 dias.

Se as instituições envolvidas não forem sediadas em território nacional, o prazo é aumentado para 60 dias.

## Gabinete da Provedoria

Durante o ano de 2015, foram desenvolvidas uma série de acções visando a excelência no tratamento das exposições apresentadas pelos nossos Clientes. Estas acções tiveram como objectivo principal tornar este processo mais prático e confortável.

A nível do Banco Central, foram realizados vários encontros com a Supervisão Comportamental, visando alinhar as nossas actividades às normas emanadas por aquele órgão. Os resultados alcançados nesta acção, reflectem a assertividade das estratégias adoptadas, já que não recebemos nenhuma multa relacionada com as nossas actividades. Esta realidade contribuiu para um melhor posicionamento do BNI relativamente ao atendimento de reclamações.

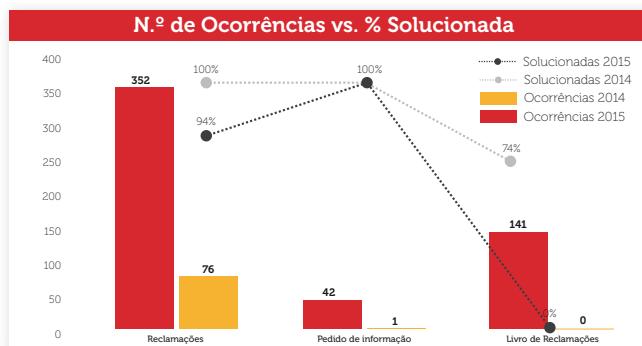
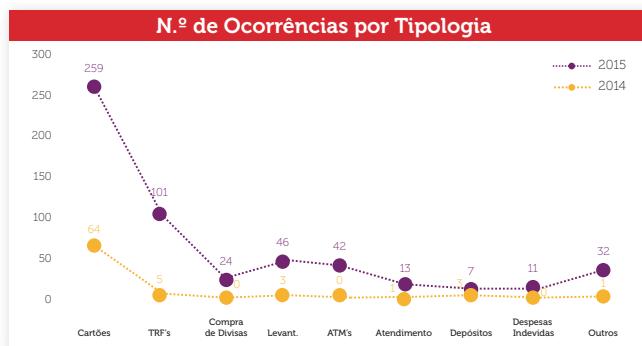
## Estrutura Orgânica:



## Actividade:

Em 2015, o Gabinete da Provedoria atendeu a um total de 535 solicitações de natureza diversa, em oposição a 77 registadas em 2014. Das solicitações recebidas, foram respondidas 89% das mesmas (2014: 100%).

É ainda importante salientar, que 48% das ocorrências dizem respeito a transacções com os cartões (2014: 83%) e 19% referem-se a TRF (transferências) (2014: 6%).



## 4 Áreas de Apoio ao Negócio – Síntese de Actividades

### Direcção de Recursos Humanos (DRH)

Tendo como base o plano estratégico do Banco e os objectivos da área, a DRH desenvolveu as seguintes actividades durante o ano 2015:

- Continuação da parametrização do sistema de gestão de RH e sua actualização de acordo com as reais necessidades de informação;
- Recrutamento e selecção de 79 novos Colaboradores (Efectivos e Avençados);
- Recrutamento e selecção de 62 novos Estagiários;
- Actualização e distribuição do Manual do Colaborador e monitorização da sua implementação;
- Elaboração e implementação do plano de reestruturação da Direcção Comercial;
- Implementação de um novo modelo de remuneração e benefícios, e respectiva actualização salarial;
- Continuação da actualização do qualificador de funções e sua implementação;
- Definição e aprovação do modelo de gestão de carreiras, com a identificação dos talentos BNI e elaboração dos seus respectivos planos de desenvolvimento de carreiras;
- Apoio na elaboração do plano estratégico do BNI e coordenação do grupo de trabalho de definição dos indicadores de desempenho das Direcções;
- Gestão do actual modelo de avaliação de desempenho e alteração dos critérios de atribuição do bónus anual de partilha de resultados;
- Actualização e implementação do novo modelo de recrutamento & selecção;
- Implementação de todos os programas integrantes do projecto “Desafio Crescer BNI – Mudança Organizacional” (Balcão do mês, Colaborador do mês, Quizz, “A minha Família é o BNI”, “O BNI é o Melhor”, nomeação e formação dos Gestores de Mudança, Barómetro do Clima Organizacional, Comissão Desportiva, entre outros);
- Continuação da implementação da política de saúde, higiene e segurança no trabalho, e acompanhamento de todas as actividades da comissão de prevenção de acidentes de trabalho;
- Aquisição e distribuição de kits de 1<sup>os</sup> socorros a todas as novas estruturas BNI (Sedes e Balcões), e apetrechamento de rotina das restantes estruturas já existentes;
- Acompanhamento das actividades do Posto Médico BNI;
- Promoção de 18 Colaboradores;
- Nomeação de 44 Colaboradores;
- Transferência de 277 Colaboradores (90% das quais nas Direcções Comerciais);
- Partilha mensal de todos os dados estatísticos de caracterização de efectivo na intranet, bem como dados relativos a desvinculações, admissões, promoções e transferências, com publicação na Intranet;
- Apoio a Administração na elaboração e implementação de processos de gestão de mudança e desenvolvimento organizacional;
- Apoio na elaboração de 4 Newsletter Interna E-CRESCER para os Colaboradores;
- Actualização de todos os testes de conhecimento técnico para todas as funções, a serem aplicados nos processos de recrutamento e selecção, gestão de carreiras e de promoção / nomeação;
- Coordenação do grupo de trabalho da DRH da Banca;
- Expansão do sistema de gestão de assiduidade (portal) a todas as estruturas do BNI a nível nacional (ainda em curso, pois esta actividade pressupõe parametrizações do sistema Meta4);
- Coordenação do grupo de redução de custos do BNI;
- Implementação do plano de racionalização de custos com pessoal;

- Coordenação de todas as actividades da Comissão Desportiva, nomeadamente os torneios internos de futsal, voleibol e natação;
- Elaboração e implementação do programa de indução obrigatório para novos Colaboradores;
- Elaboração e aprovação do plano de negócios da Universidade Corporativa BNI;
- Estabelecimento de novas parcerias no âmbito da Universidade Corporativa BNI e programa de estágios com as seguintes Universidades e instituições: IMETRO, Wall Street English, Angola2Learn, IIR Angola, Universidade Lusíada, ISCEE Cabo Verde, Universidade Fernando Pessoa de Portugal, Universidade do Minho de Portugal, Universidade Atlântica de Portugal, e a Universidade Agostinho Neto de Angola;
- Elaboração e aprovação do plano de formação.

### Direcção de Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI)

A aposta na inovação tecnológica sempre representou um dos pilares da actividade do Banco BNI.

Os investimentos em sistemas de informação e o lançamento de projectos nesta área geraram contributos importantes que permitiram aos sistemas do Banco, acompanhar e potenciar o seu crescimento, destacando-se:

- O desenvolvimento do Serviço BNIX;
- O desenvolvimento e certificação do Produto Multibonus na rede Multicaixa;
- Desenvolvimento de plataforma de Gestão de Alertas;
- Desenvolvimento de Workflow:  
Abertura de conta;

- Transferências Interbancárias;
- Cartão Mastercard pré pago viagem;
- Adequação do modelo contabilístico as IFRS;
- Disponibilização do Pagamento de imposto nas diferentes plataformas;
- Expansão da rede de ATM;
- Adesão ao Sistema SCC – Compensação electrónica de Cheques;
- O desenvolvimento e implementação de políticas de segurança de informação.

### No que toca ao capital humano, a Direcção contabilizou:

- ✓ 38 Colaboradores;
- ✓ 1 Desvinculação;
- ✓ 1 Nomeações.

### Formações:

- ✓ Microsoft;
- ✓ Liderança.

### Estrutura orgânica da área:



## Direcção de Auditoria Interna (DAI)

Durante o ano de 2015, a DAI teve como estratégia zelar pelo cumprimento das normas internas do Banco, bem como as que o regulador estabelece obrigatoriamente a todo o sistema financeiro, de modo geral e transversal a todo o universo do Banco BNI.

De entre as várias actividades realizadas pela DAI durante o ano de 2015, destacam-se as seguintes acções:

- Acções de Auditoria Interna Programadas e de Surpresa;
- Inspecções por motivos diversos na sequência de acções fora das normas internas;
- Análise das denúncias internas (Funcionários e outros) e externas (Clientes e outros);
- Contagem surpresa às Tesourarias;
- Controlo das Actas de conferência das Tesourarias;
- Actas de destruição dos vários cartões;
- Destruição de PIN's;
- Actas de destruição de Cheques caducados;
- Confirmações de saldos de contas correntes de Clientes e de entidades externas a pedido dos seus Auditores Externos;
- Prestar toda a assistência em termos de pedidos, documentação e informação interna, sempre que solicitados pelos auditores externos do banco, de modo a facultar-lhes em tempo útil a informação necessária à elaboração dos relatórios de auditoria, quer interino, quer no final dos exercícios.

## Recursos Humanos:

- ✓ A equipa é constituída por 11 auditores;
- ✓ 2 Novas contratações;
- ✓ 3 Recrutamentos internos;
- ✓ Nomeação de 1 Subdirector.

## Formação:

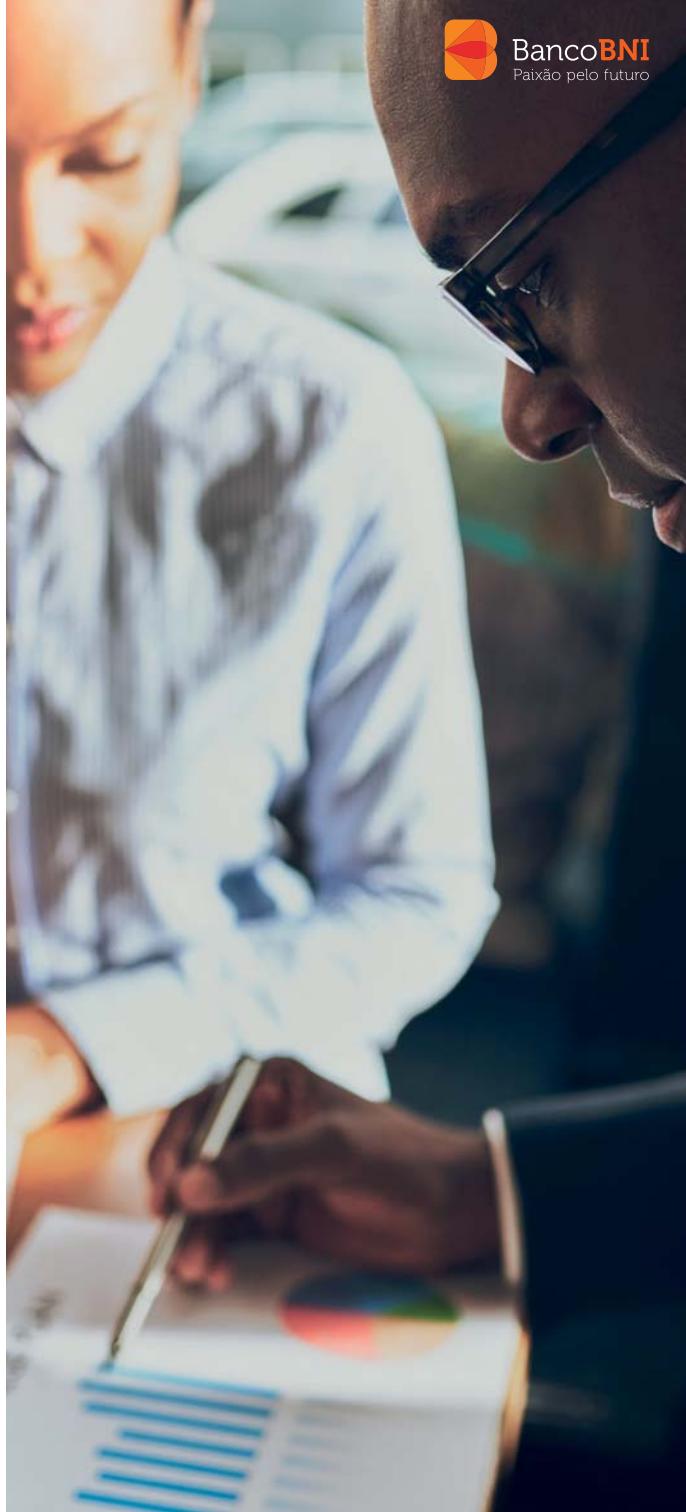
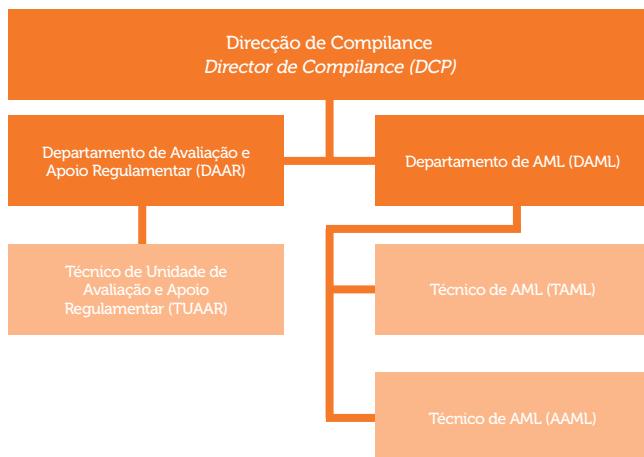
- Auditoria Interna;
- Branqueamento de Capitais;
- Fraudes na banca;
- Excel;
- Financiamento do terrorismo internacional;
- Fraudes com cartões electrónicos;
- Normas de Relato Financeiro Internacional, (IFRS).

## Direcção de Compliance (DCP)

A Direcção de Compliance é uma unidade do Sistema Controlo Interno, situada no 1º nível da estrutura do BNI, depende hierarquicamente do Conselho de Administração e reporta ao Vice-Presidente do Conselho de Administração.

A Administração fará o acompanhamento das funções chave do sistema de controlo interno (Auditoria Interna, Compliance e Risco) para o BNI estar em conformidade com as regras e com o espírito dos Avisos N.º1/13 e 2/13 do BNA.

## Estrutura orgânica:



## Actividades desenvolvidas:

Durante o ano de 2015, A Direcção de *Compliance* desenvolveu as seguintes actividades:

### Departamento de AML (Anti-Money Laundering)

- Preparação e realização de acções de formação em matérias de *Compliance*, combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- Validação de Processos de abertura de conta;
- Apoio no processo de auditoria ao Programa de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, feito pela KPMG para a VISA;
- Investigação dos casos referentes a solicitação de informação/Investigação relacionada com as operações de pagamentos internacionais;
- Envio dos processos referentes ao KYC e KYT (Know Your Customer e Know Your Transaction) com a maior brevidade possível, sempre que solicitados pelos bancos correspondentes;
- Elaboração do Caderno de Encargos para selecção de uma solução de monitorização de Clientes e transacções no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Combate ao Financiamento de Terrorismo, bem como de uma solução para cumprimento das sanções Internacionais;

### Departamento de Avaliação e Apoio Regulamentar

- Cadastramento e actualização da informação corporativa do BNI, junto de outras Instituições Financeiras;
- Implementação de medidas decorrentes da entrada em vigor de novos Normativos (internos e externos);

- Investigação dos casos referentes a solicitação de informação/Investigação relacionada com as operações de pagamentos internacionais;
- No âmbito das actividades associadas à função *Compliance*, foi efectuado acompanhamento e tratamento das informações/solicitações recebidas do BNA;
- Monitorização das transacções internacionais (OPE's, Remessas Documentárias, Cartões de Pagamento Automático, *Internet Banking* e *Mobile Banking*);
- Apoio no desenvolvimento de novos produtos;
- Apoio na elaboração de regras e normas de procedimentos;
- Apoio na elaboração de impressos e formulários para diversas necessidades;
- Envio de informação diversa regulamentar e não regulamentar ao Banco Nacional de Angola.

## Plano de Actividades 2016

Para o ano de 2016, prevê-se proceder a:

- Recrutamento e Formação;
- Divulgação contínua da Política de *Compliance* bem como da política de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- Implementação prática da Matriz de Risco de *Compliance*;
- Elaboração e actualização do Plano Anual de Actividades;
- Actualização da listagem de normativo e criação de listagem de legislação aplicável ao Banco, sempre que for produzida nova legislação e normas internas;
- Criação da listagem de deficiências detectadas e respectivos planos de resolução;

- Implementação de um sistema de avaliação do processo de prevenção e detecção de actividades criminosas;
- Elaboração de Relatório de situações identificadas e follow-up dos planos de resolução;
- Elaboração de Relatórios Periódicos das Actividades;
- Elaboração do Relatório Anual de Actividades;
- Envio de informação regulamentar ao BNA.

### Direcção de Contabilidade (DC)

Os principais destaques da actividade desenvolvida pela Direcção de Contabilidade em 2015 correspondem a:

- Implementação de mecanismos para automatização de processos da área e controle;
- Definição e consolidação da estrutura da direcção, assim como atribuição de funções e divisão de tarefas;
- Implementação do Kiwi - Sistema de Gestão de Pagamentos (Transferências Externas);
- Implementação de Relatórios Mensais - Relatório de Custos, Relatório de Actividades, Relatório das Falhas e Sobras Mensais.

### Recursos Humanos:

- Admissão de 2 Colaboradoras para área de pagamentos;
- 4 Transferências Internas.

### Formação:

- Seminário de Contabilidade Bancária, Regras Prudenciais e Legislação Aplicável a Sociedades Financeiras Bancárias e não Bancárias;

- A Viagem da Liderança;
- Síntese do Sistema Tributário de Angola;
- Prestação de Contas de Acordo às Normas Internacionais – IAS – IFRS e CONTIF;
- Normas Internacionais IFRS – Módulos 1 a 9.

### Direcção Financeira Internacional (DFI)

A Direcção Financeira Internacional (DFI) desenvolve e assegura a implementação do programa financeiro do Banco. Também desenvolve e mantém relações com os Bancos no exterior e interior do país, visando os objectivos definidos para o negócio, cabendo-lhe a gestão da tesouraria e o suporte da gestão de activos e passivos (Comité de Activos e Passivos), designadamente ao nível dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial.

A gestão financeira do BNI é sustentada num conjunto de documentações partilhadas com os Órgãos de Gestão, nomeadamente informação diária onde são sintetizadas as principais informações de mercado, os movimentos e operações cruciais constatados durante o dia, no que tange ao mercado monetário, ao cambial e ao de capitais, bem como o cumprimento da Reserva Obrigatória.

Em 2015, os acontecimentos mais relevantes da actividade desenvolvida pela DFI foram os seguintes:

- ✓ Gestão e controlo dos Riscos de Liquidez;
- ✓ Reforço no controlo do limite de exposição cambial;
- ✓ Reestruturação Orgânica de três Departamentos da DFI - Sala de Mercados, Back Office e Tesouraria Central -, tendo sido esta última retirada;

- ✓ Reestruturação da Sala de Mercados e do Back Office, tendo como base a contratação de capital humano e a rescisão de contrato de três Colaboradores;
- ✓ Prossecução da implementação do Instrutivo do BNA, no que concerne ao processo de saneamento de numerário.

## Direcção de Operações (DOP)

Em função de toda a dinâmica vivida em 2015, especialmente a partir do mês de Agosto em que se passou a proceder ao registo de todas as operações no SINOC, houve a necessidade de contratar mais quadros, tendo ocorrido uma reestruturação na DOP.

Como em qualquer mudança, é necessário um esforço adicional, tendo o processo em curso acarretado desafios que passam por manter os níveis de serviços mínimos e simultaneamente, projectar e executar tarefas que têm por fim, a normalização do quadro.

## Principais Tarefas em Curso:

- Actualização e criação de novos manuais de procedimentos;
- Adequação da estrutura orgânica face aos novos desafios;
- Adequação e implementação de novos níveis de controlo;
- Aumento do grupo de Colaboradores, preferencialmente com experiência.

## Desafios do Processo:

- Implementação rápida, face ao processo de aprendizagem e ensino e ao *empowerment* dos Técnicos, para que de forma autónoma desenvolvam um conjunto de tarefas, sem excessiva dependência dos responsáveis;
- Manutenção e fidelização dos Técnicos em relação às investidas da concorrência.

A Direcção de Operações conta com 23 Colaboradores, dos quais 14 pertencem ao Departamento de Operações Nacionais e 9 ao Departamento de Operações do Estrangeiro.

Em 2015, o Departamento de Operações Nacionais realizou as seguintes operações:

	USD'000			Quantidades		
	2015	2014	Var. %	2015	2014	Var. %
<b>Créditos carregados em sistema</b>	<b>98 595</b>	<b>521 354</b>	<b>-81%</b>	<b>183</b>	<b>358</b>	<b>-49%</b>
<b>SPTR</b>	<b>1 627 359</b>	<b>2 144 387</b>	<b>-24%</b>	<b>11 908</b>	<b>13 275</b>	<b>-10%</b>
Emitidas	822 493	1 052 779	-22%	3 201	3 292	-3%
Recebidas	804 866	1 091 608	-26%	8 707	9 983	-13%
<b>STC</b>	<b>221 862</b>	<b>87 729</b>	<b>153%</b>	<b>51 881</b>	<b>18 956</b>	<b>174%</b>
Emitidas	92 919	33 239	180%	17 243	9 733	77%
Recebidas	128 943	54 490	137%	34 638	9 223	276%
<b>Subsistema de pagamentos e compensação de valores</b>						
Compensação a crédito	65 778	163 456	-60%	-	-	-
Compensação a débito	107 443	85 458	26%	-	-	-

Em 2015, o Departamento de Operações do Estrangeiro realizou as seguintes operações:

	2015	2014	Var. %	2015	2014	Var. %
Crédito documentário a importação	184 356	32 370	470%	245	45	444%
Remessas documentárias emitidas a importação	36 385	135 512	-73%	277	1 035	-73%
OPE - Emitidas	664 748	700 650	-5%	9 477	11 660	-19%
OPR - Recebidas	100 639	227 661	-56%	1 006	1 399	-28%
<b>Total</b>	<b>986 128</b>	<b>1 096 192</b>	<b>-10%</b>	<b>11 005</b>	<b>14 139</b>	<b>-22%</b>

## Direcção Jurídica (DJU)

A Direcção Jurídica (DJU) é um dos órgãos situados ao primeiro nível da estrutura do BNI. Tem como incumbência, dar suporte a todas as questões jurídico-legais que lhe são submetidas, de modo a garantir a certeza e a segurança jurídica nos negócios em que o Banco é parte integrante ou em que esteja interessado.

Visando atingir os objectivos propostos, foram desenvolvidos no decorrer do ano transacto, os seguintes trabalhos:

1. Elaboração de um total de 69 Contratos de mútuo, nas modalidades:
  - Crédito Geral Empresas - 23;
  - Conta Corrente Caucionada - 5;
  - Crédito Automóvel - 4;
  - Crédito Habitação Funcionário - 2;
  - Reestruturações - 16;
  - Financiamento Angola Investe - 1;
  - Crédito atavio - (-1);
  - Adendas aos contratos - 17.
2. Emissão de 48 distintas Garantias Bancárias nas modalidades de:
  - Bom cumprimento - 18;
  - Concurso Público - 3;
  - Boa execução - 22;
  - Adiantamento - 2;
  - Primeira solicitação - 3.
3. Agenciamento de processos de crédito (a DJU presta serviços aos Clientes na formalização de processos que se consubstanciam em deslocações a Cartórios Notariais para tratamento de questões relacionadas com autenticações e reconhecimento de documentos, num total de 212 processos agenciados).
4. Elaboração de um Acordo de Parceria entre o BNI e a Epal, E.P, que tem como objecto o processamento das operações de pagamento dos serviços fornecidos pela empresa pública.
5. Elaboração de um protocolo para prestação de serviços com a Ensa – Seguros de Angola.
6. Elaboração das Condições Gerais para utilização dos seguintes produtos:
  - BNI Paga Já;
  - Natal Já.
7. Revisão às condições gerais dos Cartões em uso na instituição, nomeadamente:
  - Cartão de Crédito Visa Gold;
  - Cartão de Crédito Mastercard Gold;
  - Cartão de Crédito Mastercard Standard;
  - Cartão de Crédito Mastercard Corporate;
  - Cartão de Débito Visa Electron;
  - Cartão de Débito Multicaixa.
8. Respostas a 554 Ofícios endereçados ao BNI por diversas entidades públicas (PGR, AGT e outras).
9. Elaboração de 56 Contratos: Arrendamento (12), Prestação de Serviços (14), Empreitada (6), Acordo de Regularização de Dívida (2), Cessão de Quotas (3), Cessão da Posição Contratual (12), Promessa de Compra e Venda (7).

10. Elaboração de 47 declarações diversas (capacidade financeira, idoneidade, simples) .
  11. Elaboração 40 diversos pareceres sobre garantias de cumprimento das obrigações, como suporte à aprovação dos financiamentos, bem como análise e orientação de questões diversas (por via telefónica, *e-mail* ou *memos*), colocadas pelas diversas áreas da instituição.
  12. Elaboração de 11 participações criminais relacionadas com levantamentos indevidos, efectuados em contas de Clientes e violações graves aos procedimentos em vigor na instituição.
  13. Instauração de 39 processos disciplinares a Colaboradores, relativos a infracções de deveres tipificados.
  14. Constituição de empresas para suporte à actividade do Banco - uma nova sociedade constituída: Agrosementes, Lda.
3. A DJU conta actualmente com 7 Colaboradores efectivos, distribuídos pelos seus Departamentos (Contratação, Agenciamento e Contencioso).
  4. A Estrutura orgânica foi mantida, conforme manual aprovado em 2014, mas haverá uma maior articulação entre o Departamento de Contencioso da DJU e a Direcção de Recuperação de Crédito, face à estratégia do BNI para 2016.
  5. Como ferramenta de trabalho, temos a Legis Palop – Ferramenta informática -, que disponibiliza toda a legislação em vigor dos países da comunidade PALOP.
  6. Durante o ano 2015, a DJU arrecadou para o Banco na prestação de serviços de agenciamento, a quantia de AKZ 1.272 milhares.

#### Nota:

1. No âmbito do processo de legalização dos imóveis próprios da instituição, foram concluídos os processos referentes aos Prédios Urbanos adquiridos pelo Banco, que já se encontram registados a favor do BNI:

- Ganda (Benguela);
- Living (Nova Vida).

2. O Ano de 2015, foi um ano cujo o foco de acção cingiu-se aos processos de recuperação de crédito, uma vez que foi reduzida a concessão dos mesmos.

#### Direcção Banca Electrónica (DBE)

Os meios de pagamento têm vindo a desenvolver-se no sentido de se tornarem cada vez mais eficientes, o que foi potenciado fundamentalmente pela possibilidade de efectuar pagamentos por via electrónica. O sistema de pagamentos electrónicos, permite ainda gerar consideráveis economias de escala e disponibilizar um grande conjunto de funcionalidades.

#### Estrutura orgânica:

A Direcção é composta por 4 Departamentos: Departamento de Cartões, Departamento BNI On-Line, Departamento de Análise de Risco e Fraude e Departamento de Aceitação/*Acquiring*.



### Dos principais projectos realizados em 2015, destacam-se:

- *Call Center* BNI;
- Produto Multibónus;
- Elaboração do Manual de *Internet Banking*;
- Elaboração do Manual de Utilizador para Fechos de TPAS;
- Manual de informação de Cartões;
- Cobrança de Anuidades de Cartões de Crédito;
- Procedimento para Recuperação de Crédito de Cartões dos Colaboradores;
- Cobrança de 2ª via do extracto de Cartões de Crédito;
- Elaboração do Manual de Procedimento de Transacções Não Presenciais em TPA;
- Procedimento para Recuperação de Crédito de Clientes;
- Novo Procedimento *internet Banking*;
- Migração dos Cartões para Chip;
- Elaboração do Manual de Procedimento de Transacções Não Presenciais em TPA;
- Elaboração do Manual de Boas Práticas de Utilização de Cartões Bancários;
- Manual de *Internet Banking* para as Petrolíferas;
- Cobrança de rolos de papel para TPA.

### Direcção de Marketing e Comunicação (DMC)

A Direcção de Marketing e Comunicação concretizou ao longo de 2015, o lançamento vários produtos, alguns deles divulgados através de campanhas publicitárias na imprensa e rádio. Estes produtos foram igualmente dinamizados nas Agências, através de folhetos e cartazes, bem como no Portal do BNI através de banners:

- DP BNI SUPERFLASH – renovação;
- BNI Click;
- Conta Kwanza Crescente;
- Renda Fácil;
- Crédito Pessoal;
- DP Rendimento Extra;
- Mastercard Pré-pago Viagem;
- DP Natal Já.

### Lançámos diversas Campanhas de Publicidade, nomeadamente:

- Mastercard Prepaid;
- DP BNI Superflash;
- BNI Click;
- DP BNI Junior;
- Abertura de Agências aos Sábados;
- Comercialização da Taxa de Circulação Automóvel;
- Extracto Ecológico Digital;
- Campanha de Publicidade do Mapa das Agências;
- Serviço DLI – Pagamento de Impostos.

### Procedemos à contínua actualização dos conteúdos da *intranet*, nomeadamente:

- Código de Ética e Conduta – revisão;
- Manual do Colaborador – actualização;
- Guia de *Internet Banking*;
- Guia de Literacia Financeira.

Procedemos à revisão da identidade institucional de todos os Normativos e Manuais e publicámos 6 números da Newsletter BNI NEWS, disponibilizando-a na versão digital a todos os Colaboradores. Continuámos a actualizar os conteúdos e imagens do Portal do BNI.

Organizámos várias actividades, entre as quais destacamos o Jantar de Natal; divulgámos diversos comunicados à imprensa que se encontram publicados na área institucional do nosso Portal; preparamos a imagem de diversas novas Agências e remodelámos a imagem e o mobiliário de outras; lançámos o Relatório e Contas de 2014 e produzimos vários itens de brindes para os nossos Clientes.

### Estratégia de actuação:

Pautámos a nossa actuação pela observância dos limites orçamentais, dando prioridade a todas as actividades com o propósito de difundir a imagem do BNI.

### Recursos Humanos:

Nº Colaboradores – 2;  
Contratações – 0;  
Desvinculações – 6.

### Estrutura Orgânica:

Director – 1;  
Técnico gráfico – 1.

### Direcção de Controlo e Gestão (DCG)

A Direcção de Controlo e Gestão é um órgão da estrutura do Banco, sob dependência directa do Conselho de Administração e como tal, tem como função a concepção, implementação e monitorização de um modelo de controlo e gestão de informação financeira, necessária ao acompanhamento da evolução da actividade do Banco.

A Direcção é constituída pelos Departamentos de Análise e Reporte Financeiro, Planeamento e o de Informação de Gestão.

Das várias actividades desenvolvidas durante o ano de 2015, destacam-se:

- \_ Membro do Project Office de implementação das IFRS/IAS;
- \_ Membro permanente do Comité de Activos e Passivos (ALCO) do Banco;
- \_ Representação do BNI em encontros periódicos da ABANC (Associação dos Bancos Comerciais Angolanos);
- \_ Tratamento e fornecimento de dados estatísticos do BNI ao IFC (Instituição do Banco Mundial), de acordo com as normas de reporte internacionais, no âmbito da linha crédito contratada pelo BNI;
- \_ Elaboração do Relatório e Contas de 2014 do Banco;
- \_ Elaboração da Estratégia e Orçamento do Banco de 2016;

- \_ Definição dos objectivos anuais das Direcção Comercial para o ano de 2016;
- \_ Monitorização da *performance* financeira das empresas do grupo BNI;
- \_ Monitorização e actualização do preçário do Banco;
- \_ Preparação e reporte de informação periódica ao Conselho de Administração do Banco e Direcções;
- \_ Reporte de informação ao Banco Nacional de Angola;
- \_ Actualização dos reportes de gestão, de acordo com evolução das especificidades e regras do sector bancário Angolano;
- \_ Recrutamento de 2 Técnicos, para reforço dos Departamentos de Planeamento e Informação de Gestão.

### Direcção de Gestão do Risco (DGR)

O ano de 2015 foi um ano de contínuo esforço no sentido de implementação da Direcção de Risco, de acordo com o aviso nº2 de 19 de Abril de 2013. Neste sentido, foi revisto o Manual da Estrutura Orgânica, bem como produzidos e aprovados alguns documentos de suporte da actividade da Direcção de Risco.

### Recursos Humanos

Com a revisão do Manual da Estrutura Orgânica da Direcção de Risco, iniciou-se o processo de recrutamento, tendo sido contratados 4 Técnicos. Foram também realizadas 3 sessões de formação técnica, visando uma melhor preparação dos mesmos.

### Estrutura Orgânica da Área

Foi revisto e aprovado um novo Manual da Estrutura Orgânica da Direcção de Risco, tendo-se efectuado

algumas alterações de forma a ajustar o respectivo aviso à realidade do Banco. Assim sendo, a nova estrutura orgânica tem o seguinte desenho:



### Direcção de Desenvolvimento Organizacional (DDO)

O ano de 2015 fica marcado pelo desenvolvimento de procedimentos, melhoria das metodologias de trabalho e optimização de processos, atendendo às normas internas do Banco, assim como da entidade reguladora, tendo como estratégia de actuação:

1. Verificar e analisar as considerações que impõem restrições e sujeições das partes envolvidas (*stakeholders* internos e externos), garantindo que não se perde o foco no negócio;
2. Analisar em conjunto com os *process owner*, as imposições, restrições ou sujeições, evitando desta forma que fossem inibidas ou directamente incluídas nos requisitos ou oportunidades de melhoria;
3. Analisar com base no auxílio de Auditorias e/ou Consultorias, as deficiências de emissão de normativos, por forma a garantir a existência de um ambiente de gestão de riscos e controlo interno;
4. Planear a elaboração dos Normativos em falta, emitir e divulga-los sempre que existam condições "reais" para a implementação das regras aí documentadas.

### Actividades gerais:

- i. Definir com o C.A. os objectivos, políticas, planos de acção e o orçamento para a Direcção;
- ii. Garantir a gestão do catálogo de processos em articulação com as demais Unidades de Estrutura, para identificação de novos processos ou a revisão/ actualização de processos já existentes;
- iii. Propor e promover a adequação ou a revisão/ actualização dos processos, circuitos e procedimentos (novos e existentes) em termos de serviço, eficiência, qualidade, controlo e custo, face às políticas e orientações estratégicas do Banco;
- iv. Assegurar a actualização e a manutenção do quadro de Normativo do Banco;
- v. Assegurar a recolha, registo, organização, actualização e arquivo dos catálogos de normativos, processos, formulários, estrutura orgânica e funcional;
- vi. Analisar os relatórios de Auditoria e avaliar junto dos intervenientes a forma adequada de se implementar as recomendações e medidas correctivas de controlo interno aos processos, circuitos e procedimentos (novos e existentes);
- vii. Coordenar as equipas de abertura de Balcões BNI e divulgar a abertura e encerramento de outros Balcões;
- viii. Manter o Livro de Assinaturas actualizado e divulgar a todos os *stakeholders*.

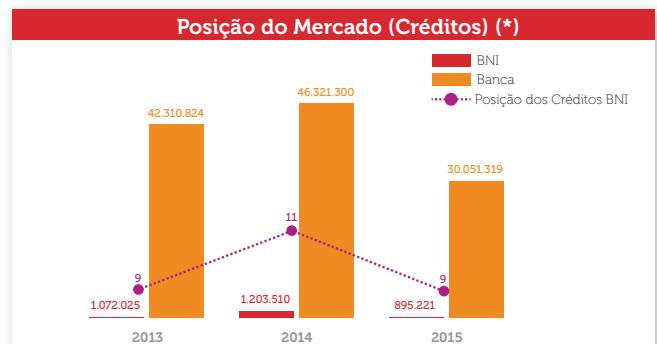
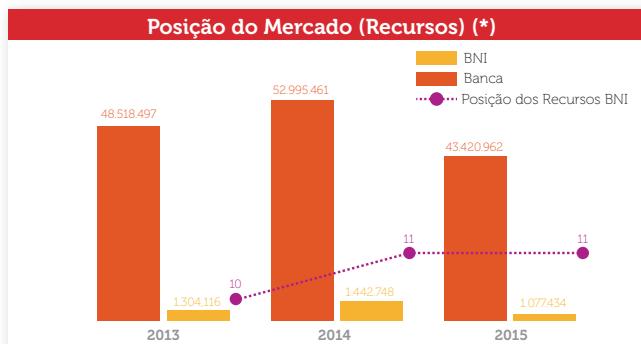
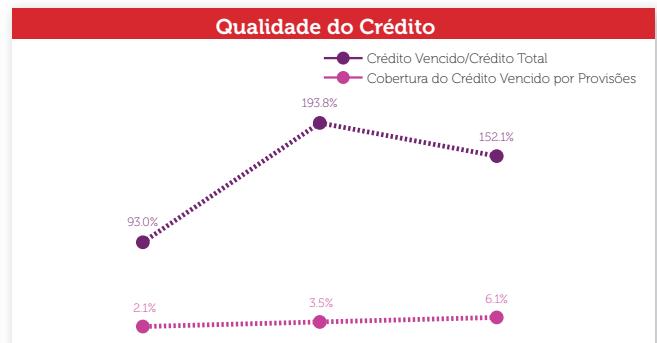
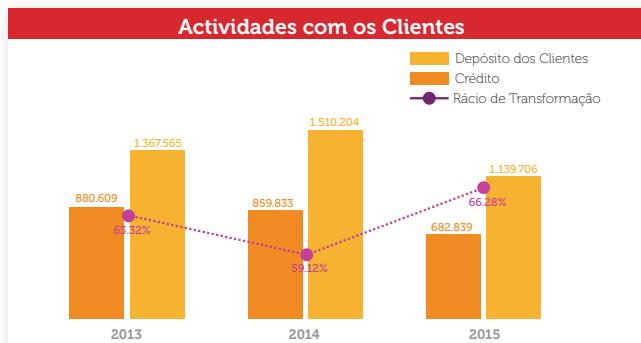
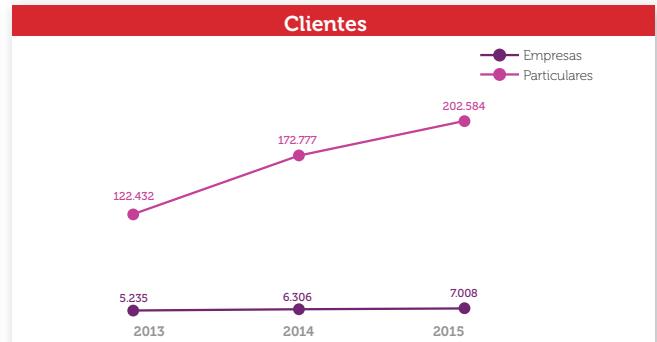
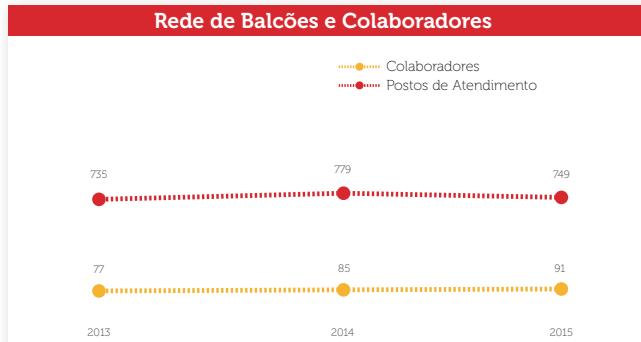
### Recursos Humanos:

A DDO conta com 1 director e 4 Técnicos Júniores. Para o ano de 2016 pretende-se recrutar 2 novos Técnicos (1 Sénior e 1 Administrativo).



# Evolução do Negócio

Breves considerações dos principais indicadores:  
(Valores em USD'000)



(\*) Dados preliminares do Banco Nacional de Angola

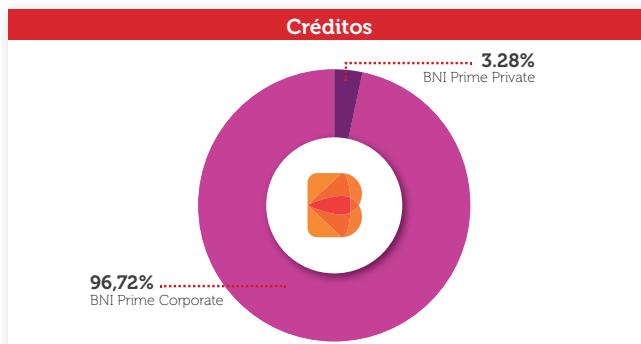
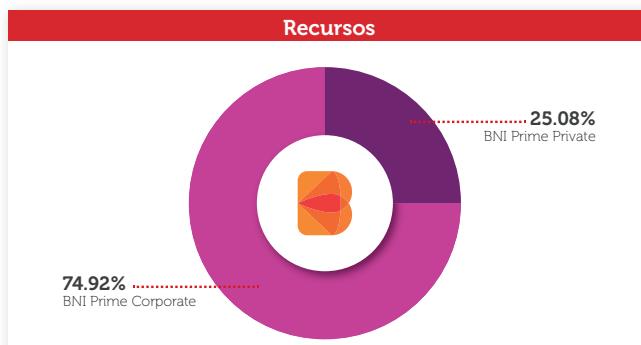
## Áreas de Negócio

O Banco de Negócios Internacional dedica-se à captação de recursos de terceiros e actua no mercado através de unidades estratégicas, tendo como suporte critérios claros e objectivos de segmentação e diferenciação de Clientes.

### Unidades de Negócio

**BNI Prime Corporate:** dedica-se ao segmento de empresas de renda elevada. No final de 2015 esta unidade alcançou um total de 2.120 Clientes (1,01% do total do Banco), USD 797.934 milhares em depósitos de clientes (62,79% do total do Banco) e USD 609.330 milhares em créditos concedidos (85,86% do total do Banco);

**BNI Prime Private:** unidade dedicada ao segmento de particulares de renda elevada. No final de 2015 esta unidade alcançou um total de 4.067 Clientes (1,94% do total do Banco), USD 267.150 milhares em depósitos de Clientes (21,02% do total do Banco) e USD 20.667 milhares em créditos concedidos (2,91% do total do Banco);

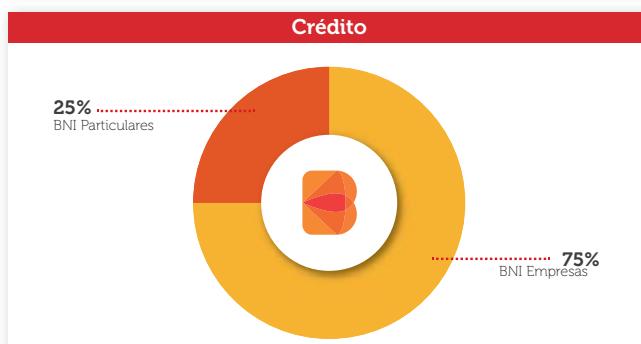
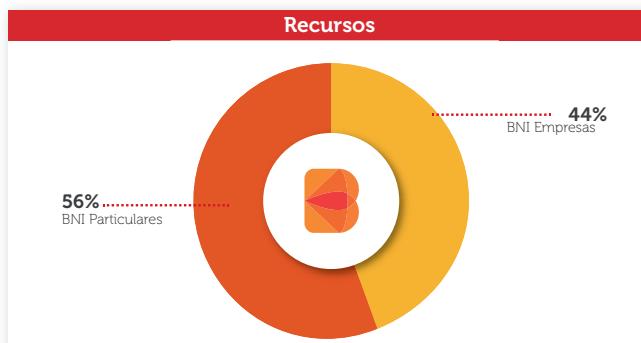
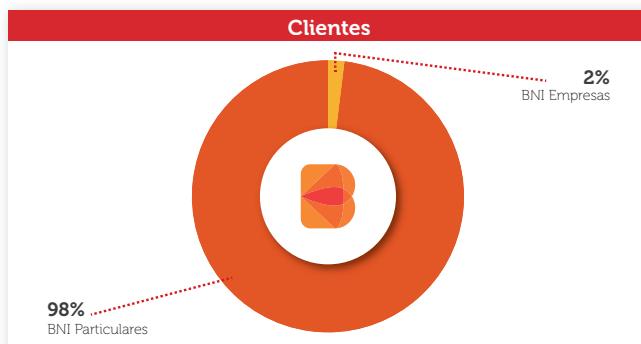


**BNI Rede:** unidade dedicada ao segmento de retalho, com 203.405 Clientes (97,05% do total do Banco), USD 205.652 milhares em depósitos de Clientes (16,18% do total do Banco), USD 79.705 milhares em créditos concedidos (11,23% do total do Banco).

No final do exercício, o Banco atingiu um total de 209.592 Clientes, mais de 30.509 face a 2014, tendo havido um crescimento de 17,04%. A rede de Balcões distribuídas pelo território nacional, aumentou de 85 para 91 unidades, perfazendo um total de 6 novos Balcões abertos em 2015.

Os Depósitos de Clientes registaram em 2015, um decréscimo de 24,53%, atingindo os USD 1.139.706 milhares. Os Depósitos em moeda nacional e em moeda estrangeira, representam 73,33% e 26,67% respectivamente, do total da carteira.

A Carteira de Crédito registou uma desaceleração de 20,53%, atingindo os USD 682.843 milhares. O Crédito concedido aos Clientes em moeda nacional representa 78,46%, isto é, USD 535.759 milhares do total da carteira do Banco. Em 2015 o BNI detinha no mercado uma quota de 2,48% para os depósitos de Clientes e 2,98% para o crédito.

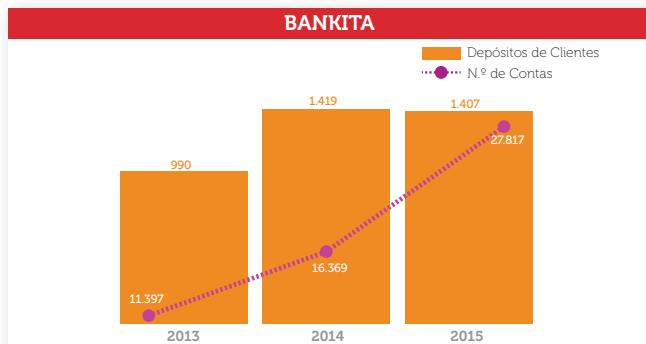


## Bankita

No decorrer de 2015, o Banco regista a massificação dos produtos Bankita alcançando um total de 27.817 contas "Bankitas" abertas, mais de 11.448 contas do que em 2014, prefazendo um crescimento de 69,94%.

Os depósitos dos Clientes Bankita registam em 2015 um ligeiro decréscimo de 0,83%, cerca de USD -12 milhares, atingindo um total de USD 1.407 milhares no final do ano.

Os depósitos à ordem e a prazo representam 98,86% e 1,14%, respectivamente, do total de depósitos Clientes Bankita.



(\*) Valores em USD '000.

## Programa "Angola Investe"

O Programa "Angola Investe" tem como objectivo principal impulsionar e diversificar a Economia Nacional através do financiamento de projectos de investimento a micro, pequenas e médias empresas, bem como a empreendedores.

Em 31 de Dezembro de 2015, o BNI aprovou 3 financiamentos, tendo sido aprovados 2, totalizando USD 1.160 milhares disponibilizados no final do ano.

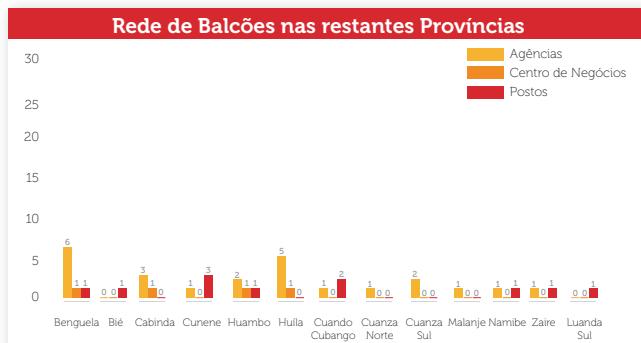
## Canais de Distribuição

O BNI mantém a aposta forte no desenvolvimento de soluções, a fim de proporcionar uma maior satisfação aos Clientes, através da criação de produtos e canais atractivos para todos os segmentos.

A rede de canais de distribuição do BNI é composta por:

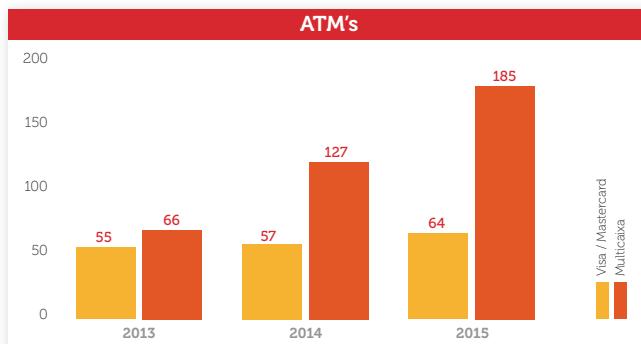
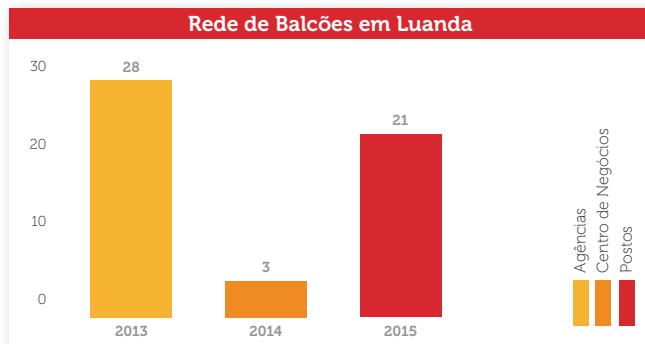
### ➤ Rede de Balcões

No final de 2015, o Banco registou um total de 91 Balcões, mais 6 face a 2014, dos quais constam 7 Centros de Negócios, 52 Agências e 32 Postos de atendimento, distribuídos por 14 Províncias do país. Em Luanda, o Banco opera com 3 Centros de Negócios, 28 Agências e 21 Postos de Atendimento.



### ➤ Caixas Automáticas (ATM'S)

No final de 2015, o Banco dispunha de 249 ATM's, dos quais 64 correspondem à rede Visa/Mastercard e 185 à rede Multicaixa, mais 65 ATM's que no período homólogo, cobrindo 13 Províncias do território nacional.

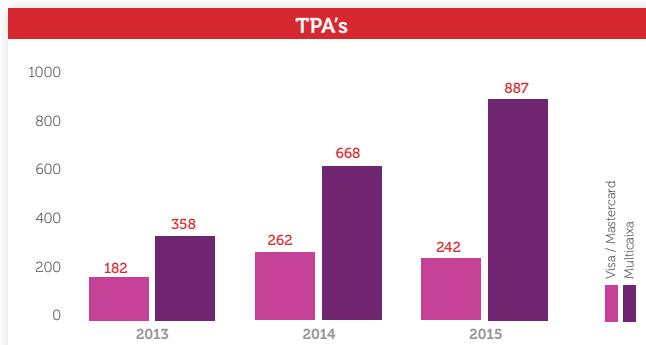


➤ **Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA's)**

A rede de TPA's do BNI contempla 1.129 terminais, dos quais 242 correspondem à rede Visa/Mastercard e 887 à rede Multicaixa.

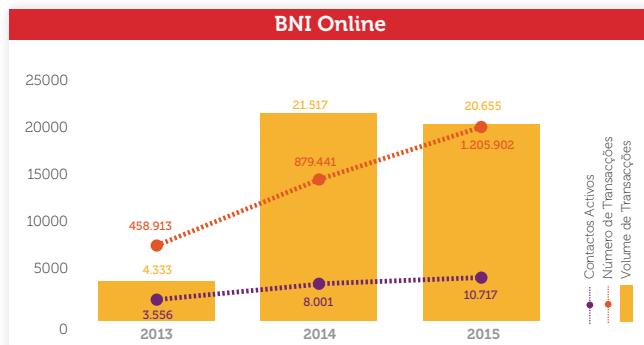
Em termos de compras, a rede Visa/Mastercard registou em 2015 um total de 27.568 de compras válidas, cujo montante transaccionado totalizou em USD 15.220 milhares, alcançando uma média mensal de USD 1.268 milhares.

A rede Multicaixa registou um volume transaccionado de USD 89.983 milhares, totalizando 895.359 de compras válidas, atingindo uma média mensal de USD 7.499 milhares.



➤ **Internet Banking (BNI Online)**

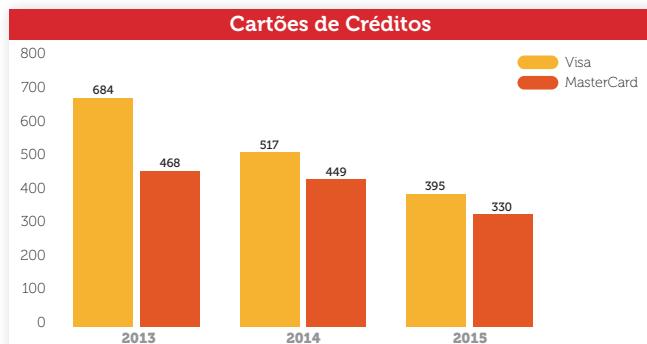
No final de 2015, o Banco registou 1.205.902 de operações via BNI Online, contra 879.441 registadas no ano anterior, de 10.717 Contratos activos, perfazendo um volume transaccionado de USD 20.655 milhares.



### ➤ Cartões de Crédito (Visa e Mastercard)

Em 2015, a rede de cartões de crédito do BNI contemplava 725 unidades, dos quais 395 representavam a VISA e 330 à Mastercard.

No que toca à Visa, foram emitidos 236 cartões para o BNI Prime e 159 para a Rede BNI. Para a Mastercard, foram emitidos 169 cartões destinados à rede Prime enquanto 161, foram destinados à Rede BNI.

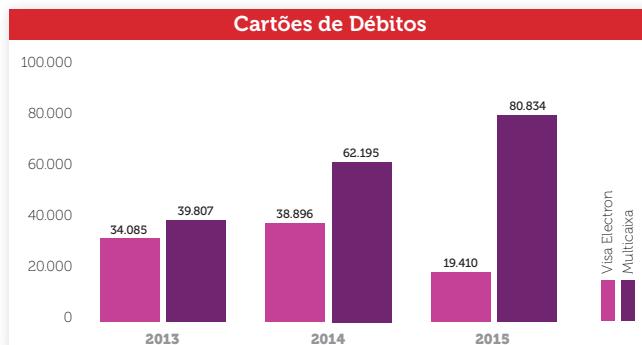


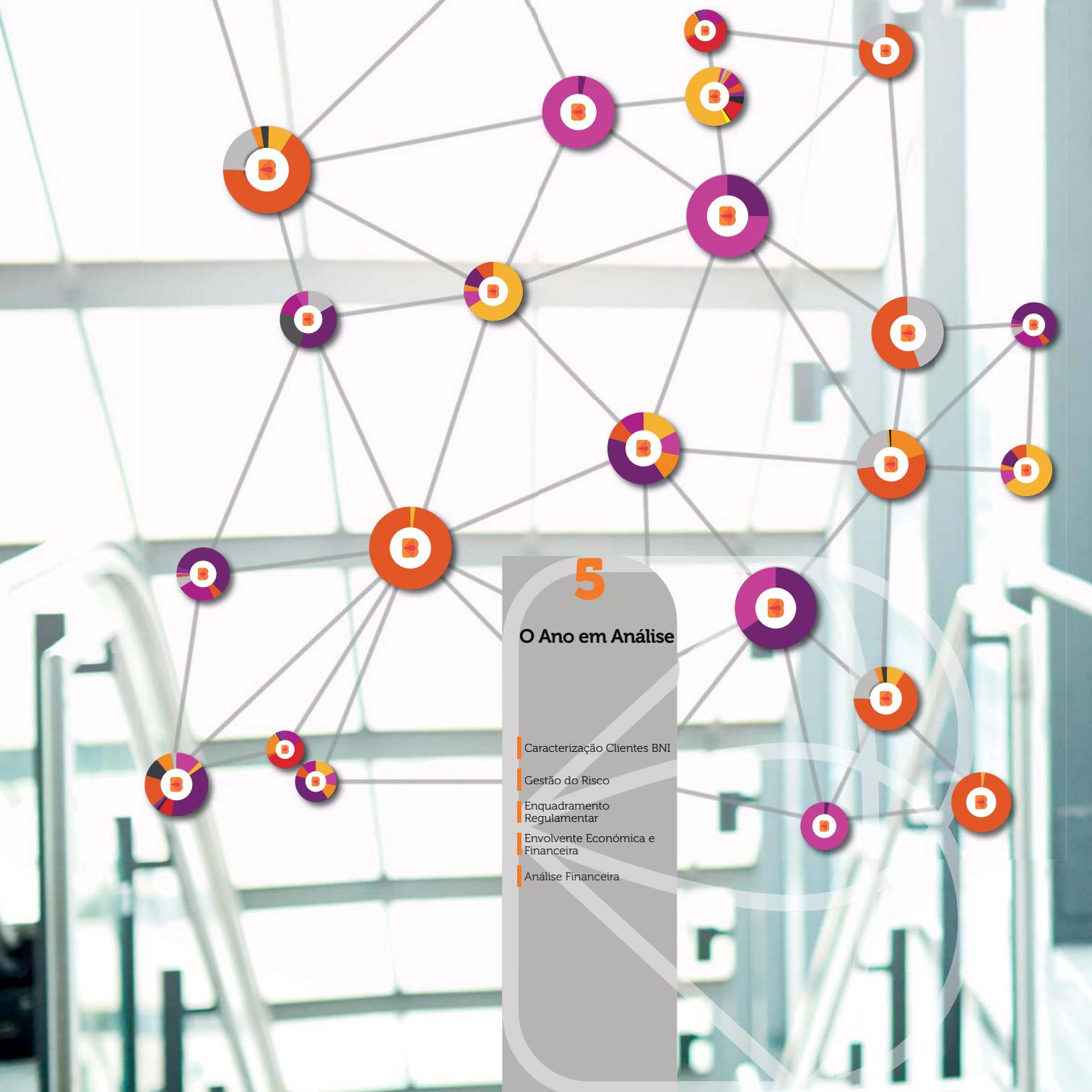
### ➤ Cartões de Débito (Multicaixa e Visa)

Em 2015, os cartões de débito da rede Multicaixa e Visa do BNI, completaram 100.244 cartões contra 101.091 cartões em 2014, representando um decréscimo de 847 (-1%) cartões.

No que diz respeito aos cartões de débito Visa Electron, 738 pertencem ao BNI Prime e 18.672 pertencem à Rede BNI.

Já com os cartões de débito Multicaixa, 1.759 pertencem ao BNI Prime e 79.075 pertencem à Rede BNI.



A network diagram consisting of approximately 20 circular nodes connected by thin grey lines. Each node contains a stylized BNI logo, which is a square with a white 'B' and a red 'I' on a dark background. The nodes are arranged in a non-uniform, interconnected pattern across the page. The background is a blurred image of a modern building with large windows and structural elements.

5

## O Ano em Análise

- Caracterização Clientes BNI
- Gestão do Risco
- Enquadramento Regulamentar
- Envolvente Económica e Financeira
- Análise Financeira

O Ano em Análise

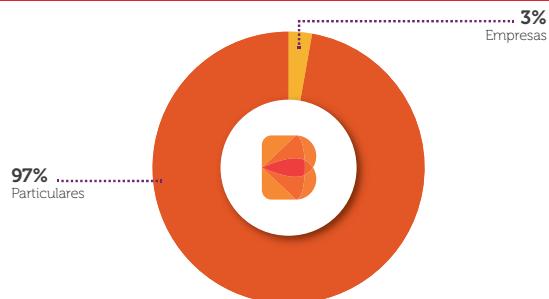


## Caracterização Clientes BNI

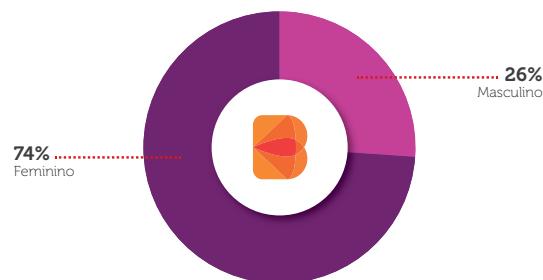
No final do exercício de 2015, o Banco atingiu um total de 209.592 Clientes (mais de 30.509 face a 2014), registando um crescimento de 17,04% em relação ao período homólogo. Os Clientes particulares representam 97% do total da carteira de Clientes do Banco, ou seja, 202.584 Clientes, pelo que os 3% das empresas perfazem um total de 7.008 empresas.

Em termos estatísticos, seguem algumas conclusões verificadas ao nível da carteira de Clientes do BNI:

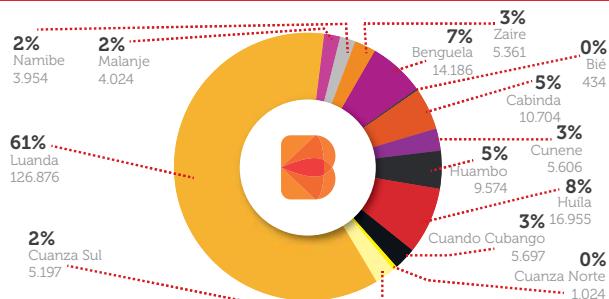
### Tipologia de Clientes

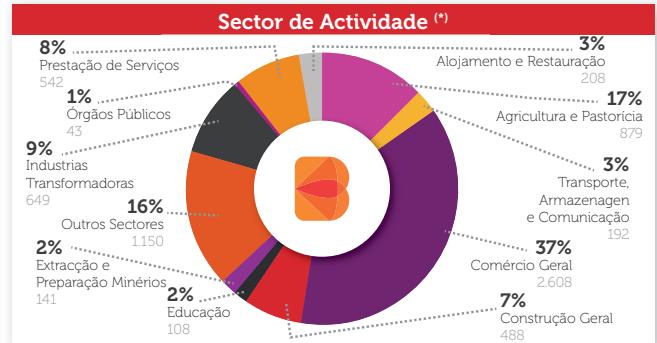
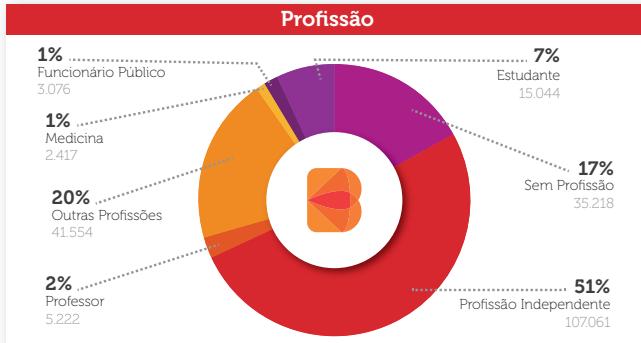
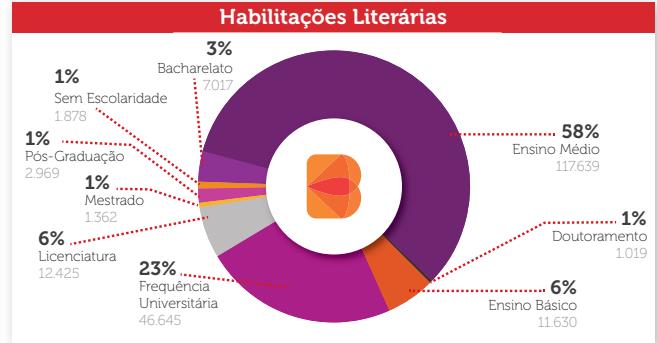
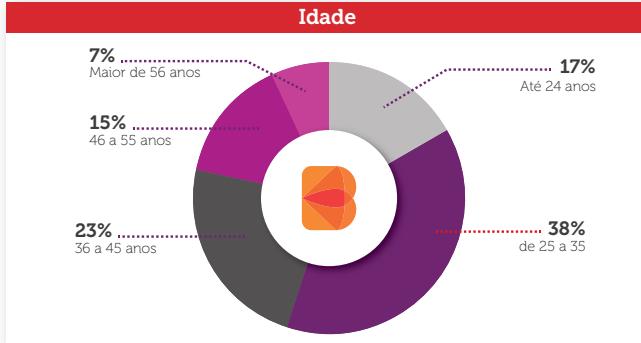


### Género



### Distribuição dos Clientes por Províncias





\* Empresas

## Gestão do Risco

### Direcção de Gestão do Risco

#### Apresentação

A Direcção de Risco é um órgão situado no 1º nível da estrutura do BNI e depende hierárquica e funcionalmente do Conselho de Administração. A DRI está sediada em Luanda e o seu âmbito de actuação abrange todos os locais onde o Banco BNI se encontra representado, de acordo com as atribuições que lhe são designadas.

#### Missão

A Direcção de Risco é responsável pelo desenvolvimento de práticas que permitem a identificação, quantificação, controlo, monitorização e reporte dos diferentes tipos de risco relevantes e inerentes à actividade do BNI, nomeadamente o risco de crédito, riscos financeiros e risco operacional, visando a protecção do capital e a manutenção da solvabilidade do Banco.

Assim, à DRI cabe a responsabilidade da concepção, desenvolvimento, monitorização e actualização de modelos de gestão de risco, que possibilitem uma correcta identificação, avaliação e controlo dos riscos associados à actividade do Banco, de forma a assegurar que os mesmos se mantêm em níveis consistentes com o perfil e grau de tolerância ao risco (Apetite ao Risco), definido pelo Conselho de Administração.

### Estratégia de actuação

Sendo um ano de implementação da Direcção de Risco, toda a estratégia de actuação desenvolveu-se em redor da formalização e implementação de políticas e procedimentos, por forma a atingir o objectivo preconizado do cumprimento de implementação da função de risco, de acordo com o respectivo aviso.

### Departamento de Risco de crédito

O Departamento de Risco de Crédito, órgão que depende hierárquica e funcionalmente da Direcção de Risco, identifica, avalia, monitoriza e quantifica os riscos de crédito inerentes às fases do processo de crédito do Banco, nomeadamente a concessão, acompanhamento, recuperação e contencioso. As suas funções e atribuições são as seguintes:

- Contribuir para o desenvolvimento contínuo do documento das Políticas e Procedimentos Gerais de Crédito, nomeadamente a formalização e actualização do Regulamento Geral de Crédito do Banco em todas as fases (concessão, acompanhamento, recuperação e contencioso). Este departamento está alinhado com os princípios regulamentares aplicáveis, bem como com as práticas internas definidas pelo Conselho de Administração;
- Identificar, tipificar e quantificar os potenciais riscos inerentes ao processo de crédito do BNI;
- Assegurar a definição, a disseminação e a implementação de medidas de mitigação do risco de crédito ao nível dos processos, políticas e procedimentos, monitorizando de forma contínua a aderência e robustez destas medidas;

- Monitorizar a implementação dos planos de acção e pontos de melhoria identificados no âmbito dos relatórios de controlo interno;
- Apoiar as unidades com responsabilidades de reporte, na disponibilização e validação da informação relativa a risco de crédito;
- Contribuir para a manutenção e evolução dos repositórios de dados para a gestão de risco, com o intuito de disponibilizar a informação correcta, completa e tempestiva, para a gestão do risco de crédito;
- Preparar informações e análises de informação de gestão e prudenciais, destinados à análise da Direcção, Comité de Risco ou Comité de Crédito;
- Definir, formalizar, constituir e monitorizar o registo de Grupos Económicos e partes relacionadas, assegurando o cumprimento dos limites regulamentares e internos ao nível da concentração das exposições de crédito;
- Participar activamente (através de pareceres de risco) em operações que pelo seu elevado montante e complexidade, sejam passíveis de impactar de forma significativa a exposição ao risco;
- Definir e monitorizar sinais de alerta, que visem a detecção preventiva de situações de deterioração da qualidade creditícia de clientes ou a sua incapacidade financeira de cumprimento das obrigações de crédito;
- Monitorizar a capacidade de incumprimento associado a cada contraparte, mantendo uma adequada classificação do nível de risco de crédito, de modo a que o nível de provisionamento seja o suficiente e adequado;
- Garantir a manutenção do risco de Crédito de Clientes sob vigilância, identificar e analisar a exposição de potenciais situações de alerta, com base no mapa de vigilância enviado pela Direcção de Crédito;
- Criar e actualizar periodicamente os modelos de rating e scoring, que permitam a classificação dos Clientes particulares e empresas por perfil de risco, onde são definidos todos os eventos que contribuem para o perfil do Cliente, bem como qualquer outra informação que ajude a compreender o risco que dado Cliente representa para o BNI;
- Acompanhar a exposição do BNI ao risco de crédito e respectivo provisionamento, analisando a adequação do nível de provisões, face à qualidade da carteira de crédito;
- Efectuar o cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura do risco de crédito e de contraparte, de acordo com o Normativo legal em vigor;
- Analisar o comportamento da carteira de crédito através de um estudo de cenários (Stress Tests), no sentido de identificar eventuais impactos negativos decorrentes da ocorrência de determinados cenários economicamente negativos;
- Definir e apoiar a implementação de Modelos de cálculo de Imparidade, através da definição de metodologias e procedimentos alinhados com os requisitos regulamentares aplicáveis, assim como no suporte às áreas internas envolvidas no processo;
- Analisar e identificar cenários extremos (*Stress Tests*), identificando e antecipando potenciais impactos negativos na actividade do Banco, e ainda, colaborar na definição de planos de actualização a implementar na eventualidade da sua materialização;

- Identificar e sistematizar eventuais lacunas de informação e dados, dando nota de alterações a implementar nos Sistemas de Informação;
- Desenvolver modelos de *haircuts* (coeficientes de desvalorização de colaterais);
- Efectuar o cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura do risco de crédito e de contraparte, de acordo com o normativo legal em vigor;
- Efectuar outras solicitações incumbidas pela Direcção, no âmbito das suas competências.

## Departamento de Risco Operacional

O Departamento de Risco Operacional, órgão que depende hierárquica e funcionalmente da Direcção de Risco, identifica, avalia, monitoriza e quantifica os riscos operacionais do Banco. A principal missão deste departamento, é a identificação, tipificação e análise dos eventos de risco operacional, assegurando a definição de medidas de mitigação do risco operacional e do apoio a toda a estrutura do BNI na sua implementação. As suas atribuições e funções são:

- Conceber e implementar políticas que garantam uma eficiente identificação, avaliação, quantificação e monitorização do risco operacional;
- Identificar, tipificar e quantificar os eventos de risco operacional decorrentes das actividades e operações realizadas, ocorrência de eventos adversos, falhas de sistemas, erros e omissões, fraudes (internas e externas) e acontecimentos externos;

- Identificar e analisar as potenciais fontes de risco operacional, nomeadamente produtos, actividades, processos, departamentos e sistemas de informação;
- Assegurar a definição, a disseminação e a implementação de medidas de mitigação do risco operacional ao nível dos processos, políticas e procedimentos, monitorizando de forma contínua a aderência e robustez destas medidas;
- Acompanhar e promover o registo de perdas, na Base de Dados respectiva, para eventos de risco operacional;
- Monitorizar a implementação dos planos de acção e pontos de melhoria, identificados no âmbito dos relatórios de controlo interno;
- Apoiar as unidades com responsabilidades de reporte na disponibilização e validação da informação relativa ao risco operacional;
- Preparar informações e análises de informação de gestão e prudenciais, destinadas à análise da Direcção ou do Comité de Risco;
- Conceber um sistema de recolha de informação sobre eventos relacionados com risco operacional, objectivando a sua análise, tipificação e registo, numa base de dados segmentada por actividade e catalogada por tipo de evento;
- Identificar e quantificar os *Key Risk Indicators* (sistema de alerta preventivo);
- Desenvolver medidas de controlo às operações realizadas (vertente prevenção), de medidas de mitigação de riscos (vertente detecção), dos *Key Risk Indicators* e de questionários de auto-avaliação;
- Analisar e identificar cenários extremos;
- Efectuar o Cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura do Risco Operacional, pelos

- métodos indicados pelas entidades de supervisão e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Identificar e sistematizar eventuais lacunas de informação e dados, dando nota das alterações a implementar nos Sistemas de Informação;
  - Contribuir para a manutenção e evolução dos repositórios de dados para gestão de risco, de forma a poder disponibilizar a informação correcta, completa e tempestiva, para a gestão do risco operacional;
  - Monitorizar a implementação das medidas necessárias à correcção das deficiências relativas ao risco operacional, identificadas no Relatório de Avaliação do Sistema de Controlo Interno do BNI;
  - Colaborar no Planeamento e controlo das tarefas a executar;
  - Efectuar outras solicitações incumbidas pela Direcção, no âmbito das suas competências.

### Departamento de riscos financeiros

O Departamento de Risco Financeiro, órgão que depende hierárquica e funcionalmente da Direcção de Risco, identifica, avalia, monitoriza e quantifica os riscos financeiros mais relevantes, nomeadamente o risco de liquidez, risco de taxa de juro e risco cambial.

O objectivo principal deste Departamento consiste em fornecer ao Banco uma visão complementar à actividade das áreas de negócio, no controlo, monitorização e formalização de limites à gestão dos referidos riscos financeiros. As suas atribuições são:

- Definir, formalizar e disseminar os processos, políticas e procedimentos de mitigação do risco financeiro, monitorizando de forma contínua a aderência e robustez dos mesmos face à

realidade de negócio do Banco;

- Monitorizar a implementação dos planos de acção e pontos de melhoria identificados no âmbito dos relatórios de controlo interno;
- Identificar e formalizar as metodologias de suporte à quantificação dos riscos financeiros, nomeadamente metodologias *VaR*, *Stress Tests* e análises de *backtesting*
- Definir, formalizar e monitorizar um conjunto de indicadores de gestão dos riscos financeiros, nomeadamente no que se refere aos valores associados aos *Gaps* de liquidez, taxa de juro e taxa de câmbio, assegurando a sua manutenção dentro dos limites de aceitação definidos pelo Banco, identificando eventuais situações de ultrapassagem de limites e elaboração da proposta de revisão dos limites de exposição e estratégias de mitigação;
- Apoiar as unidades com responsabilidades de reporte na disponibilização e validação da informação relativa ao risco financeiro;
- Preparar informações e análises de informação de gestão e prudenciais, destinadas à análise da Direcção, Comité de Risco ou Comité ALCO;
- Definição de time buckets e de metodologia de alocação de activos/passivos para os três riscos referidos;
- Elaboração de Stress Tests às principais variáveis com impacto no balanço (liquidez e taxa de juro), com vista à monitorização e controlo do rácio de liquidez e da taxa de juro;
- Identificar e sistematizar eventuais lacunas de informação e dados, dando nota de alterações a implementar nos Sistemas de Informação, de forma a suportar a gestão e monitorização dos riscos financeiros;

- Contribuir para a manutenção e evolução dos repositórios de dados para gestão de risco, de forma a poder disponibilizar a informação correcta, completa e tempestiva, para a gestão do risco financeiro;
- Efectuar o cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura dos riscos financeiros, de acordo com o normativo legal em vigor;
- Efectuar outras solicitações incumbidas pela Direcção, no âmbito das suas competências.

### Ferramentas de Trabalho

No âmbito do início das actividades de direcção de risco, foi desenvolvido uma ferramenta tácita de gestão de liquidez, que permite a melhor gestão de activos e passivos na óptica de liquidez, permitindo agrupar os mesmos por bandas temporais e ter uma melhor visão do inflows e outflows para cada banca temporal.

### Novos procedimentos implementados

Na sequência da aprovação da revisão do Manual de Estrutura da Direcção de Risco, foram aprovados os seguintes documentos e processos:

- Revisão do Manual de Estrutura Orgânica da Direcção de Risco;
- Manual do Comité de Risco;
- Política de Apetite ao Risco;
- Política de Linha e Limites de Crédito;
- Política de Teste de Esforço;
- Processo da Central de Balanços;
- Processo de Definição de Sinais de Alerta;
- Processo de Grupos Económicos.

### Outras acções desenvolvidas

Para o cumprimento do nº7 da alínea d) do nº3 do artigo 10º do aviso nº2 de 19 de Abril de 2013, foi concluída a implementação do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio, tendo-se realizado os seguintes actos:

- Avaliação e impacto no negócio;
- Avaliação do risco das infra-estruturas;
- Criação dos planos de recuperação de negócio para cada direcção;
- Criação do plano de gestão de crise;
- Exercício de ambientação de recuperação de negócio;
- Exercício de ambientação de Gestão de crise.

## Direcção de Análise e Recuperação de Crédito

A Direcção de Análise e Recuperação de Crédito (DARC), assim como a Direcção de Gestão do Risco, é um dos órgãos internos responsáveis pela análise e monitorização do Risco de Crédito, que na sua acepção emana um conjunto de procedimentos para tal.

## Sistemas Globais de Risco

No que toca ao risco de crédito, a DARC é responsável pela análise qualitativa e quantitativa do Cliente, adequação das garantias e emissão de um parecer de risco. Nos vários escalões de decisão existem representantes da DARC.

No âmbito do processo de concessão de crédito, estão estabelecidos limites relativos à exigência regulamentar, referente ao limite de concentração no cumprimento do artigo 7º do Aviso 4/2012 de 26 de Março.

A aprovação de novas operações de crédito, depende da avaliação de risco de cada operação, sendo que para aprovação dos créditos padronizados existem alguns critérios vinculativos, tais como a taxa de esforço, existência de um fiador e a domiciliação de rendimentos.

No que toca à aprovação de créditos não padronizados, depende obrigatoriamente da verificação de condições, como o histórico do cliente com o BNI, o seu potencial comercial, apresentação de colaterais, situação saudável em Outras Instituições Financeiras e na Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC).

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Crédito líquido</b>	<b>92 398 923</b>	<b>682 839</b>	<b>88 444 953</b>	<b>859 832</b>
Provisões para crédito	(9 403 815)	( 69 496)	(6 489 582)	( 63 090)
<b>Crédito bruto</b>	<b>101 802 738</b>	<b>752 335</b>	<b>94 934 535</b>	<b>922 922</b>
Crédito vincendo	95 602 330	706 513	91 585 212	890 361
Crédito vencido	6 200 408	45 822	3 349 323	32 561
Nº dias de atraso				
15-30	815 317	6 025	837 802	8 145
30-60	630	5	114 375	1 112
60-90	68 369	505	742 857	7 222
90-150	413 818	3 058	159 701	1 553
150-180	4 175	31	134 588	1 308
>180	4 898 099	36 198	1 360 001	13 221

## Enquadramento Regulamentar

Principais limites e rácios prudenciais em vigor a 31 de Dezembro de 2015

### Liquidez

- **Reservas Obrigatórias** (Instrutivo N.º 16/2015 de 22 de Julho) - O coeficiente de Reservas Obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de incidência definida nos números 2 e 3, exceptuando as contas dos Governos Central e Governos Locais e Administrações Municipais, é de 25% para MN e 15% para ME, podendo os bancos cumprir até 10% da exigibilidade em Obrigações do Tesouro, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015 e pertencentes à carteira própria dos bancos. O coeficiente de Reservas Obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das contas do Governo Central e Governos Locais e Administrações Municipais em MN é de 75% (ME 100%) e 50% (ME 100%), respectivamente sobre os saldos diários das contas destas instituições.

### Crédito

- **Exposição máxima por cliente** (Aviso n.º 08/07 de 12 de Setembro) – Limite de 25% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). O excesso deverá ser reduzido ao cálculo dos FPR;
- **Exposição máxima global** (Aviso n.º 08/07 de 12 de Setembro) – Limite de 300% dos FPR para os 20 maiores devedores;
- **Crédito em moeda estrangeira** (Aviso n.º 03/12 de 28 de Março) – Não é permitida a concessão

de crédito em ME, em quaisquer prazos, para as seguintes finalidades: assistência financeira de liquidez, incluindo entre outros, as contas correntes caucionadas, financiamento automóvel, empréstimos ao consumo, micro crédito, adiantamentos a depositantes ou descobertos e outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano);

- **Provisões para Crédito** Instrutivo N.º 09/2015 de 4 de Junho estabelece as metodologias que podem ser utilizadas na definição dos montantes mínimos de provisões que devem ser constituídos, no âmbito das disposições sobre o processo de constituição das provisões previstas no Aviso n.º 12/2014 de 17 de Dezembro.

### Fundos Próprios Regulamentares

- **Valor mínimo dos Fundos Próprios** (art.º 75 da Lei n.º 13/05 de 30 de Setembro e Aviso n.º 4/07 de 12 de Setembro) – Igual ao capital social mínimo exigido;
- **Reserva legal** (art.º 327 da Lei 1/04 de 13 de Fevereiro e art.º 76 da Lei 15/05 de 30 de Setembro) – Reserva constituída pela atribuição de uma percentagem mínima do lucro líquido de cada exercício (20%), até que o saldo acumulado represente a totalidade do capital social;
- **Definição dos Fundos Próprios Regulamentares** (FPR) (aviso n.º 5/07 de 12 de Setembro e Instrutivo n.º 3/11 de 8 de Junho – (ver nota 1);

Fundos Próprios de Base (FPB)	<b>A somar</b>	<b>Art. 3.1.1</b>
(Tier 1)	+ Capital	a)
	+ Reservas de actualização monetária do capital social	b)
	+ Lucros e prejuízos transitados	c)
	+ Reserva legal, reserva especial e outras reservas	d)
	+ Resultado líquido do exercício em curso	
	<b>A deduzir</b>	<b>Art. 3.1.2</b>
	- Acções ou quotas próprias em tesouraria	a)
	- Não aplicável (Nota 1)	b)
	- Empréstimo com natureza de capital	c)
	- Imobilizações financeiras	d)
	- Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	e)
	- Imobilização incorpóreas	f) e g)
	- Outros valores e determinar pelo BNA	h)
Fundos Próprios Complementares	<b>A somar</b>	<b>Art. 3.2</b>
(Tier 2)	Não aplicável (Nota 1)	a)
	Não aplicável (Nota 2)	b)
	+ Reservas de reavaliação dos imóveis de uso próprio (1º) 25% dos FPB e (2º) ≤ 50% do seu valor)	c)
> 100% FPB	+ Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital (1º) 50% dos FPB e (2º) ≤ 50% valor div. 5 anos ant. venc.)	d)
-	+ Outros fundos	e)

Nota1: Alteração introduzida pelo Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho.

- **Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)** (Aviso nº 05/07 de 12 de Setembro, Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho e Instrutivo nº 6/07 de 12 de Setembro) – O cálculo do RSR é efectuado da seguinte forma:  $RSR = FPR / (\text{Risco de crédito} + (\text{Risco de Câmbio e ouro}/10\%))$ . O valor mínimo do RSR corresponde a 10%.

## Risco Cambial

- **Actualização cambial** (Aviso nº 2/09 de 08 de Maio) - As demonstrações financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços do Consumidor (IPC), em caso de variação superior (inflação) a 100% nos úl-

timos 3 (três) anos, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizações e dos fundos próprios;

- **Exposição Cambial** (Aviso nº 02/15 de 29 de Janeiro e Directiva nº 33/DSI/11 de 1 de Abril) – O cálculo da exposição cambial abrange todas as posições activas e passivas, incluindo as extra-patrimoniais ate ao limite de 30%, que resultem em responsabilidades constituídas ou indexadas à moeda estrangeira e ao ouro. O limite é de 20% dos FPR para as posições activas (longas) e para as posições passivas (curtas).

## Imobilizações

- **Rácio de Imobilizado** (Aviso nº 07/12 de 30 de Março) – As aplicações líquidas em imobilizado corpóreo e incorpóreo não podem exceder os 100% dos FPR.

## Regulamentação relevante para o sector financeiro aprovada em 2015

Mês	Evento	Mês	Evento
Janeiro	Instrutivo N.º 01/2015 de 14 de Janeiro Estabelece os critérios de classificação dos países e de identificação dos Bancos multilaterais de desenvolvimento e das organizações internacionais, para efeitos prudenciais.	Março	Instrutivo N.º 04/2015 de 2 de Março Ajusta os procedimentos relativos à realização das sessões de compra e venda de moeda estrangeira pelo BNA, estabelecidos pelo Instrutivo n.º 01/2011 de 12 de Abril, tendo em vista o objectivo de se preservar o equilíbrio do mercado cambial, estabelecendo-se uma adequada correlação entre os procedimentos de natureza operacional do mercado cambial, com os objectivos da política cambial.
	Instrutivo N.º 02/2015 de 14 de Janeiro Estabelece as metodologias que podem ser utilizadas na definição dos montantes mínimos de provisão e que devem ser constituídos no âmbito das disposições sobre os processos de constituição de provisões previstas no Aviso N.º 12/2014 de 17 de Dezembro.		
	Aviso N.º 01/2015 de 29 de Janeiro Estabelece os procedimentos de importação, exportação e reexportação de moeda estrangeira, bem como de cheques de viagem a serem observados pelas instituições financeiras.	Abril	Aviso N.º 03/2015 de 20 de Abril Estabelece os requisitos mínimos de informação que as instituições financeiras devem satisfazer, para publicitar os produtos e serviços financeiros que comercializam junto do público.
Aviso N.º 02/2015 de 29 de Janeiro Actualiza a regulamentação do limite de exposição ao risco cambial e ao ouro das instituições financeiras, sob supervisão do BNA.	Aviso N.º 04/2015 de 20 de Abril Vem fixar o período a partir do qual as notas e moedas da "Série 1999" e "2003", deixarão de manter-se em circulação.		
Fevereiro	Instrutivo N.º 03/2015 de 23 de Fevereiro Ajusta as regras de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias ao actual quadro de estabilidade macroeconómica.	Aviso N.º 05/2015 de 20 de Abril Define os requisitos dos formulários de cheques utilizados no Sistema de Pagamentos de Angola.	
		Aviso N.º 06/2015 de 20 de Abril Estabelece as regras de identificação de contas de depósito.	

Mês	Evento	Mês	Evento
	<p>Aviso N° 07/2015 de 20 de Abril Define as datas e requisitos para a extinção do serviço de Compensação de Valores (SCV) e a entrada em produção do Subsistema de Compensação de Cheques (SCC).</p> <p>Aviso N° 08/2015 de 20 de Abril Estabelece as condições de obrigatoriedade da liquidação de transferências interbancárias no Sistema de Pagamentos por Bruto em Tempo Real – SPTR.</p> <p>Aviso N° 09/2015 de 20 de Abril Estabelece os prazos para a execução de transferências e de remessas de valores, bem como para a disponibilização de fundos ao beneficiário, em resultado de depósitos de numerário e de cheques, de transferências ou de remessas de valores.</p> <p>Instrutivo N° 05/2015 de 20 de Abril Define as especificações técnicas do cheque normalizado, em conformidade o artigo 1.º, do Aviso N° 05/2015, de 20 de Abril.</p>		<p>Instrutivo N° 07/2015 de 28 de Maio Regula os termos e condições em que as casas de câmbio podem realizar a compra e a venda de moeda estrangeira.</p> <p>Instrutivo N° 08/2015 de 3 de Junho Ajusta as regras de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias ao actual quadro de estabilidade macroeconómica.</p> <p>Instrutivo N° 09/2015 de 4 de Junho Estabelece as metodologias que podem ser utilizadas na definição dos montantes mínimos de provisões que devem ser constituídos, no âmbito das disposições sobre o processo de constituição das provisões previstas no Aviso n.º 12/2014 de 17 de Dezembro.</p> <p>Instrutivo N° 10/2015 de 4 de Junho Ajusta os procedimentos de realização das sessões de compra e venda de moeda estrangeira, com o objectivo de preservar o equilíbrio entre a operacionalização do mercado cambial e os objectivos da política cambial.</p>
<b>Maio</b>	<p>Instrutivo N° 06/2015 de 26 de Maio Estabelece as garantias para a liquidação de posições devedoras, a fim de salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro nacional e a gestão do sistema de pagamentos.</p>	<b>Junho</b>	<p>Aviso N° 10/2015 de 8 de Junho Estabelece os termos e condições de entrada e saída de moeda nacional e estrangeira em território nacional, na posse de pessoas singulares, residentes e não residentes cambiais, que se</p>

Mês	Evento	Mês	Evento
	<p>destinem ou tenham por proveniência a República da Namíbia, utilizando a fronteira terrestre de Santa Clara (Cunene - Angola) e Oshikango (Namíbia).</p> <p>Instrutivo Nº 11/2015 de 18 de Junho Define as regras operacionais a observar pelas instituições financeiras bancárias e Casas de Câmbio, localizadas na zona fronteiriça de Santa Clara, Província do Cunene, para a realização de transacções cambiais de compra de Dólares Namibianos (NAD) e para o efectivo monitoramento do fluxo das operações efectuadas ao abrigo do Acordo de Conversão Monetária celebrado entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia.</p> <p>Instrutivo Nº 12/2015 de 24 de Junho Define os novos requisitos a observar pelas Instituições Financeiras Bancárias no processo de realização de operações cambiais de mercadorias, invisíveis correntes, capitais e venda às Casas de Câmbio.</p>		<p>Instrutivo Nº 14/2015 de 7 de Julho Define a taxa de câmbio efectiva a praticar pelas Instituições Financeiras Bancárias autorizadas a exercer o comércio de câmbios, em cada operação de venda de divisas, que se destine ao pagamento de operações de importação de mercadorias, ou seja, a taxa de câmbio nominal acrescida de todas as comissões e custos ilíquidos de impostos, não deve exceder a taxa de referência de venda publicada pelo Banco Nacional de Angola e acrescida de uma margem até 3% (três por cento).</p> <p>Instrutivo Nº 15/2015 de 13 de Julho Suspende a vigência e consequente aplicabilidade do Instrutivo n.º 14/2015, de 07 de Julho. É reestabelecida a vigência do Instrutivo n.º 3/2014, de 4 de Abril e toda a regulamentação que não o contrarie.</p> <p>Instrutivo Nº 16 de 2 de Julho Ajusta as regras de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias ao actual quadro de estabilidade macroeconómica.</p>
<b>Julho</b>	<p>Instrutivo Nº 13/2015 de 1 de Julho Estabelece as regras para a participação no mercado monetário interbancário para ceder liquidez, mediante a entrega ou não de garantias, por parte das instituições bancárias tomadoras.</p>	<b>Agosto</b>	<p>Instrutivo Nº 17 de 20 de Agosto Estabelece os procedimentos operacionais que visam a realização de sessões de Leilão de venda de moeda estrangeira às Casas de Câmbio.</p>

Mês	Evento	Mês	Evento
	<p>Instrutivo Nº 18 de 21 de Agosto Estabelece a periodicidade, a forma e o conteúdo da informação estatística a ser prestada ao BNA pelos emissores e adquirentes de cartões de pagamento, e pela sociedade operadora do subsistema Multicaixa.</p>		<p>tária celebrado entre o BNA e o Banco da Namíbia e estabelece novos procedimentos sobre o transporte de moeda nacional e moeda estrangeira na fronteira terrestre de Santa Clara (Angola) e Oshikango (Namíbia).</p>
<b>Dezembro</b>	<p>Instrutivo Nº 20 de 9 de Dezembro Determina que as instituições financeiras bancárias devem subscrever o sistema de reporte de transacções da Swift FINinform, de forma a viabilizar que os dados das operações internacionais (pagamentos e recebimentos) por si executados, sejam directamente comunicados ao BNA mediante cópia das mensagens MT103 e MT202.</p> <p>Aviso Nº 11 de 24 de Dezembro Regula a classificação dos subsistemas de compensação e de liquidação do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA), tendo em vista a adopção de mecanismos de controlo de riscos, bem como dispor sobre o funcionamento e operacionalização dos referidos subsistemas e ainda sobre as responsabilidades dos respectivos operadores.</p> <p>Aviso Nº 12 de 29 de Dezembro Define os mecanismos de implementação do acordo de Conversão Mone-</p>		<p>Directiva Nº 02/DRO/DSI/15 de 10 de Dezembro O BNA publica o “Guia sobre a Prevenção do branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo nas Relações de Correspondência Bancária”.</p> <p>Directiva Nº 03/DRO/DSI/15 de 23 de Dezembro Estabelece a Taxa de Juro do Redescuento em 15,00% ao ano e define que a mesma será revista periodicamente, pelo Comité de Política Monetária do BNA.</p> <p>Directiva Nº 13/DRO/DSI/15 de 28 de Dezembro É concedido às instituições financeiras bancárias a prerrogativa de fazer aplicações de absorção de liquidez a 7 dias, estando a taxa</p>

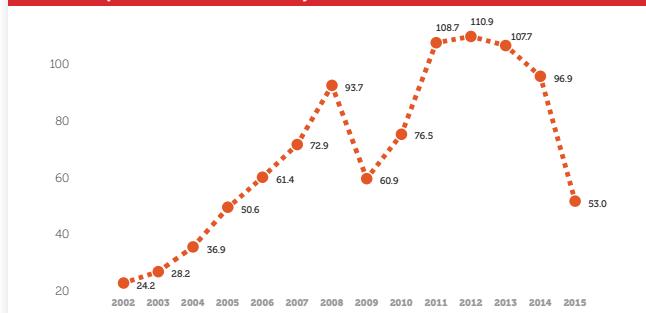
## Envolvente Económica e Financeira

### A ECONOMIA ANGOLANA EM 2015

#### INTRODUÇÃO

Não ocorreram surpresas durante 2015 que não tenham sido antecipadas em 2014. Um dos focos principais, foi o comportamento do preço do barril de petróleo, cuja deterioração se havia anunciado em Junho de 2014, tendo atingido em Dezembro de 2015, um valor inimaginável nos dois últimos anos, rondando os 30 dólares. Ainda assim, o seu valor médio no ano transacto foi de 53 dólares, graças aos valores registados durante o seu primeiro semestre. Contudo, registou-se uma quebra de 45,3%, relativamente ao valor médio registado em 2014.

Comportamento do Preço do Barril de Petróleo (USD)



FONTE: IMF e Ministério dos Petróleos

A influência do comportamento desta *commodity*, tem sido devastadora nas economias que apresentam uma dependência exagerada das suas receitas de exportação, como a Nigéria, Angola, Guiné-Equatorial e Congo, mas, também em algumas economias de rendimento médio elevado, a exemplo

da Rússia e da Venezuela. Na Noruega a significativa redução do preço médio do barril do Brent, determinou que pela primeira vez na sua História, o Governo tivesse recorrido ao seu Fundo Soberano do Petróleo – com um montante no final de 2014 de 850 mil milhões de dólares – para poder elaborar um Orçamento de Estado compatível com os elevados pergaminhos sociais desta economia.

Como se verá mais adiante, os efeitos financeiros em Angola foram significativos, de tal modo que logo no final de Janeiro de 2015, o Governo teve de rever o Orçamento de Estado por manifesta incongruência do preço fiscal do barril de petróleo (na altura USD 85 o barril).

#### A ECONOMIA MUNDIAL

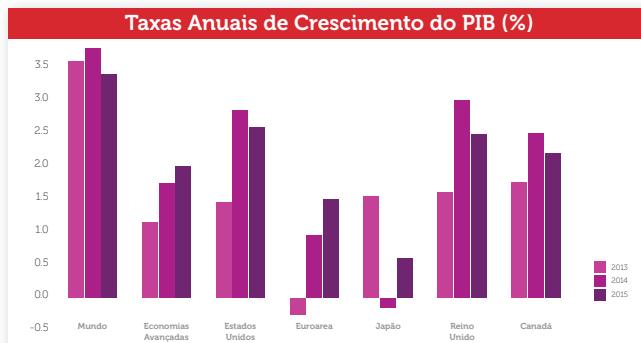
A economia mundial tem apresentado uma dinâmica de crescimento relativamente baixa desde 2013, com um valor um pouco acima de 3%, devido à incidência de determinados factores, como a mudança de paradigma de crescimento da China, a forte valorização do dólar, o abrandamento do crescimento nas economias de rendimento baixo – que têm sofrido os efeitos da quebra sistemática dos preços das *commodities*– e a perda de velocidade económica do Brasil e da Rússia. Daí que, o Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook de Outubro de 2015), apresente uma estimativa de variação real do PIB mundial de tão somente 3,1%, menos 0,3 pontos percentuais relativamente a 2014.

Para o conjunto das economias avançadas, o crescimento do PIB em 2015 foi de 2%, apresentando uma

ligeira melhoria face ao registado em 2014 (1,8%). A melhoria do desempenho económico dos Estados Unidos e da Zona Euro, explicam o essencial desta melhoria.

Com efeito, a economia americana parece que reentrou numa rota de estabilidade do seu crescimento, depois de um período de alguma instabilidade, resultante dos efeitos da grande crise financeira de 2008/2009. Em 2013, a taxa de crescimento do PIB americano foi de apenas 1,5%. Para 2015, as estimativas do FMI colocam-na em 2,6%. Os Estados Unidos mantêm-se como a segunda economia do mundo respondendo por 15,9% do PIB global, medido em paridade do poder de compra (em termos de PIB nominal corrente, a sua participação relativa é de cerca de 19%).

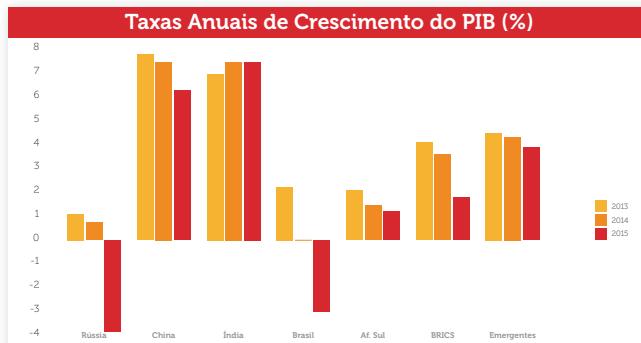
A economia da Zona Euro ainda se ressentida da crise dos défices orçamentais e das dívidas públicas (Portugal, França, Espanha, Grécia, Itália), que determinaram a aplicação de políticas drásticas de austeridade, provocando recessões económicas em alguns países e efeitos colaterais importantes sobre a pobreza. Em 2013, o registo de crescimento do seu PIB foi de -0,3%. Aparentemente, entrou-se agora numa fase de crescimento, ainda que, com taxas relativamente modestas: 0,9% em 2014 e 1,5% em 2015. A Espanha – que não foi objecto da aplicação de nenhum programa de ajustamento estrutural específico – acabou por cumprir com as regras de gestão macroeconómica impostas por Bruxelas, do que resultou a maior taxa de crescimento económico em 2015, estimada em 3,1%.



FONTE: IMF – World Economic Outlook, October 2015

A economia japonesa continua a apresentar um crescimento errático: uma taxa de 1,6% em 2013, para uma recessão de -0,1% em 2014 e por sua vez, uma recuperação em 2015 de cerca de 0,6%. Apesar disso, o Japão continua a ser a terceira maior economia do mundo, com uma participação de 4,4% no PIB mundial.

As economias emergentes e em vias de desenvolvimento – de onde fazem parte os BRICS –, entraram em 2015 no quinto ano consecutivo de queda do seu ritmo de crescimento.



FONTE: IMF – World Economic Outlook, October 2015

A China, que experimenta neste momento um importante processo de transição estrutural, ao passar de uma economia essencialmente de exportação, para uma mais baseada no investimento público, no consumo privado e no desenvolvimento dos serviços, atenuou substancialmente o seu papel de grande dinamizadora do crescimento da economia mundial. O seu ritmo de crescimento tem sucessivamente diminuído: de uma taxa média de 10,5% nos gloriosos anos 80 e 90 e mesmo no início do século XXI, apresenta agora variações médias anuais de apenas 7% e com tendência a diminuir. Na verdade, de 7,7% em 2013, a taxa de crescimento do seu PIB passou para 6,8% em 2015. No entanto, este gigante asiático continua a ser a maior economia mundial, com um peso relativo de 16,6% no PIB global, em paridade com o poder de compra.

O Brasil enfrenta inúmeras dificuldades, derivadas não apenas dos efeitos da queda do preço do petróleo, mas igualmente dos escândalos financeiros – de onde se destaca o “lava-jacto” – que abalaram significativamente a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros. A sua moeda tem-se desvalorizado significativamente desde 2014, o investimento estrangeiro diminuiu – os ajustamentos em alta nas taxas de juro dos Estados Unidos têm provocado um desvio nos fluxos financeiros internacionais, que igualmente afectou o desempenho económico da China – A inflação tem-se mostrado resistente às medidas de controlo monetário e o aumento do PIB ressentiu-se de tal forma que, em 2014 foi de apenas 0,1% e em 2015 o país entrou em recessão (-3%).

A África subsariana, depois de ter beneficiado de um período de crescimento relativamente intenso

até 2010 (tendo mesmo sido uma das regiões mundiais que melhor resistiu aos efeitos da crise financeira mundial de 2008/2009), com uma taxa média anual de variação do PIB de 6%, tem experimentado algumas dificuldades em manter esse ritmo e daí que, em 2015 a sua *performance* económica tenha baixado para 3,8%. A Nigéria, de momento a maior economia africana, não tem passado ao lado da crise do preço do petróleo. A taxa de crescimento do PIB passou de 6,3% em 2014 para 4% em 2015.

A SADC – cujo peso na economia mundial, em paridade com o poder de compra, está avaliado em 1,2% –, tem absorvido os efeitos de uma menor intensidade de crescimento em Angola e na África do Sul. O seu desempenho foi de 4,6% em 2014 e 3,9% em 2015.

## A ECONOMIA ANGOLANA

Angola não foge a esta onda. As contas fiscais de 2015 foram amplamente influenciadas pela queda do preço do petróleo. As estimativas mais recentes apontam para uma Receita Total no valor de KZ 3.242,3 mil milhões, 26,35% abaixo do registado em 2014. As receitas petrolíferas atingiram um total de KZ 1.616,3 mil milhões, igualmente abaixo do registado no ano anterior. As receitas não petrolíferas, por seu lado, aumentaram para KZ 1.205,1 mil milhões, 16,13% novamente abaixo do previsto. Por outro lado, estima-se uma redução da despesa fiscal em 2015, comparativamente a 2014, na ordem dos 26,94%, cifrando-se em KZ 3.814,8 mil milhões. Para a redução da despesa fiscal, as despesas correntes contribuíram com uma redução de 69,75% e as de capital de 30,25%.

O défice fiscal está avaliado em 5,5% do PIB e a dívida pública – a fonte alternativa de financiamento das despesas públicas – pode atingir valores próximos a 47% do PIB, embora outras estimativas não oficiais, coloquem este importante rácio da gestão económica e financeira de qualquer país, nos 50%.



Fonte: BNA e Ministério das Finanças

As RIL registaram uma contracção ao passar de US\$ 27.276,14 milhões em 2014, para US\$ 24.570,33 milhões em Novembro de 2015, resultante essencialmente da redução das receitas petrolíferas. As estimativas para 2015, indicam que esse indicador poderá atingir até ao final do ano cerca de US\$ 24.130,91 milhões.

As últimas estimativas oficiais apontam para um crescimento real do PIB em 2015 de apenas 2,8% (8,8% no PND 2013-2017 e 6,6% no OGE 2015 revisito), o que prenuncia uma queda no PIB de aproximadamente 0,5% por habitante.

Face à evolução monetária e para conter o aumento do nível geral de preços dos bens e serviços, em 2015 o Comité de Política Monetária do BNA, aumentou a Taxa BNA em 2 pontos percentuais, ao

passar de 9,0% para 11,0%. A Taxa de Juro das Facilidades Permanentes de Cedência de Liquidez (FCO), foi igualmente aumentada em 3,25 pontos percentuais, ao passar de 9,75% para 13,0% ao ano.

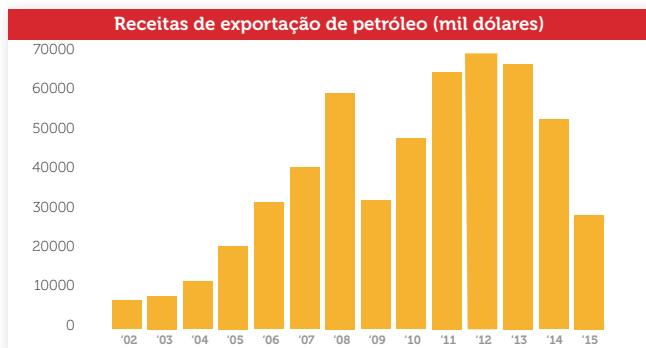
Em 2015 observou-se de igual forma, uma depreciação da moeda nacional no mercado formal, de cerca de 32%. A Taxa de Câmbio de Referência, fixou-se no final de Dezembro de 2015 em Kz/USD 135,31, face a Kz/USD 102,9 registada em Dezembro de 2014. A depreciação no mercado informal foi muito mais significativa, tendo a respectiva taxa média em Dezembro de 2015, ficado em Kz/USD 240.

Até Novembro de 2015, o crédito à economia que constitui um dos factores essenciais para o crescimento sustentado do país rumo à sua diversificação, tinha atingido KZ 3.331 mil milhões, registando uma expansão de cerca de 13,0%, em comparação a igual período de 2014. Os sectores com maior peso no total do Crédito concedido foram Particulares (19,7%), Comércio a Grosso e a Retalho (18,5%) e Actividades Imobiliárias (14,9%). Trata-se de uma estrutura de crédito relativamente enviesada (as actividades citadas absorveram no seu todo, 53,1% do crédito concedido pelo sistema bancário nacional), onde o financiamento à agricultura e pecuária, manufacturação (onde o rácio de valor agregado interno é mais elevado), pescas e construção, têm um peso secundário.

De referir que em 2015, houve um incremento de 9,0% do crédito ao sector privado em moeda nacional, enquanto o crédito às empresas públicas aumentou em 11,2%. Tendo de ser o sector privado o motor da retoma do ritmo de crescimento da economia nacional é o principal driver da diversi-

ficação, o Estado continua a ser o mais importante agente da tomada do crédito bancário, podendo deste facto resultarem efeitos perversos sobre a disponibilidade de crédito para os particulares e o valor das taxas de juro.

Como consequência da queda do preço da principal mercadoria de exportação (o índice de concentração das exportações nacionais é de 0,96 o segundo maior em termos mundiais, depois do Iraque), as exportações de petróleo têm-se deteriorado, valendo em 2015 menos 56,3% do que em 2012, que de resto foi o melhor ano, com um valor de 71 052,7 milhões de dólares.



Fonte: BNA e Ministério dos Petróleos

Consequentemente, as variáveis correlacionadas, como as reservas internacionais e as diferentes contas da balança de pagamentos, ressentiram-se negativamente.

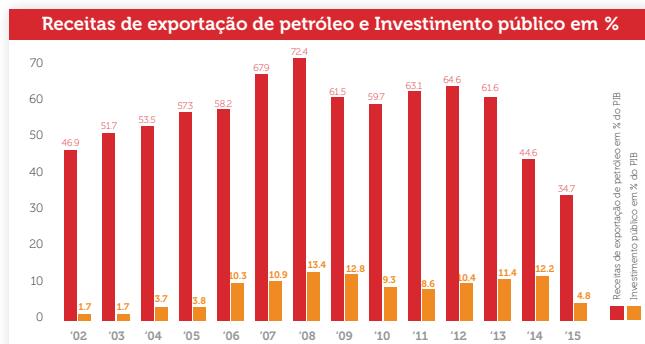
## Indicadores do Sector Externo, em 2013-2015

Reservas Internacionais Líquidas			
Indicadores	2013	2014	2015(est)
Saldo Global (Milhões de US\$)	84	-3.722	-5.914
Saldo da Conta Corrente (Milhões de US\$)	8.348	-3.722	-5.914
Saldo da Conta de Capital e Financeira (Milhões de US\$)	-8.209	-961	2.769
RIL (Milhões de US\$)	31.154	27.276	24.131
RIL (Meses de importação)	8,0	6,2	7,7

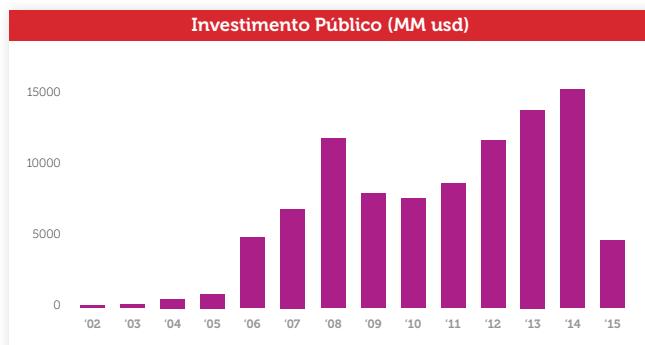
Fonte: Banco Nacional de Angola.

O bom desempenho das exportações de petróleo consentiu um saldo positivo e expressivo da Conta Corrente em 2012, mas a queda do preço do petróleo, tal como as diminuições na produção, contribuíram para que depois de 2013 os valores se deteriorassem, com um negativo de quase 6 mil milhões de dólares em 2015.

Para além das consequências sobre as contas fiscais do Governo e a capacidade de geração de receitas externas para a economia, a queda do preço do petróleo determinou uma retracção do PIB petrolífero, que se repercutiu sobre o nível geral da actividade económica do país. Existe uma correlação muito próxima entre as receitas de exportação do petróleo e o investimento público, tal como nos mostra o gráfico seguinte.



O peso do investimento público no PIB tem diminuído e o seu valor em 2015 foi de 5 mil milhões de dólares, menos 10 mil milhões de dólares em relação a 2014.



Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

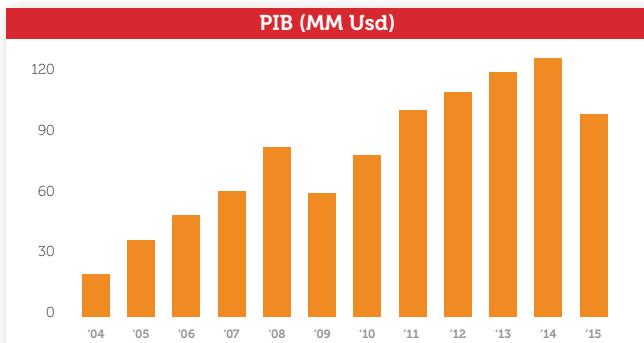
A tabela a seguir apresenta a estimativa para o crescimento do PIB em 2015, conforme indicados nos parágrafos acima, comparando-a com as previsões do PND 2013-2017, OGE Revisto 2015 e PME Revista.

### Estimativas do PIB Real

	2013	2014		2015		
		Meta	Exe.	PND	OGE	Estim.
PIB	6,8	8	4,7	8,8	6,6	2,8
PIB não petrolífero	10,9	9,7	8,2	11,2	5,3	1,3
PIB petrolífero	-0,9	4,5	-2,6	4,0	9,8	6,3
Produção Petrolífera Anual (milhões de Barris)	626,3	704,0	610,2	732	669,8	648,5
Produção Média Diária de Petróleo (mil barris)	1.716,0	1.929,8	1.671,7	2,01	1,835	1.776,7
Preço Médio de Exportação (US\$/BBL)	107,7	93,4	96,9	92	40,0	52,24

Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

A perda de velocidade do crescimento da economia nacional ocorreu a partir de 2008, quando a variação do PIB foi de 10,5%, segundo as Contas Nacionais do INE. O desempenho em 2015 (2,8%) é semelhante ao obtido em 2009 (2%), a atestar o que já se conhece sobre o peso do petróleo no funcionamento da economia angolana. No entanto, observa-se não ter havido uma melhoria na capacidade interna de resistência a este tipo de choques externos. Na verdade, de 2008 para 2009, a queda do preço do petróleo foi de 65%, com uma recuperação de 25,6% logo no ano seguinte e a taxa de variação do PIB foi como se referiu, de 2%. Uma queda de menor intensidade no preço do petróleo em 2015, implicou igualmente uma retracção na taxa de variação do PIB. Concluindo, não houve fontes alternativas significativas, estáveis e sustentáveis, do crescimento da economia.

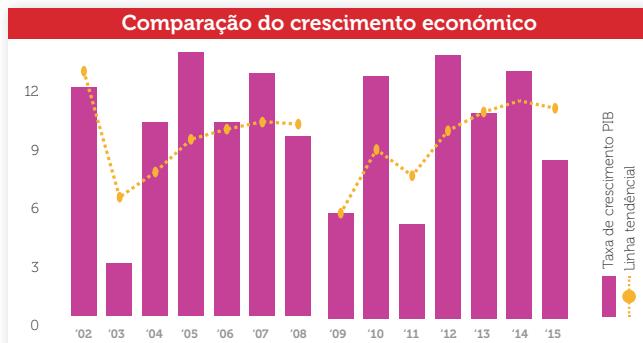


Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

Conforme demonstra o gráfico anterior, ocorreu uma recessão nominal de cerca de 21,1% pelo que, diminuiu a taxa de variação do PIB por habitante.

O gráfico seguinte, mostra de forma evidente que, a economia angolana está numa fase de retracção da sua dinâmica de crescimento, que contrasta com a que ocorreu depois de 2002. Grande parte da perda dessa dinâmica está relacionada com a economia petrolífera e o seu funcionamento extrovertido.

Mas, também evidencia a falta de reformas verdadeiramente estruturais – para além de algumas do domínio das infra-estruturas físicas, que acabaram por alavancar parte do intenso crescimento registado até 2008 –, que tivessem tido como foco essencial o aumento da produtividade, a melhoria da competitividade e a criação de um ambiente de negócios propício para o investimento privado, nomeadamente o estrangeiro.



Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

Ficou referido anteriormente que o PIB não petrolífero tem vindo a perder dinâmica, justamente porque não existem por enquanto, condições estruturantes para a sua afirmação sustentada. A quebra do seu crescimento foi de 8,2% em 2014 para 1,3% em 2015.

A tabela abaixo apresentada, ilustra o comportamento do PIB por sectores de actividade, comparando-o com as previsões do PND 2013-2017 e OGE 2015.

### Comportamento do PIB por Sectores de Actividade (%)

Indicadores	Taxas de Crescimento					
	2013	2014		2015		
		Meta	Exe.	PND	OGE	Estim.
Agricultura	42,3	11,6	11,9	11,9	7,9	0,8
Pescas e Derivados	2,4	8,5	5,3	7,4	3,3	5,8
Diamantes	3,3	4,9	1	4,9	0,7	2,2
Petróleo	-0,9	4,5	-2,6	4,0	9,8	6,3
Indústria Transformadora	8,6	13,2	8,1	23,3	6,8	4,0
Construção	8,1	8	8,0	10,5	6,0	3,5
Energia	34,4	32,1	17,3	34,9	12,0	2,5
Serviços Mercantis	7	10	8,0	10,0	4,0	2,2
Outros	0,7	6	6,0	4,5	4,5	1,1
PIB a preços de mercado	6,8	8	4,7	8,8	6,6	2,8
PIB não petrolífero	10,9	9,7	8,2	11,2	5,5	1,3

Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

A inflação em 2014 fixou-se em 7,48%. Em Dezembro de 2015 a taxa homóloga foi de 14,34%, um incremento de praticamente 7 pontos percentuais, colocando de novo o país em registos inflacionistas de dois dígitos.

O comportamento da inflação em 2015 resultou da combinação de três factores essenciais: (i) contracção da actividade económica, em particular do sector não petrolífero; (ii) diminuição da oferta de cambiais para a importação de matérias-primas e equipamentos e (iii) o aumento dos preços dos bens importados.

O quadro que se segue, apresenta a inflação (mensal, acumulada e homóloga) nos últimos três anos.

Outro imponderável para 2015, está relacionado com a preocupante fragilidade do sistema bancário angolano. Baseado num estudo de “stress bancário” sobre 32 economias africanas, a Moody’s considera a Banca nacional como a mais vulnerável desse conjunto de instituições financeiras: em 5 dos 6 itens analisados (ambiente das operações, risco dos activos, lucro, financiamento e liquidez), a situação em Angola vai degradar-se em 2016. E como se sabe, nenhuma economia no mundo pode crescer de forma sustentada sem um sistema bancário sólido.

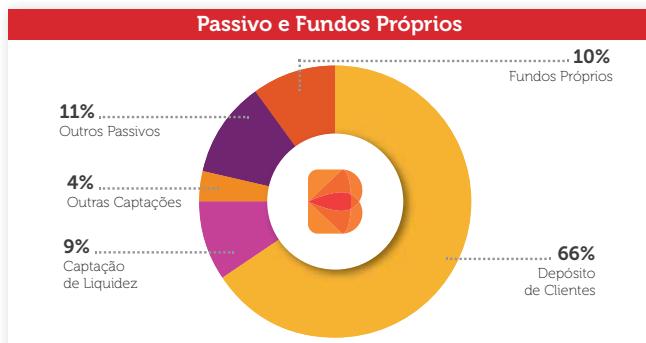
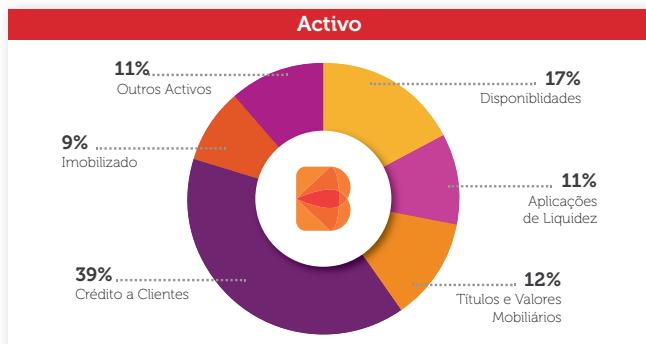
**Tabela 1. Taxas de Inflação**

Meses	Variação Percentual								
	2013			2014			2015		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Janeiro	0,61	0,76	0,72	6,61	0,76	0,72	8,9	7,84	7,44
Fevereiro	0,82	0,49	0,76	1,44	1,25	1,49	9,04	7,48	7,73
Março	0,66	0,51	0,63	2,11	1,76	2,13	9,11	7,32	7,87
Abril	0,6	0,51	0,85	2,72	2,28	3,00	9	7,22	8,23
Maió	0,87	0,62	0,21	3,62	2,91	4,24	9,25	6,95	8,86
Junho	0,63	0,57	0,25	4,27	3,5	5,55	9,19	6,89	9,61
Julho	0,57	0,61	0,35	4,81	4,13	6,97	9,04	6,98	10,41
Agosto	0,54	0,6	0,15	5,38	4,75	8,20	8,97	7,05	11,01
Setembro	0,5	0,63	1,22	5,91	5,42	9,52	8,93	7,19	11,06
Outubro	0,41	0,68	1,35	6,34	6,13	11,00	8,38	7,48	12,40
Novembro	0,52	0,53	1,33	6,89	6,69	12,47	7,94	7,49	13,29
Dezembro	0,75	0,73	1,71	7,69	7,48	14,34	7,69	7,48	14,34

Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

## Análise Financeira

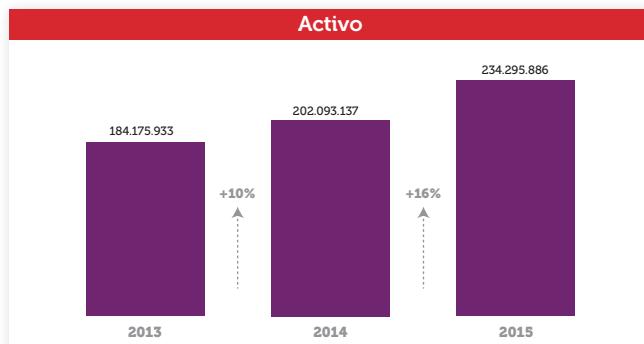
### Composição do Balanço 2015 (AKZ'000)



### Activo

Em Dezembro de 2015, o Activo líquido do Banco alcançou AKZ 234 295 886 milhares (USD 1 731 484 milhares) contra AKZ 202 093 137 milhares (USD 1 964 682 milhares) em 2014, perfazendo um crescimento de 15,93%, ou seja, AKZ 32 202 749 milhares (USD 237 984 milhares), estimulado essencialmente pelo Crédito concedido a Clientes fixado em AKZ 92 398 923 milhares (USD 682 839 milhares), representando 39,44% (2014: 43,76%) do Activo líquido do Banco.

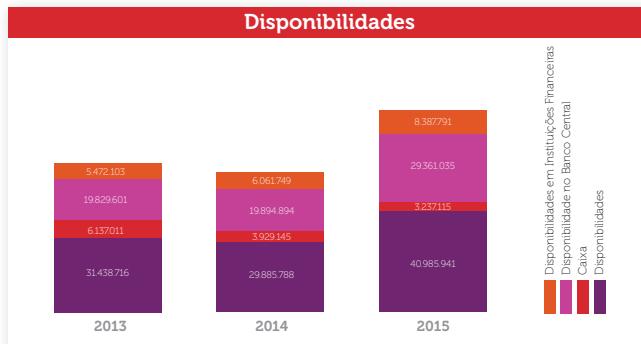
O Activo do Banco é financiado maioritariamente pelos Depósitos de Clientes, com um peso de 66%.



## Disponibilidades

As Disponibilidades estabeleceram-se em AKZ 40 985 941 milhares (USD 302 893 milhares) registando um acréscimo de 37,14%, equivalente a AKZ 11 100 152 milhares (USD 82 032 milhares) face a 2014, representando 17,49% (2014: 14,79%) do Activo líquido.

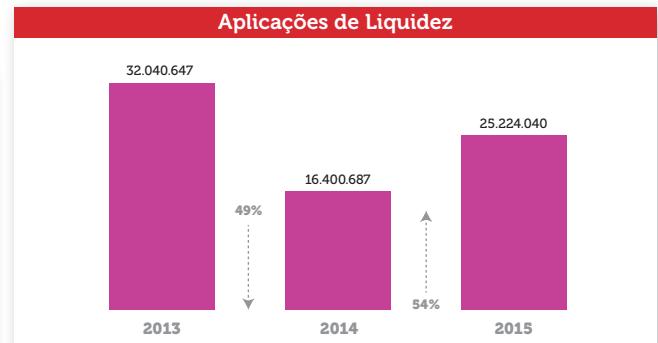
A impulsionar este crescimento, esteve a rubrica de Disponibilidades no Banco Central com um aumento de AKZ 9 466 140 milhares (USD 69 956 milhares) e um peso de 12,53% (2014: 9,84%) do Activo líquido, assim como as Disponibilidades em Instituições Financeiras, que apresentaram um acréscimo de AKZ 2 326 042 milhares (USD 17 190 milhares) e um peso de 3,58% (2014: 3,00%).



## Aplicações de Liquidez

As Aplicações de Liquidez fixaram-se em AKZ 25 224 040 milhares (USD 184 410 milhares), apresentando um acréscimo de 53,80%, AKZ 8 823 354 milhares (USD 65 206 milhares). As aplicações de liquidez representam 10,77% do Activo total do Banco.

Assim sendo, AKZ 8 000 998 milhares (USD 59 129 milhares) representam o montante aplicado em Kwanzas, AKZ 12 162 873 milhares (USD 89 886 milhares) representam o montante aplicado em Instituições no exterior do país em Dólares norte americanos e AKZ 3 888 166 (USD 28 734 milhares) em Euros.

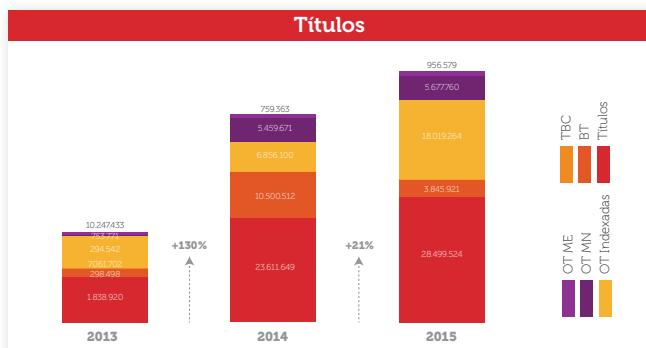


## Títulos

A carteira de Títulos do BNI é composta por Títulos da Dívida Pública Angolana, fixados em AKZ 28 499 524 milhares (USD 210 616 milhares), contra AKZ 23 611 649 milhares (USD 229 545 milhares) em 2014, tendo registado uma variação homóloga positiva de 20,70%, cerca de AKZ 4 887 877 milhares (USD 36 122 milhares), representando 12,16% (11,68% em 2014) do Activo líquido do Banco.

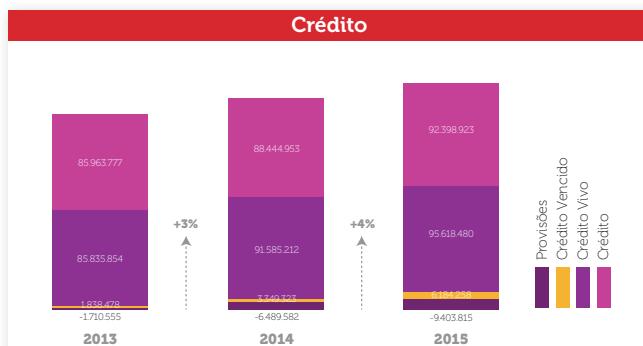
Os Títulos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro) representam 13,49% da carteira de Títulos do Banco, sendo que os restantes 86,51% respeitam a Títulos de médio prazo (Obrigações do Tesouro).

Relativamente à moeda, os Títulos em MN (BT's, OT's reajustadas e OT's indexadas ao IPC) representam 96,64% (92,63% em 2014) da carteira, enquanto os Títulos denominados em ME (Obrigações do tesouro) representam os restantes 3,36% (3,37% em 2014).



## Crédito

Em Dezembro de 2015 o Crédito total cifrou-se em AKZ 92 398 923 milhares (USD 682 839 milhares) alcançando um crescimento de 4,47%, ou seja, AKZ 3 953 969 milhares (USD 29 220 milhares), face a igual período de 2014, passando a representar 39,44% do Activo líquido do Banco.

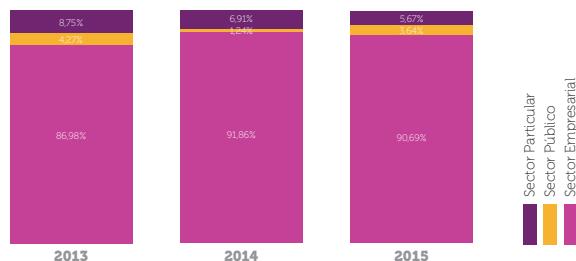


## Crédito

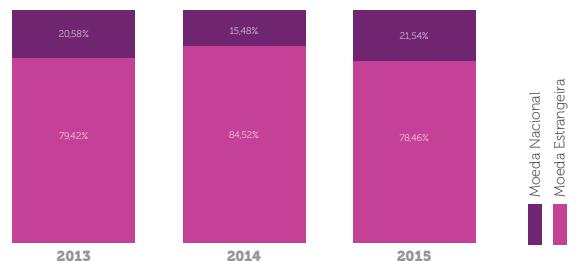
O Crédito vivo em 2015 perfaz AKZ 95 602 330 milhares (USD 706 513 milhares), reflectindo um crescimento de 4,39%, ou seja, AKZ 4 017 117 milhares (USD 29 687 milhares) em relação ao período homólogo.

A 31 de Dezembro de 2015, o Crédito em MN alcançou AKZ 72 498 079 milhares (USD 535 773 milhares) e o Crédito em ME AKZ 19 900 843 milhares (USD 147 070 milhares), com pesos de 78,46% (2014: 84,52%) e 21,54% (2014: 15,48%) sobre o Crédito total, respectivamente, reflectindo o esforço do Banco no sentido de reduzir a exposição do crédito em ME.

### Composição do Crédito líquido por Sector



### Composição do Crédito líquido por Moeda



### Qualidade do Crédito

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Crédito líquido</b>	<b>92 398 923</b>	<b>682 839</b>	<b>88 444 953</b>	<b>859 832</b>
Provisões para crédito	(9 403 815)	(69 496)	(6 489 582)	(63 090)
<b>Crédito bruto</b>	<b>101 802 738</b>	<b>752 335</b>	<b>94 934 535</b>	<b>922 922</b>
Crédito vencido	95 602 330	706 513	91 585 212	890 361
Crédito vencido	6 200 408	45 822	3 349 323	32 561
Nº dias de atraso				
15-30	815 317	6 025	837 802	8 145
30-60	630	5	114 375	1 112
60-90	68 369	505	742 857	7 222
90-150	413 818	3 058	159 701	1 553
150-180	4 175	31	134 588	1 308
>180	4 898 099	36 198	1 360 001	13 221

As Provisões específicas no exercício de 2015 situaram-se em AKZ 9 403 815 (USD 69 496 milhares), representando um custo do risco de 4,32% (6,39% em 2014) e cobrindo 152,06% do crédito vencido (193,76% em 2014), reflectindo a aposta na melhoria da qualidade da carteira de Crédito.

A 31 de Dezembro de 2015, o Crédito vencido cifrou-se em AKZ 6 184 258 milhares (USD 45 703 milhares) contra AKZ 3 349 323 milhares (USD 32 561 milhares) em 2014, reflectindo um crescimento de 84,64%, cerca de AKZ (2 834 935) milhares (USD 20 951 milhares) alcançando um rácio de crédito vencido de 6,07% (3,53% em 2014).

Em 2015 o rácio de cobertura de crédito vencido por provisões de crédito de liquidação duvidosa cifrou-se em 152,06% contra 193,76% no período homólogo.

## Passivo

O Banco concluiu o exercício de 2015 com um Passivo de AKZ 211 264 188 milhares (USD 1 561 277 milhares), beneficiando de um crescimento de 15,98%, mais AKZ 29 112 035 milhares (USD 215 143 milhares) face ao período homólogo.

A alavancar o Passivo, estiveram as Outras obrigações cifradas em AKZ 20 936 071 milhares (USD 154 721 milhares), com um peso de 9,91% (1,66% em 2014), seguido das Captações de liquidez fixadas em AKZ 21 856 840 milhares (USD 161 526 milhares), com um peso de 10,35% (8,26 em 2014) sobre o total do passivo do Banco.

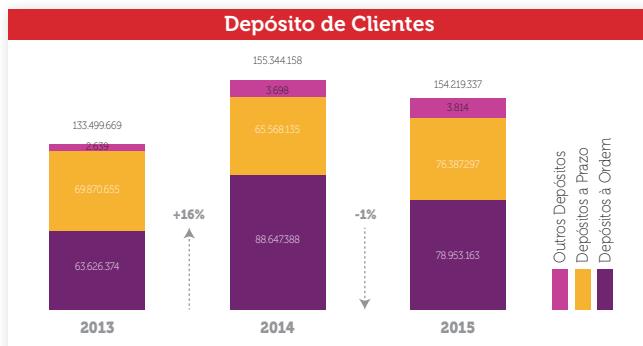
## Depósitos de Clientes

Os Depósitos de Clientes alcançaram em 2015 um total de AKZ 154 219 337 milhares (USD 1 139 706 milhares), pressionado por um decréscimo de 0,72%, ou seja, AKZ 1 124 821 milhares (USD 8 313 milhares) face a igual período no ano anterior, representando 73,00% do passivo total do Banco.

A carteira de depósitos é composta por Depósitos à ordem, a prazo e Outros depósitos, com pesos de 57,48%, 42,52% e 0,00%, respectivamente.

Os depósitos à ordem estabeleceram-se em AKZ 88 647 388 milhares (USD 655 119 milhares), obtendo um crescimento de 12,28% face a igual período no ano anterior. Os Depósitos a prazo totalizaram AKZ 65 568 135 milhares (USD 484 559 milhares), alcançando uma desaceleração na ordem dos 14,16% face a igual período no ano anterior.

Os Outros depósitos situaram-se nos AKZ 3 814 milhares (USD 28 milhares), obtendo um acréscimo de 3,13% face ao período homólogo.

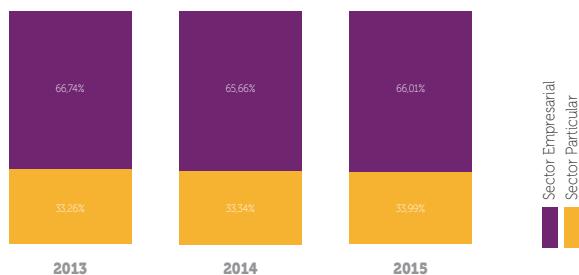


Os depósitos em ME representam 26,67% (22,72% em 2014) do total dos Depósitos, sendo que os restantes 73,33% (77,28% em 2014) respeitam os depósitos em MN, reflectindo um acréscimo dos depósitos em ME em relação à moeda angolana. O rácio de transformação dos Depósitos dos Clientes fixou-se em 69,39%, contra 61,11% em 2014.

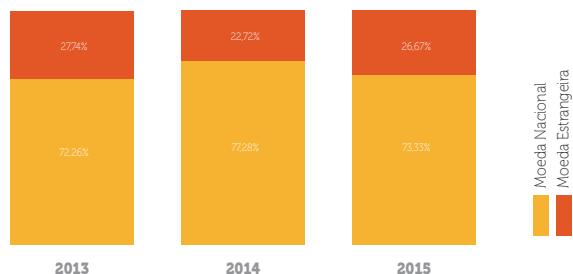
## Margem Financeira

A Margem financeira totalizou em 2015 AKZ 9 840 257 milhares (USD 81 293 milhares) contra AKZ 6 545 513 milhares (USD 66 377 milhares) verificados em igual período do ano anterior, alcançando um crescimento de 50,34%, ou seja, AKZ 3 294 744 milhares (USD 27 219 milhares).

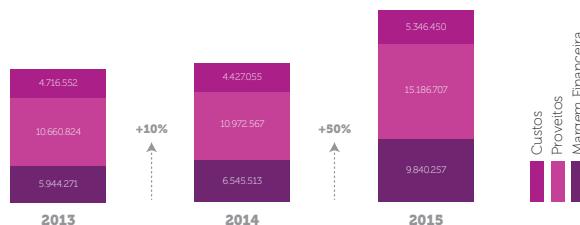
Composição dos Depósitos de Clientes por Sector



Composição dos Depósitos de Clientes por Moeda

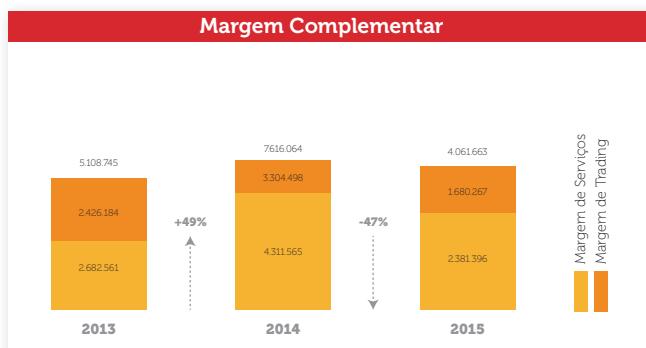


Margem Financeira



## Margem Complementar

A Margem complementar totalizou 4 061 663 milhares (USD 33 554 milhares) contra AKZ 7 616 064 milhares (USD 77 233 milhares) em 2014, obtendo um decréscimo de 46,67%, ou seja, AKZ 3 554 400 milhares (USD 29 364 milhares) face a igual período no ano anterior.



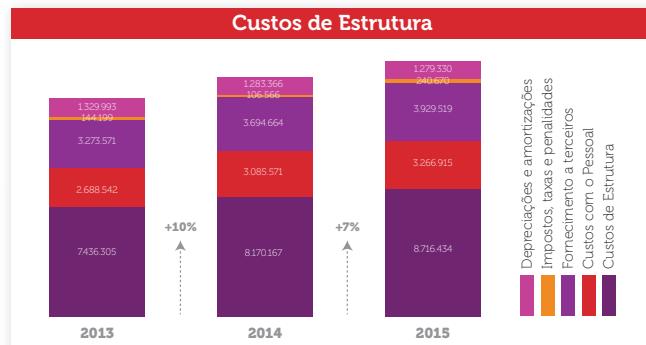
## Resultado da Intermediação Financeira

Comparativamente ao período homólogo, o Resultado da Intermediação Financeira apresentou um acréscimo de 19,51%, isto é, AKZ 1 628 00 milhares (USD 13 449 milhares).

## Custos de Estrutura

Comportam os Custos de estrutura, os custos com Pessoal, Fornecimento de terceiros, Amortizações do exercício e Outros custos, perfazendo um total de AKZ 8 716 434 milhares (USD 72 009 milhares) contra AKZ 8 170 167 milhares (USD 82 852 milha-

res) em 2014, alcançando um incremento de 6,69%, precisamente AKZ 546 266 milhares (USD 4 513 milhares).



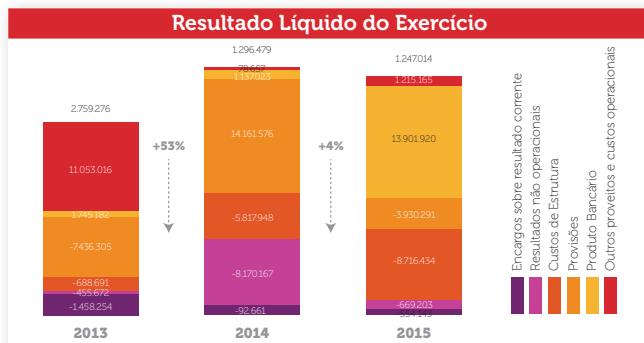
O incremento nos custos é explicado essencialmente pelo crescimento da estrutura comercial, ampliação do quadro pessoal e desgaste do imobilizado do Banco.

O rácio de cost to income cifrou-se em 59,96% contra 53,45% em 2014.

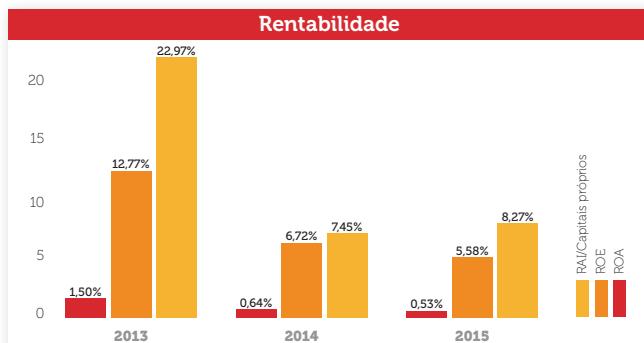
## Rentabilidade

O Banco concluiu o exercício de 2015 com um Resultado líquido de AKZ 1 247 014 milhares (USD 10 302 milhares) contra AKZ 1 296 479 milhares (USD 13 147 milhares) alcançados em 2014, apresentando um decréscimo de 3,82%, cerca de AKZ 49 465 milhares (USD 409 milhares) face ao período homólogo.

Para o ano de 2015, estimou-se que o imposto industrial atingisse os AKZ 554 143 milhares (USD 4 578 milhares).



A rentabilidade dos Capitais próprios (ROE) situando-se em 5,58% contra 6,72% em 2014. A rentabilidade dos Activos (ROA) fixou em 0,53% contra 0,64% em 2014.

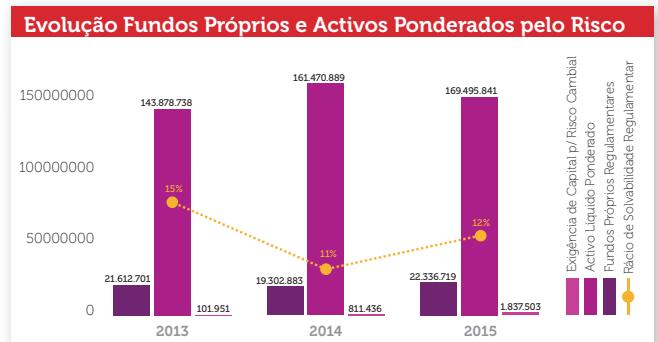


## Fundos Próprios e Solvabilidade

Os Fundos Próprios Regulamentares alcançaram em 2015 AKZ 22 336 719 milhares (USD 165 072 milhares) contra AKZ 19 302 883 milhares (USD 188 200 milhares) em 2014, atingindo um acréscimo de 15,72%.

Activos Ponderados pelo risco totalizaram AKZ 169 495 841 milhares (USD 1 252 602 milhares) de acordo com o novo modelo de cálculo, baseado no instrutivo n.º 3 / 2011 de 08 de Junho.

O Rácio de Solvabilidade calculado com base no mesmo instrutivo do Banco Nacional de Angola, cifrou-se em 12 % contra 11% em 2014.



# 6

## Resultados

- Demonstrações Financeiras
- Proposta de Aplicação dos Resultados
- Relatório do Auditor Independente
- Parecer do Conselho Fiscal



# Demonstrações Financeiras

## Balanco patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Activo	Notas	2015		2014	
		AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Disponibilidades	3	40 985 941	302 893	29 885 788	290 540
Aplicações de liquidez		25 224 040	186 410	16 400 687	159 442
- Operações no mercado monetário interfinanceiro	4	25 224 040	186 410	16 400 687	159 442
Titulos e valores mobiliários		28 499 524	210 616	23 611 649	229 545
- Mantidos para negociação	5	1 536 473	11 355	-	-
- Mantidos até ao vencimento	5	26 963 051	199 261	23 611 649	229 545
Créditos no sistema de pagamento	6	169 336	1 251	66 970	651
Operações cambiais	7	-	-	925 767	9 000
Crédito total		92 398 923	682 839	88 444 953	859 832
- Crédito vivo e vencido	8	101 802 738	752 335	94 934 535	922 922
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(9 403 815)	(69 496)	(6 489 582)	(63 090)
Outros valores	9	26 421 535	195 259	14 060 908	136 695
Imobilizações financeiras	10	4 501 192	33 265	4 026 967	39 149
Imobilizações corpóreas e em curso	11	14 353 714	106 076	13 428 941	130 552
Imobilizações incorpóreas	11	1 741 681	12 871	11 240 507	109 276
<b>Total do activo</b>		<b>234 295 886</b>	<b>1 731 484</b>	<b>202 093 137</b>	<b>1 964 682</b>
<b>Passivo</b>					
Depósitos		154 219 337	1 139 706	155 344 158	1 510 204
- Depósitos à ordem	12	88 647 388	655 119	78 953 163	767 556
- Depósitos a prazo	12	65 568 135	484 559	76 387 297	742 612
- Outros depósitos	12	3 814	28	3 698	36
Captações para liquidez		21 856 840	161 526	15 047 479	146 287
- Operações no mercado monetário interfinanceiro	13	21 856 840	161 526	15 047 479	146 287
Obrigações no sistema de pagamentos	14	5 193 341	38 380	292 510	2 844
Operações cambiais	7	-	-	926 280	9 005
Outras captações		8 563 313	63 284	6 978 676	67 844
- Dívida subordinada	15	6 874 002	50 800	5 225 440	50 800
- Outras captações contratadas	15	1 689 311	12 484	1 753 236	17 044
Outras obrigações	16	20 936 071	154 721	3 016 005	29 321
Provisões para responsabilidades prováveis	17	495 286	3 660	547 045	5 318
<b>Total do passivo</b>		<b>211 264 188</b>	<b>1 561 277</b>	<b>182 152 153</b>	<b>1 770 823</b>
Capital social	18	14 642 808	108 213	14 642 808	142 353
Reservas e fundos	19	3 817 474	28 212	3 568 462	34 691
Resultados de conversão	2	-	(1 087)	-	(5 453)
Resultados potenciais		(11 844)	(88)	(1 154 502)	(11 224)
Resultados transitados	19	3 675 959	27 166	2 930 483	28 489
(-) Ações ou Quotas Próprias Tesouraria	19	(339 713)	(2 511)	(1 342 746)	(13 054)
Resultado líquido do exercício		1 247 014	10 302	1 236 479	13 147
<b>Total dos fundos próprios</b>		<b>23 031 698</b>	<b>170 207</b>	<b>19 940 984</b>	<b>193 859</b>
<b>Total do passivo e fundos próprios</b>		<b>234 295 886</b>	<b>1 731 484</b>	<b>202 093 137</b>	<b>1 964 682</b>

## Demonstração dos Resultados

Referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Proveitos de instrumentos financeiros activos	Notas	2015		2014	
		AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Proveitos de aplicações de liquidez	20	15 186 707	125 461	10 972 568	111 270
- Proveitos de títulos e valores mobiliários	20	70 821	585	595 407	6 037
- Proveitos de créditos	20	5 758 923	47 576	1 416 422	14 364
(-) Custos de instrumentos financeiros passivos		<b>(5 346 450)</b>	<b>(44 168)</b>	<b>(4 427 055)</b>	<b>(44 893)</b>
- Custos de depósitos	21	(3 820 782)	(31 564)	(3 674 291)	(37 260)
- Custo de captações para liquidez	21	(1 162 500)	(9 604)	(457 969)	(4 644)
- Custos de outras captações	21	(363 168)	(3 000)	(294 795)	(2 989)
<b>Margem financeira</b>		<b>9 840 257</b>	<b>81 293</b>	<b>6 545 513</b>	<b>66 377</b>
Resultados de operações cambiais	22	1 680 267	13 881	4 311 565	43 723
Resultado da prestação de serviços financeiros	23	2 381 396	19 673	3 304 498	33 510
(-) Provisões p/crédito de liq. duvidosa e prest. garantias	24	(3 930 291)	(32 469)	(5 817 948)	(58 999)
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b>		<b>9 971 629</b>	<b>82 378</b>	<b>8 343 628</b>	<b>84 611</b>
(-) Pessoal	25	(3 266 915)	(26 989)	(3 085 571)	(31 290)
(-) Fornecimentos de terceiros	26	(3 929 519)	(32 463)	(3 694 664)	(37 467)
(-) Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado		(259 014)	(1 975)	(86 074)	(873)
(-) Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras		(1 656)	(14)	(20 493)	(208)
(-) Depreciações e amortizações	27	(1 279 330)	(10 569)	(1 283 366)	(13 014)
(-) Provisões sobre outras responsabilidades prováveis	28	(94 000)	(777)	(9 335)	(94)
Recuperação de custos		4 597	40	102 264	1 036
Outros proveitos e custos operacionais	29	1 304 569	10 777	1 044 094	10 588
<b>Resultado operacional</b>		<b>2 470 361</b>	<b>20 408</b>	<b>1 310 483</b>	<b>13 289</b>
<b>Resultado não operacional</b>	30	<b>(669 204)</b>	<b>(5 528)</b>	<b>78 657</b>	<b>798</b>
Resultado antes do imposto e outros encargos		1 801 157	14 880	1 389 140	14 087
(-) Encargos sobre resultado corrente	31	(554 145)	(4 578)	(92 661)	(940)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1 247 014</b>	<b>10 302</b>	<b>1 296 479</b>	<b>13 147</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Mutação dos Fundos Próprios Referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

AKZ'000	Capital social	Reservas	Fundo social	Resultados potenciais	Resultados transmitidos	Total das reservas e fundos	Resultado líquido do exercício	Acções ou quotas próprias tesouraria	Total dos fundos próprios
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>6 039 104</b>	<b>4 491 377</b>	<b>45 352</b>	-	<b>7 869 264</b>	<b>18 445 097</b>	<b>2 759 277</b>	<b>(85 632)</b>	<b>21 118 762</b>
Aumento de capital	8 603 704	(1 485 095)	-	-	(7 118 609)	-	(62 621)	-	(62 621)
Utilização do fundo social	-	(62 621)	-	-	-	-	(551 855)	-	(621 621)
Constituições de reservas	-	551 855	-	-	-	551 855	-	-	551 855
Utilização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados potenciais	-	-	27 594	-	2 179 828	2 207 422	(2 207 422)	-	-
Transferência de resultados de 2013	-	-	-	-	31 679	31 679	-	-	31 679
Variação cambial de imob. financeiras	-	-	-	-	(1 186 181)	(1 186 181)	(1 237 154)	-	(2 443 335)
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	-	-	-	1 296 479	-	1 296 479
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>14 642 808</b>	<b>3 558 137</b>	<b>10 325</b>	<b>(1 154 502)</b>	<b>2 930 483</b>	<b>19 987 251</b>	<b>1 296 479</b>	<b>(1 342 746)</b>	<b>19 940 984</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização do fundo social	-	(10 284)	-	-	(10 284)	-	-	-	(10 284)
Constituições de reservas	-	259 296	-	-	-	259 296	-	-	259 296
Utilização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados potenciais	-	-	-	-	745 476	745 476	(745 476)	-	-
Transferência de resultados de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial de imob. financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(291 707)
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	-	1 142 658	1 142 658	-	1 003 033	2 145 691
Resultado líquido do exercício de 2015	-	-	-	-	-	-	1 247 014	-	1 247 014
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>14 642 808</b>	<b>3 817 437</b>	<b>41</b>	<b>(11 044)</b>	<b>3 675 959</b>	<b>22 124 397</b>	<b>1 247 014</b>	<b>(1 339 713)</b>	<b>23 031 698</b>

USD'000	Capital social	Reservas	Fundo social	Resultados potenciais	Resultados transmitidos	Total das reservas e fundos	Resultado líquido do exercício	Acções ou quotas próprias tesouraria	Reserva de conversão	Total dos fundos próprios
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>61 865</b>	<b>46 009</b>	<b>465</b>	-	<b>80 612</b>	<b>188 951</b>	<b>28 600</b>	<b>(877)</b>	<b>(335)</b>	<b>216 339</b>
Aumento de capital	83 642	(15 393)	-	-	(73 787)	(5 538)	-	-	-	(5 538)
Utilização do fundo social	-	(648)	-	-	(1 649)	(1 649)	-	-	-	(1 649)
Constituições de reservas	-	5 720	-	-	-	5 720	(5 720)	-	-	-
Utilização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados potenciais	-	-	285	-	22 595	22 881	(22 881)	-	-	-
Transferência de resultados de 2013	-	-	-	-	328	328	-	-	-	328
Variação cambial de imob. financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desvalorização cambial	(1 154)	(1 743)	(1)	743	(931)	(5 088)	854	(208)	(4 442)	
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	-	(12 295)	(12 295)	-	(13 031)	-	(25 326)
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	13 147	-	-	13 147
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>142 353</b>	<b>34 591</b>	<b>100</b>	<b>(11 224)</b>	<b>28 489</b>	<b>194 309</b>	<b>13 147</b>	<b>(13 054)</b>	<b>(343)</b>	<b>193 859</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização do fundo social	-	(1 104)	-	-	(1 104)	-	-	-	-	(1 104)
Constituições de reservas	-	2 629	-	-	-	2 629	(2 629)	-	-	-
Utilização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados potenciais	-	-	-	-	7 560	7 560	(7 560)	-	-	-
Transferência de resultados de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial de imob. financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desvalorização cambial	(3 146)	(9 009)	4	(451)	(8 883)	(52 479)	372	(544)	(52 651)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(2 958)	-	-	(2 958)
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	-	11 587	11 587	-	10 172	-	21 759
Resultado líquido do exercício de 2015	-	-	-	-	-	-	10 302	-	-	10 302
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>108 213</b>	<b>28 212</b>	<b>0</b>	<b>(88)</b>	<b>27 166</b>	<b>165 302</b>	<b>10 302</b>	<b>(2 511)</b>	<b>(1 087)</b>	<b>170 207</b>

## Demonstrações de Fluxo de Caixa Referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	2015 AKZ 000	2015 USD 000	2014 AKZ 000	2014 USD 000
<b>I Fluxo de Caixa de Margem Financeira (I+II)</b>	<b>3 886 689</b>	<b>28 723</b>	<b>4 863 422</b>	<b>40 519</b>
<b>II Recebimentos de Provetos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)</b>	<b>8 926 778</b>	<b>65 970</b>	<b>9 346 399</b>	<b>94 780</b>
1 Recebimentos de Provetos de Aplicações de Liquidez	70 820	523	107 808	1 093
2 Recebimentos de Provetos de Títulos e Valores Mobiliários	1 753 856	12 961	1 102 412	11 179
4 Recebimentos de Provetos de Créditos	7 102 102	52 486	8 136 179	82 507
<b>III Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6+7+8+9)</b>	<b>(5 040 089)</b>	<b>(37 247)</b>	<b>(4 482 977)</b>	<b>(45 461)</b>
5 Pagamentos de Custos de Depósitos	(5 340 383)	(26 164)	(3 735 547)	(37 601)
6 Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez	-	-	-	-
7 Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-
8 Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-
9 Pagamentos de Custos de Outras Captações	(337 206)	(2 492)	(291 461)	(2 956)
<b>IV Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações e Ajustes ao Valor Justo</b>	<b>1 585</b>	<b>11 885</b>	<b>4 311 565</b>	<b>43 725</b>
<b>V Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros</b>	<b>2 145 500</b>	<b>17 599</b>	<b>3 304 498</b>	<b>33 510</b>
<b>VII Fluxo de Caixa dos Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VIII FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (I+IV+V+VI+VII)</b>	<b>6 482 585</b>	<b>47 907</b>	<b>12 479 485</b>	<b>126 552</b>
<b>IX FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS COM MERCADORIAS, PRODUTOS E OUTROS SERVIÇOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
10 Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(7 336 033)	(54 214)	(6 842 856)	(69 392)
11 Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	(209 836)	(1 551)	-	-
12 Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	4 798 466	35 461	(968 360)	(9 820)
13 Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	(2 079 954)	(15 371)	(4 849 945)	(49 182)
14 Recebimentos de Provetos de Imobilizações Financeiras	-	-	-	-
15 Fluxo de Caixa de Outros Custos e Provetos Operacionais	1 309 965	9 675	1 110 428	11 263
<b>X RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS (10+11+12+13+14+15)</b>	<b>(3 518 142)</b>	<b>(26 000)</b>	<b>(11 550 733)</b>	<b>(117 433)</b>
<b>XI FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES (VIII+IX+X)</b>	<b>2 964 443</b>	<b>21 907</b>	<b>928 752</b>	<b>9 418</b>
16 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	(8 519 963)	(62 964)	2 343 917	23 769
17 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	(958 529)	(7 084)	(13 050 206)	(132 339)
18 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-
19 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais	925 767	6 842	(144 819)	(1 469)
20 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	(4 546 142)	(33 597)	(7 284 789)	(73 873)
<b>XII FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (16+17+18+19+20)</b>	<b>(13 098 867)</b>	<b>(96 803)</b>	<b>(18 135 897)</b>	<b>(183 512)</b>
<b>XIII FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
21 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	(1 092 201)	(8 072)	(5 456 647)	(55 330)
22 Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações	-	-	415 352	4 212
23 Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	(669 203)	(4 946)	38 587	391
<b>XIV FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES (21+22+23)</b>	<b>(1 761 404)</b>	<b>(13 018)</b>	<b>(5 002 708)</b>	<b>(50 731)</b>
<b>XV FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS (XII+XIII+XIV)</b>	<b>(14 860 271)</b>	<b>(109 821)</b>	<b>(23 138 605)</b>	<b>(234 644)</b>
24 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	19 155 578	141 563	21 903 745	222 121
25 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez	2 286 672	16 900	(702 409)	(7 123)
26 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-
27 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-
28 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Operações Cambiais	(926 280)	(6 845)	143 576	1 454
29 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações	1 558 675	11 519	1 755 528	17 802
<b>XVI FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (24+25+26+27+28+29)</b>	<b>22 074 845</b>	<b>163 137</b>	<b>23 100 240</b>	<b>234 254</b>
<b>XVII FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM MINORITÁRIOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
30 Recebimentos por Aumentos de Capital	-	-	-	-
31 Pagamentos por Reduções de Capital	-	-	-	-
32 Pagamentos de Dividendos	(81 897)	(6 603)	-	-
33 Recebimentos por Alienação de Acções ou Quotas Próprias em Tesouraria	1 013 033	7 413	-	-
34 Pagamentos por Aquisição de Acções ou Quotas Próprias em Tesouraria	-	-	(2 443 315)	(24 777)
<b>XVIII FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS (30+31+32+33+34)</b>	<b>921 136</b>	<b>6 808</b>	<b>(2 443 315)</b>	<b>(24 777)</b>
<b>XIX FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>XX FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS (XVI+XVII+XVIII+XIX)</b>	<b>22 995 981</b>	<b>169 945</b>	<b>20 656 925</b>	<b>209 477</b>
<b>SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>29 885 788</b>	<b>290 540</b>	<b>31 438 716</b>	<b>303 065</b>
<b>SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO (NOTA 3)</b>	<b>40 985 941</b>	<b>302 893</b>	<b>29 885 788</b>	<b>287 317</b>
<b>VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES (XV-XV+XX)</b>	<b>11 100 153</b>	<b>12 353</b>	<b>(1 552 928)</b>	<b>(15 748)</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

## 1. Constituição e actividade

O Banco de Negócios Internacional, S.A., doravante igualmente designado por “Banco”, com sede em Luanda, é um Banco de capitais privados constituído em 02 de Fevereiro de 2006 que tem como objecto social o exercício da actividade bancária, nos termos e dentro dos limites da lei angolana. A actividade comercial teve início no dia 13 de Novembro de 2006.

## 2. Principais políticas contabilísticas

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n.º 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”). O Plano passou a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2010, assim como as actualizações subsequentes, nomeadamente a Directiva n.º 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no CONTIF. Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros países.

O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras

numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras agora apresentadas, reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização, no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos, quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As demonstrações financeiras do BNI relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Abril de 2016.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das demonstrações financeiras agora apresentadas.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido converti-

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

dos com base no câmbio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola, de acordo com a política contabilística 2.2 b).

As demonstrações financeiras foram elaboradas em milhares de Kwanzas (AKZ'000), em observância da convenção do custo histórico e de acordo com os princípios contabilísticos e normas do Plano Contabilístico do Sistema Bancário, conforme estabelecido pelo Banco Nacional de Angola.

No sentido de proporcionar a divulgação das demonstrações financeiras em referencial comparativo universal, estas são também apresentadas em milhares de Dólares Americanos (USD'000), de acordo com a seguinte política de conversão.

As taxas de câmbio AKZ/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.14	98,612	102,863
31.12.15	121,047	135,315

As demonstrações financeiras expressas em AKZ foram convertidas para USD, através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de encerramento – para a totalidade dos activos, passivos e capitais próprios;
- Taxa média – para a demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para USD foram incluídas na rubrica de capitais próprios, denominada “Reserva de Conversão”.

### 2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando: a) nas transacções com terceiros o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo; b) na extinção parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior; c) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou d) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando: a) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou c) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

#### b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As operações em moeda estrangeira são convertidas com base na taxa de câmbio praticada no dia da operação (câmbio da operação). Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, são convertidos com base na taxa de câmbio praticada à data de balanço.

Os proveitos e os custos decorrentes de operações activas e passivas indexadas à variação cambial (não realizadas em moeda estrangeira), são registados nas contas representativas do proveito ou custo da aplicação ou captação efectuada.

Os activos e passivos não monetários, excepto participações financeiras, são registados ao custo histórico.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico e adquiridos em moeda estrangeira, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo, são imediatamente registadas na posição cambial à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

### Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda, é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois

dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio média publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

### Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda, corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contractos relativos a estas operações (*forwards* de moeda), são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registada nas rubricas de “Operações cambiais” do activo ou do passivo, por contrapartida de resultados.

### c) Créditos

#### Classificação dos créditos

Os créditos concedidos a clientes, são activos financeiros registados pelos valores contratados quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos quando adquiridos a outras entidades.

A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço,

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

sendo os respectivos proveitos periodificados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são registados pelo seu valor inicial, líquido de amortizações e perdas por imparidade

As responsabilidades relativas a créditos por assinatura são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos, registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso nº4/2011 de 8 de Junho, revogado pelo Aviso nº3/2012 de 28 de Março, que as operações de crédito por desembolso são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro-crédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de crédito concedido a Clientes, incluindo os créditos por assinatura, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso nº 3/2012 de

28 de Março do BNA, que veio revogar o Aviso nº 4/2011 de 8 de Junho do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a Clientes e a determinação das respectivas provisões.

Nos termos do Aviso nº 3/2012, o Banco classifica as operações de crédito concedido e os créditos por assinatura por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de crédito que registam incumprimento, são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das demonstrações financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

A revisão e reclassificação do nível de risco de uma operação decorrem da avaliação efectuada no Banco, tendo em consideração a percepção de risco associada à operação de crédito e a existência de eventuais garantias que estejam a colateralizar a dívida junto do Banco.

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Sem prejuízo da revisão anteriormente descrita, a classificação das operações de crédito é revista mensalmente, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento.

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação mensal.

Para os créditos concedidos a clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa e prestação de garantias

As provisões para créditos de liquidação duvidosa, destinam-se a cobrir riscos potenciais, existentes na carteira de crédito, incluindo o crédito por assinatura e são constituídas mensalmente, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se os houver.

Os níveis mínimos de provisionamento a aplicar a cada operação de crédito, em função do nível de risco em que a mesma se encontra classificada, são os seguintes:

Nível de risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão mínima	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a data em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

As provisões para créditos de liquidação duvidosa assim calculadas asseguram o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo BNA, através do Aviso nº 3/2012 de 28 de Março.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo, na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" (Nota 8) e as provisões para garantias prestadas e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço, são apresentadas no passivo, na rubrica "Provisões para responsabilidades prováveis na prestação de garantias" (Nota 17).

### Créditos transferidos para prejuízo

Seis meses após a classificação de uma operação na Classe G, desde que a mesma apresente um atraso superior a 180 dias, o Banco abate esse crédito ao activo e utiliza a respectiva provisão - transferência de crédito para prejuízo -. Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

### Renegociação dos créditos

As operações que sejam objecto de renegociação, são mantidas pelo menos no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior, ocorre apenas se hou-

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

ver uma amortização regular e significativa das responsabilidades. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados aquando do seu efectivo recebimento.

### Recuperação dos créditos

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de “Resultado não operacional”.

### Apropriação de proveitos

O Banco procede à anulação de juros vencidos há mais de 60 dias, bem como, não reconhece juros a partir dessa data para as operações de crédito em incumprimento, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

### d) Títulos e valores mobiliários

#### Classificação dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. O Conselho de Administração do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- i. Títulos para negociação;
- ii. Títulos disponíveis para venda;
- iii. Títulos mantidos até ao vencimento.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários relativos a juros corridos durante o prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observando que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses, devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

O Banco classifica de igual modo, os títulos e valores mobiliários em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

#### Títulos para negociação

São considerados títulos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do ac-

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

tivo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização, reconhecido em resultados do exercício.

### Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda, os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados no momento inicial ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

### Títulos mantidos até ao vencimento

São considerados títulos mantidos até ao vencimento, aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter em carteira até ao seu vencimento, desde que haja capacidade financeira do Banco para tal.

Os títulos mantidos até ao vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos -incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados-, reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos

até ao vencimento, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda, pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até ao vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes do seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos ao valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação "Proveitos a receber".

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional e indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários".

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda na-

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

cional e indexadas ao índice de Preços do Consumidor (IPC) encontram-se sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e os juros corridos são reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários”.

### Valor de Mercado

A metodologia utilizada pelo Banco para apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos é a seguinte:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos com prazo de vencimento inferior a um ano, para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com

base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

### Transferência de Títulos entre Categorias

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não possa ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- 1) na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno os valores já registados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizadas;
- 2) na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período;
  - i. imediatamente, quando transferidas para a categoria títulos para a negociação;

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

ii. em função do prazo remanescente até ao vencimento, quando transferidas para a categoria títulos mantidos até ao vencimento;

**3)** na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:

i. imediatamente no resultado do período, quando transferidos para a categoria títulos para a negociação;

ii. como componente destacado nos fundos próprios, quando transferidos para a categoria títulos disponíveis para a venda.

### Imparidade

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas, passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos.

### e) Imobilizações Financeiras

#### Participações em Coligadas e Equiparadas

São consideradas participações em coligadas ou equiparadas, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante, sem controlá-la.

O Banco aplica o método da equivalência patrimonial para a valorização das suas participações em coligadas e equiparadas nas seguintes situações:

**a)** quando as participações societárias estejam em relação de grupo; ou

**b)** quando as participações societárias sejam relevantes e o Banco tenha influência na sua administração, ou quando a percentagem de participação, directa ou indirectamente, representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da participada.

Uma participação societária considera-se em relação de grupo quando seja exercido um domínio sobre a Sociedade, reflectido através de um controlo operacional nos casos em que tenham administração ou gestão comum, ou por um controlo societário, quando o controlo é obtido através do somatório da percentagem detida directamente pelo Banco, pelos seus administradores, controladores e empresas ligadas.

Uma participação societária considera-se relevante quando:

**a)** o seu valor contabilístico for igual ou superior a 10% dos fundos próprios do Banco; ou

**b)** o valor contabilístico das várias participadas, considerado em conjunto, for igual ou superior a 15% dos fundos próprios do Banco.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as imobilizações financeiras são registadas ini-

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

cialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Banco nos activos líquidos das correspondentes participadas.

Os resultados do Banco incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas participadas.

Adicionalmente, o Banco deve constituir uma provisão para perdas, quando existir passivo a descoberto na participada e houver intenção manifesta do Banco em manter o seu apoio financeiro à mesma. Deve deixar de ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, a participação societária em sociedades coligadas e equiparadas com efectiva e clara evidência de perda de continuidade de suas operações ou, no caso em que estas estejam a operar sob severas restrições a longo prazo, que prejudiquem significativamente a sua capacidade de transferir recursos para a investidora.

Nas situações em que a valorização pelo método da equivalência patrimonial não é aplicável, as imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de provisões para perdas.

Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira é objecto de actualização cambial, o resultado desta actualização cambial é reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

### Participações em Outras Sociedades

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco

detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os rendimentos decorrentes desses investimentos, relativos a dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período. As participações adquiridas com dividendos propostos e não pagos (ex-dividendos) devem ter esses dividendos reconhecidos como custo de aquisição, em contrapartida à respectiva conta no resultado do período.

Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira é objecto de actualização cambial. O resultado desta actualização cambial é reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

### Outros Investimentos

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.

### f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

#### Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a gastos com trespases, organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e software, sempre que o Banco consiga demonstrar

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente por duodécimos ao longo de um período de três anos, com excepção das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, as quais são amortizadas conforme o prazo expectável de duração do contrato de arrendamento ou pela vida útil das mesmas, se inferior.

### Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio (Edifícios)	50
Equipamento:	
• Mobiliário e material	10
• Máquinas e ferramentas	4 e 10
• Equipamento informático	6
• Instalações interiores	10
• Material de transporte	3
• Equipamento de segurança	10

As imobilizações em curso, que correspondem essencialmente a Edifícios e a balcões/centros de atendimento em construção e ao respectivo mobiliário, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciam a sua amortização quando os

respectivos Edifícios e os balcões/centros de atendimento entram em funcionamento.

### g) Redução no Valor Recuperável de Outros Activos (Imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do indício de imparidade, a instituição deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- 1) declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- 2) mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- 3) aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- 4) valor contabilístico de activos líquidos maior que o valor de mercado;
- 5) evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- 6) mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco;

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

7) indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

### h) Reserva de Actualização Monetária de Imobilizações e dos Fundos Próprios

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 19/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i. A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;

iii. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;

iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e

v. A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária das imobilizações deve ser reflectido mensalmente a crédito na conta de “Resultado da Actualização Monetária”, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas das imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da Demonstração de Resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de Actualização Monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada e da evolução cambial que ocorreu ao longo do período, uma vez que Angola não é considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

### i) Benefícios a Colaboradores

Remuneração Variável paga aos Colaboradores e Administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos Colaboradores e Administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de pagável no ano seguinte.

### Provisão para Férias e Subsídio de Férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2015, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

### j) Impostos sobre Lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto apli-

cável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2011 a 2015. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar. Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

### Imposto Corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

### Imposto Diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

### k) Provisões e Contingências

#### Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

#### Contingências Passivas

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

surge de eventos passados, mas que não é reconhecida, porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

### Contingências Activas

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

### l) Reconhecimento de Proveitos Resultantes de Serviços e Comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

### m) Resultado por Acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado, em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

### n) Principais Estimativas e Incertezas Associadas à Aplicação das Políticas Contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações, as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequa-

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

da a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para créditos de liquidação duvidosa, Provisões para responsabilidades prováveis e Impostos sobre os lucros.

### o) Fluxos de Caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.

### p) Compensação de Saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo Banco Nacional de Angola.

### 3. Disponibilidades

A rubrica Disponibilidades é analisada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Disponibilidades</b>	<b>40 985 941</b>	<b>302 893</b>	<b>29 885 788</b>	<b>290 540</b>
<b>Caixa e disp. Banco Central</b>	<b>32 598 150</b>	<b>240 906</b>	<b>23 824 038</b>	<b>231 610</b>
<b>Caixa</b>	<b>3 237 115</b>	<b>23 923</b>	<b>3 929 144</b>	<b>38 198</b>
Notas e moedas nacionais	2 576 203	19 039	3 344 680	32 516
Notas e moedas estrangeiras	660 912	4 884	584 464	5 682
- Em Dolares dos Estados Unidos	307 428	2 272	325 845	3 168
- Em Euros	250 793	1 853	207 284	2 015
- Em Randes	9 015	67	6 403	62
- Em Libras	85 907	635	44 932	437
- Em Dólar Namibiano	7 769	57	-	-
<b>Depósitos no Banco Central</b>	<b>29 361 035</b>	<b>216 983</b>	<b>19 894 894</b>	<b>193 412</b>
Moeda nacional	22 995 212	169 938	13 953 576	135 652
Moeda estrangeira	6 365 823	47 045	5 941 318	57 760
- Em Dolares dos Estados Unidos	6 365 823	47 045	5 941 318	57 760
<b>Disponibilidades inst. financeiras</b>	<b>8 387 791</b>	<b>61 987</b>	<b>6 061 750</b>	<b>58 930</b>
<b>Em inst. crédito no país</b>	<b>2 698</b>	<b>20</b>	<b>57 531</b>	<b>559</b>
Cheques a cobrar	2 698	20	57 531	559
<b>Em inst. crédito no estrangeiro</b>	<b>8 385 093</b>	<b>61 967</b>	<b>6 004 219</b>	<b>58 371</b>
Depósitos à ordem	8 385 093	61 967	6 004 219	58 371
- Em Dolares dos Estados Unidos	7 200 034	53 209	5 542 373	53 881
- Em Euros	1 149 567	8 495	387 482	3 767
- Em Randes	385	4	39	0
- Em Libras	35 107	259	74 325	723

A rubrica de Depósitos no Banco Central inclui o saldo junto do Banco Nacional de Angola com vista a satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa em moeda nacional e estrangeira.

O Instrutivo n.º 16/15, de 22 de Julho, que revogou o Instrutivo n.º 01/14, de 12 de Fevereiro, veio estabelecer o coeficiente de reservas obrigatórias, em moeda nacional, para 25%. Destes, até 10% das exigibilidades, podem ser cumpridas em Obrigações do Tesouro, mediante a ponderação mencionada no Instrutivo, para os depósitos totais reflectidos em moeda nacional de Clientes. O coeficiente de reservas obrigatórias, em moeda nacional, para os

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

depósitos do Governo Local e do Governo Central é de 50% e 100%, respectivamente.

O coeficiente de reservas obrigatórias em moeda estrangeira é de 15% para os saldos dos depósitos dos Clientes e de 100% para os saldos dos depósitos do Governo Central e Local, assim como as Admistrações Municipais.

A exigibilidade das reservas é calculada semanalmente sobre a média aritmética dos saldos finais diários. Estes depósitos não são remunerados.

O saldo de depósitos no Banco Central, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, visam satisfazer as exigências de reservas obrigatórias, sendo utilizáveis ainda para as compras semanais de divisas estrangeiras.

Os depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola, bem como os domiciliados em outras instituições de crédito no estrangeiro, não são remunerados. A rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro engloba os saldos das contas junto dos bancos correspondentes, inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco.

Os saldos junto de entidades relacionadas ascendem a AKZ 6 342 087 milhares, equivalentes a USD 45 625 milhares e EUR 1 139 milhares (2014: AKZ 4 195 485 milhares, equivalentes a USD 40 752 milhares, EUR 13 milhares e GBP 12 milhares).

### 4. Aplicações de Liquidez

A rubrica Aplicações de liquidez é analisada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Aplicações de liquidez</b>	<b>25 224 040</b>	<b>186 410</b>	<b>16 400 687</b>	<b>159 442</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>	<b>8 000 998</b>	<b>59 129</b>	<b>6 200 000</b>	<b>60 274</b>
- Em Kwanzas	8 000 998	59 129	6 200 000	60 274
- Proveitos a receber	-	-	-	-
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>	<b>17 223 042</b>	<b>127 281</b>	<b>10 200 687</b>	<b>99 168</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	12 162 873	89 886	8 393 117	81 596
- Em Euros	3 888 166	28 734	938 959	9 128
- Proveitos a receber	1 172 003	8 661	868 611	8 444

A 31 de Dezembro de 2015 a rubrica de Aplicações em instituições de crédito no país em Kwanzas é referente a aplicações junto do Banco Nacional de Angola.

A rubrica Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro inclui os colaterais de cartões de crédito VISA e MASTERCARD totalizando AKZ 1 489 086 milhares (2014: AKZ 1 134 065 milhares), equivalente a USD 11 005 milhares (2014: USD 11 025 milhares).

Os proveitos a receber contabilizam AKZ 1 159 142 milhares de uma aplicação financeira em que o Banco agiu como Banco agente, cuja explicação se encontra detalhada na nota 9.

	2015 Taxa Média	2015 Montante Divisa	2014 Taxa Média	2014 Montante Divisa
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>				
- Em Dólares dos Estados Unidos	0,82%	98 527	0,98%	90 037
- Em Euros	0,28%	26 320	0,12%	7 502

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Em 31 de Dezembro de 2015, os depósitos a prazo no estrangeiro venciam juros a taxas que variaram entre 0,18% e 2,85% em Dólares americanos, e entre 0,01% e 0,65% em Euros. Em 31 de Dezembro de 2014, os depósitos a prazo no estrangeiro venciam juros a taxas que variaram entre 0,14% e 2,85% em Dólares americanos, e entre 0,05% e 0,20% em Euros.

O prazo residual de vencimento das operações a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é apresentado como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Aplicações em inst. crédito no estrangeiro</b>	<b>25 224 040</b>	<b>186 410</b>	<b>16 400 687</b>	<b>159 442</b>
Até 3 meses	13 754 762	101 650	8 152 918	79 260
De 3 a 6 meses	3 263 731	24 120	3 053 147	29 682
De 6 meses a 1 ano	1 419 272	10 489	515 198	5 009
Mais de 1 ano	-	-	3 131 379	30 442
Prazo indeterminado	6 786 275	50 151	1 548 046	15 050

### 5. Títulos e Valores Mobiliários

A rubrica Títulos e valores mobiliários é analisada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Títulos</b>	<b>28 499 524</b>	<b>210 616</b>	<b>23 611 649</b>	<b>229 545</b>
<b>Títulos mantidos para negociação</b>	<b>1 536 473</b>	<b>11 355</b>	-	-
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	1 516 218	11 205	-	-
Juros a receber	20 255	150	-	-
<b>Títulos mantidos até ao vencimento</b>	<b>26 963 051</b>	<b>199 261</b>	<b>23 611 649</b>	<b>229 545</b>
Títulos do Banco Central moeda nacional	-	-	-	-
Juros a receber	-	-	-	-
Bilhetes do Tesouro moeda nacional	3 699 635	27 341	10 255 304	99 699
Juros a receber	146 287	1 081	245 208	2 384
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	16 231 135	119 951	6 757 106	65 690
Juros a receber	251 656	1 860	98 995	962
Obrigações do Tesouro reajustadas	5 598 348	41 373	5 381 036	52 313
Juros a receber	79 411	587	78 635	765
Obrigações do Tesouro moeda estrangeira	944 103	6 977	783 837	7 620
Juros a receber	12 476	91	11 528	112

A 31 de Dezembro de 2015, a carteira de títulos do Banco era composta por títulos mantidos para negociação, nomeadamente Obrigações do Tesouro indexadas, e por títulos mantidos até ao vencimento, nomeadamente Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas ao Dólar dos Estados Unidos da América, Obrigações do Tesouro reajustadas e Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira.

As taxas médias de remuneração dos títulos mantidos até ao vencimento em 2015 e 2014 são apresentadas como segue:

	2015 %	2014 %
<b>Títulos mantidos para negociação</b>		
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	7,42%	-
<b>Títulos mantidos até ao vencimento</b>		
Títulos do Banco Central moeda nacional	-	-
Bilhetes do Tesouro moeda nacional	5,92%	5,32%
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	6,91%	7,12%
Obrigações do Tesouro reajustadas	7,03%	7,04%
Obrigações do Tesouro moeda estrangeira	3,56%	3,52%

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

A informação relativa à quantidade, valor nominal, valor de aquisição, valor médio de aquisição, valor de mercado e valor de balanço, encontra-se detalhada como se segue:

Natureza e espécie dos títulos	Emitente	Nível de Risco	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	2015
						AKZ'000 Valor do balanço
<b>Títulos de Investimento</b>						<b>28 499 524</b>
Bilhetes do tesouro	BNA	A	3 915 833	3 915 833	3 699 634	3 845 921
Obrigações do Tesouro em MN	MINF	A	51 010	5 101 000	5 598 348	5 677 760
Obrigações do Tesouro em ME	MINF	A	105 809	17 754 318	18 691 456	18 975 843
Indexadas ao USD	MINF	A	105 111	17 747 353	17 747 353	18 019 264
Emitidas em USD	MINF	A	698	6 965	944 103	956 579

Natureza e espécie dos títulos	Emitente	Nível de Risco	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	2014
						AKZ'000 Valor do balanço
Bilhetes do tesouro	BNA	A	10 721 632	10 721 632	10 255 304	10 500 512
Obrigações do Tesouro em MN	MINF	A	50 927	6 387 718	5 092 700	5 459 671
Obrigações do Tesouro em ME	MINF	A	53 187	5 100 340	7 131 590	7 651 466
Indexadas ao USD	MINF	A	52 423	5 092 700	6 387 718	6 896 101
Emitidas em USD	MINF	A	764	7 640	743 872	795 365
Títulos do Banco Central	BNA	A	-	-	-	-

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a análise da carteira de títulos, por maturidades, é apresentada como segue:

Títulos	2015	2015	Títulos	2014	2014
	AKZ'000	USD'000		AKZ'000	USD'000
< 3 meses	299 922	2 216	< 3 meses	2 565 263	24 939
3 - 6 meses	100 866	745	3 - 6 meses	3 135 978	30 487
6 - 12 meses	4 158 522	30 733	6 - 12 meses	4 959 750	48 217
1 - 5 anos	19 747 046	145 934	1 - 5 anos	5 497 263	53 443
> 5 anos	4 193 168	30 988	> 5 anos	7 453 395	72 459

## 6. Créditos no Sistema de Pagamentos

A rubrica Créditos no sistema de pagamentos é analisada como segue:

	2015	2015	2014	2014
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Créditos no sistema de pagamento</b>	<b>169 336</b>	<b>1 251</b>	<b>66 970</b>	<b>651</b>
Relações com correspondentes				
- Compensação de valores - cartões	10	-	277	3
- Compensação de valores - outros	169 326	1 251	66 693	648

## 7. Operações Cambiais

A rubrica Operações cambiais é analisada como segue:

	2015	2015	2014	2014
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Operações cambiais - Activo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>925 767</b>	<b>9 000</b>
Compra de moeda estrangeira - USD	-	-	925 767	9 000
<b>Operações cambiais - Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>926 280</b>	<b>9 005</b>
Venda de moeda nacional	-	-	926 280	9 005

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

## 8. Crédito Total

A rubrica de Crédito total é apresentada como segue:

	2015	2015	2014	2014
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Crédito total</b>	<b>92 398 923</b>	<b>682 839</b>	<b>88 444 953</b>	<b>859 832</b>
<b>Crédito vivo e vencido</b>	<b>101 802 738</b>	<b>752 335</b>	<b>94 934 535</b>	<b>922 922</b>
<b>Em moeda nacional</b>	<b>76 129 881</b>	<b>562 610</b>	<b>77 575 760</b>	<b>754 166</b>
Empresas e sector público	71 448 468	528 014	71 926 024	699 241
Particulares	4 681 413	34 596	5 649 736	54 925
<b>Em moeda estrangeira</b>	<b>19 837 033</b>	<b>146 597</b>	<b>13 844 249</b>	<b>134 589</b>
Empresas e sector público	19 075 244	140 967	13 180 164	128 133
Particulares	761 789	5 630	664 085	6 456
<b>Juros a receber</b>	<b>5 835 824</b>	<b>43 128</b>	<b>3 514 526</b>	<b>34 167</b>
<b>Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 24)</b>	<b>(9 403 815)</b>	<b>( 69 496)</b>	<b>(6 489 582)</b>	<b>( 63 090)</b>

O Crédito total inclui o crédito vivo e vencido, os juros a receber líquidos de provisões e exclui as garantias prestadas, crédito documentário e compromissos irrevogáveis.

O crédito total classificado como crédito vivo e crédito vencido é apresentado como segue:

	2015	2015	2014	2014
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Crédito vivo e vencido</b>	<b>101 802 738</b>	<b>752 335</b>	<b>94 934 535</b>	<b>922 922</b>
<b>Crédito vivo</b>	<b>95 602 330</b>	<b>706 513</b>	<b>91 585 212</b>	<b>890 361</b>
Moeda nacional	70 777 423	523 053	74 274 910	722 076
Moeda estrangeira	19 055 519	140 823	13 842 372	134 571
Juros a receber	5 769 388	42 637	3 467 930	33 714
<b>Crédito vencido</b>	<b>6 200 408</b>	<b>45 822</b>	<b>3 349 323</b>	<b>32 561</b>
Até 60 dias	815 939	6 030	303 594	2 951
Há mais de 60 dias	5 318 033	39 301	2 999 133	29 157
Juros a receber	66 436	491	46 596	453

A análise do crédito vivo e vencido por modalidade de financiamento é apresentada como segue:

	2015	2015	2014	2014
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Crédito vivo, vencido e Juros a receber</b>	<b>101 802 738</b>	<b>752 335</b>	<b>94 934 535</b>	<b>922 922</b>
<b>Crédito rendas</b>	<b>20 188 864</b>	<b>149 195</b>	<b>23 976 463</b>	<b>233 091</b>
Sector público	16 839 708	124 445	20 165 243	196 040
Particulares	3 349 156	24 750	3 811 220	37 051
<b>Financiamento</b>	<b>42 476 076</b>	<b>313 905</b>	<b>38 445 733</b>	<b>373 757</b>
Sector público	3 382 874	25 000	573 483	5 575
Sector empresarial	37 640 628	278 170	36 123 523	351 181
Particulares	1 452 574	10 735	1 748 727	17 001
<b>Contas correntes caucionadas</b>	<b>26 396 874</b>	<b>195 077</b>	<b>23 146 627</b>	<b>225 024</b>
Sector público	26 396 874	195 077	23 027 448	223 865
Particulares	-	-	119 179	1 159
<b>Cartões</b>	<b>260 450</b>	<b>1 925</b>	<b>389 992</b>	<b>3 791</b>
Sector público	43 013	318	57 873	562
Sector empresarial	217 437	1 607	332 119	3 229
Particulares	-	-	-	-
<b>Descobertos</b>	<b>6 644 650</b>	<b>49 105</b>	<b>5 461 194</b>	<b>53 092</b>
Sector público	106 902	790	556 399	5 409
Sector empresarial	6 113 713	45 181	4 602 220	44 741
Particulares	424 035	3 134	302 575	2 942
<b>Juros a receber</b>	<b>5 835 824</b>	<b>43 128</b>	<b>3 514 526</b>	<b>34 167</b>

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

A 31 de Dezembro de 2015 o crédito vivo e vencido por sector de actividade é apresentado como segue:

A 31 de Dezembro de 2014 o crédito vivo e vencido por sector de actividade é apresentado como segue:

	2015	
	AKZ'000	
	Crédito vivo e vencido	%
<b>Total</b>	<b>101 802 738</b>	<b>100%</b>
Imobiliário	15 699 832	15,42%
Agricultura e pastorícia	6 151 247	6,04%
Indústria transformadora	3 297 365	3,24%
Outros sectores	11 542 401	11,34%
Comércio a grosso e a retalho	21 912 974	21,52%
Construção geral	4 452 980	4,37%
Particulares	5 443 202	5,35%
Prestação de serviços	13 397 011	13,16%
Extração e preparação minérios	3 906 397	3,84%
Transporte, armazenagem e comunicação	5 569 103	5,47%
Telecomunicações	1 571 017	1,54%
Instituições bancárias e intermediação monetária	2 333 669	2,29%
Órgãos públicos	470 713	0,46%
Alojamento e restauração	219 003	0,22%
<b>Juros a receber</b>	<b>5 835 824</b>	<b>5,73%</b>

	2014	
	AKZ'000	
	Crédito vivo e vencido	%
<b>Total</b>	<b>94 934 535</b>	<b>100%</b>
Imobiliário	10 613 146	11,18%
Agricultura e pastorícia	14 765 147	15,55%
Indústria transformadora	10 093 839	10,63%
Outros sectores	8 638 048	9,10%
Comércio a grosso e a retalho	16 875 535	17,78%
Construção geral	7 095 072	7,47%
Particulares	6 313 820	6,65%
Prestação de serviços	8 874 741	9,35%
Extração e preparação minérios	3 623 208	3,82%
Transporte, armazenagem e comunicação	1 508 009	1,59%
Telecomunicações	1 648 325	1,74%
Instituições bancárias e intermediação monetária	1 240 118	1,31%
Órgãos públicos	94 221	0,10%
Alojamento e restauração	36 780	0,04%
<b>Juros a receber</b>	<b>3 514 526</b>	<b>3,70%</b>

	2015	
	USD'000	
	Crédito vivo e vencido	%
<b>Total</b>	<b>752 335</b>	<b>100%</b>
Imobiliário	116 024	15,42%
Agricultura e pastorícia	45 459	6,04%
Indústria transformadora	24 368	3,24%
Outros sectores	85 300	11,34%
Comércio a grosso e a retalho	161 940	21,53%
Construção geral	32 908	4,37%
Particulares	40 226	5,35%
Prestação de serviços	99 006	13,16%
Extração e preparação minérios	28 869	3,84%
Transporte, armazenagem e comunicação	41 157	5,47%
Telecomunicações	11 610	1,54%
Instituições bancárias e intermediação monetária	17 246	2,29%
Órgãos públicos	3 479	0,46%
Alojamento e restauração	1 615	0,21%
<b>Juros a receber</b>	<b>43 128</b>	<b>5,73%</b>

	2014	
	USD'000	
	Crédito vivo e vencido	%
<b>Total</b>	<b>922 922</b>	<b>100%</b>
Imobiliário	103 177	11,18%
Agricultura e pastorícia	143 542	15,55%
Indústria transformadora	98 129	10,63%
Outros sectores	83 976	9,10%
Comércio a grosso e a retalho	164 058	17,78%
Construção geral	68 976	7,47%
Particulares	61 381	6,65%
Prestação de serviços	86 277	9,35%
Extração e preparação minérios	35 224	3,82%
Transporte, armazenagem e comunicação	14 660	1,59%
Telecomunicações	16 024	1,74%
Instituições bancárias e intermediação monetária	12 056	1,31%
Órgãos públicos	916	0,10%
Alojamento e restauração	359	0,04%
<b>Juros a receber</b>	<b>34 167</b>	<b>3,70%</b>

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

A análise do crédito vivo e vencido por prazos residuais de maturidade e por moeda, para o exercício de 2015, é apresentada como segue:

	Em moeda Nacional AKZ'000	Em moeda Estrangeira AKZ'000	2015 Total AKZ'000	Total USD'000
<b>Crédito vivo, vencido e Juros a receber</b>	<b>81 285 952</b>	<b>20 516 786</b>	<b>101 802 738</b>	<b>752 335</b>
Até 3 meses	9 415 832	5 164 242	14 580 074	107 749
De 3 meses a 1 ano	15 647 218	5 639 714	21 286 932	157 314
De 1 ano até 3 anos	6 538 705	7 917 156	14 455 861	106 831
De 3 anos até 5 anos	20 604 121	0	20 604 121	152 268
Mais de 5 anos	23 181 133	1 061 994	24 243 127	179 161
Prazo indeterminado	742 872	53 927	796 799	5 884
<b>Juros a receber</b>	<b>5 156 071</b>	<b>679 753</b>	<b>5 835 824</b>	<b>43 128</b>

A análise do crédito vivo e vencido por prazos residuais de maturidade e por moeda, para o exercício de 2014, é apresentada como segue:

	Em moeda Nacional AKZ'000	Em moeda Estrangeira AKZ'000	2014 Total AKZ'000	Total USD'000
<b>Crédito vivo, vencido e Juros a receber</b>	<b>80 894 402</b>	<b>14 040 133</b>	<b>94 934 535</b>	<b>922 922</b>
Até 3 meses	8 853 875	900 929	9 754 804	94 833
De 3 meses a 1 ano	11 160 261	9 461 722	20 621 983	200 480
De 1 ano até 3 anos	10 912 476	1 577 440	12 489 916	121 423
De 3 anos até 5 anos	12 735 875	578 604	13 314 479	129 439
Mais de 5 anos	30 612 425	1 323 677	31 936 102	310 472
Prazo indeterminado	3 300 849	1 876	3 302 725	32 108
<b>Juros a receber</b>	<b>3 318 641</b>	<b>195 885</b>	<b>3 514 526</b>	<b>34 167</b>

A análise do crédito vivo e vencido por moeda e taxas de Juro médias ponderadas da carteira de crédito é apresentada como segue:

	Taxa de juro média	2015		2014		
		AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000	
<b>Crédito vivo e vencido</b>		<b>101 802 738</b>	<b>752 335</b>	<b>94 934 535</b>	<b>922 922</b>	
Kwanzas	11,75%	76 129 881	562 612	11,07%	77 575 760	754 166
GBP	-	-	-	0	101	1
Euros (*)	9,24%	1 631	12	-	-	-
Dólares Americanos	3,79%	19 835 402	146 583	5,11%	13 843 910	134 586
Randes (*)	-	-	-	20,00%	238	2
<b>Juros a receber</b>		<b>5 835 824</b>	<b>43 128</b>	<b>3 514 526</b>	<b>34 167</b>	

(\*) Trata-se do efeito líquido resultante de uma operação passiva.

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a análise da carteira de crédito entre residentes e não residentes é apresentada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Crédito vivo, vencido e Juros a receber</b>	<b>101 802 738</b>	<b>752 335</b>	<b>94 934 535</b>	<b>922 922</b>
<b>Em moeda nacional</b>	<b>76 129 881</b>	<b>562 610</b>	<b>77 575 760</b>	<b>754 166</b>
Residentes	76 121 465	562 550	77 569 201	754 102
Não Residentes	8 416	60	6 559	64
<b>Em moeda estrangeira</b>	<b>19 837 033</b>	<b>146 597</b>	<b>13 844 249</b>	<b>134 589</b>
Residentes	19 837 033	146 597	13 844 249	134 589
Não Residentes	-	-	-	-
<b>Juros a receber</b>	<b>5 835 824</b>	<b>43 128</b>	<b>3 514 526</b>	<b>34 167</b>

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os 10 maiores Clientes do Banco representavam em conjunto 39,80% e 40,62% da carteira de crédito vivo e vencido, respectivamente.

A distribuição do crédito vivo e vencido por classe de risco e as respectivas provisões (a coluna com a taxa das provisões apresenta a taxa mínima do nível de acordo com os Avisos do BNA) é apresentada como segue:

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	2015 AKZ'000 Provisões	Taxa das Provisões
<b>Total</b>		<b>95 602 330</b>	<b>6 200 408</b>	<b>101 802 738</b>	<b>9 403 815</b>	-
Nulo	A	1 271 258	-	1 271 258	-	0%
Muito Reduzido	B	56 440 740	113 277	56 554 017	589 647	1%
Reduzido	C	11 537 321	610 710	12 148 031	535 122	3%
Moderado	D	8 147 001	551 384	8 698 385	947 938	10%
Elevado	E	7 049 984	3 194 762	10 244 746	2 593 668	20%
Muito Elevado	F	4 998 547	500 184	5 498 731	3 184 924	50%
Perda	G	388 091	1 163 655	1 551 746	1 551 746	100%
<b>Juros a receber</b>		<b>5 769 388</b>	<b>66 436</b>	<b>5 835 824</b>	-	

Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	2015 USD'000 Provisões	Taxa das Provisões
<b>Total</b>		<b>706 513</b>	<b>45 822</b>	<b>752 335</b>	<b>69 496</b>	-
Nulo	A	9 390	-	9 390	-	0%
Muito Reduzido	B	417 106	837	417 943	4 358	1%
Reduzido	C	85 263	4 513	89 776	3 955	3%
Moderado	D	60 208	4 075	64 283	7 005	10%
Elevado	E	52 101	23 610	75 711	19 168	20%
Muito Elevado	F	36 940	3 696	40 636	23 536	50%
Perda	G	2 868	8 600	11 468	11 474	100%
<b>Juros a receber</b>		<b>42 637</b>	<b>491</b>	<b>43 128</b>	-	

Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	2014 AKZ'000 Provisões	Taxa das Provisões
<b>Total</b>		<b>91 585 212</b>	<b>3 349 323</b>	<b>94 934 535</b>	<b>6 489 582</b>	-
Nulo	A	2 457 029	-	2 457 029	-	0%
Muito Reduzido	B	52 815 016	637 021	53 452 037	731 517	1%
Reduzido	C	15 377 376	1 028 882	16 406 258	625 318	3%
Moderado	D	9 068 615	111 994	9 180 609	918 701	10%
Elevado	E	4 509 425	525 959	5 035 384	1 279 020	20%
Muito Elevado	F	3 615 677	292 321	3 907 998	1 953 999	50%
Perda	G	274 478	706 548	981 026	981 027	100%
<b>Juros a receber</b>		<b>3 467 596</b>	<b>46 598</b>	<b>3 514 194</b>	-	

Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	2014 USD'000 Provisões	Taxa das Provisões
<b>Total</b>		<b>890 361</b>	<b>32 561</b>	<b>922 922</b>	<b>63 090</b>	-
Nulo	A	94 885	-	94 885	-	0%
Muito Reduzido	B	568 008	7 067	575 075	7 112	1%
Reduzido	C	155 185	10 072	165 257	6 079	3%
Moderado	D	12 200	1 011	13 211	8 931	10%
Elevado	E	23 702	4 606	28 308	12 454	20%
Muito Elevado	F	0	2 905	2 905	18 996	50%
Perda	G	2 667	6 447	9 114	9 537	100%
<b>Juros a receber</b>		<b>33 714</b>	<b>453</b>	<b>34 167</b>	-	

A recuperação de créditos transferidos para prejuízo ascendeu a AKZ 44 446 milhares (USD 367 milhares) em 2015 e a AKZ 115 926 milhares (USD 1 127 milhares) em 2014.

Os movimentos de provisões para crédito de liquidação duvidosa são analisados como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>6 489 582</b>	<b>63 090</b>	<b>1 710 555</b>	<b>17 523</b>
Dotações	5 339 153	44 108	7 859 235	79 699
Reposições	(1 337 580)	(11 050)	(2 231 062)	(22 625)
Utilizações	(1 087 340)	(8 983)	(849 146)	(8 255)
Diferença cambial	-	(17 669)	-	(3 252)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>9 403 815</b>	<b>69 496</b>	<b>6 489 582</b>	<b>63 090</b>

## 9. Outros Valores

A rubrica outros valores é analisada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Outros valores</b>	<b>26 421 535</b>	<b>195 259</b>	<b>14 060 908</b>	<b>136 695</b>
Impostos a recuperar	539 084	3 984	-	-
Bonificações	-	-	1 580	14
Direitos junto de consorciados	20 645	152	13 879	135
Devedores diversos	17 443 345	128 909	7 078 183	68 812
Despesas antecipadas	242 186	1 790	218 877	2 128
Bens não de uso próprio	8 176 277	60 424	6 748 389	65 606

Decorrente de uma operação em que agiu como Banco Agente, o BNI recebeu, no exercício de 2014, o reembolso antecipado de uma aplicação financeira no montante de USD 146 000 milhares.

O reembolso foi efectuado com a dação de imobilizado corpóreo (contabilizado a 31 de Dezembro de

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

2015 no montante de USD 44 000 milhares como bens de não uso próprio) e saldos a receber decorrentes de contractos celebrados com uma promotora dos projectos imobiliários (contabilizados a 31 de Dezembro de 2015 no montante de USD 90 000 milhares em devedores diversos).

Na medida que o Banco agiu como banco agente da operação financeira, os activos recebidos acima estão directamente relacionados com um passivo reconhecido na rubrica captações de liquidez (vide nota 13), no montante de USD 146 000 milhares.

Encontram-se adicionalmente pendentes de liquidação os juros corridos da aplicação financeira, reconhecidos em aplicações de liquidez (vide nota 4) no montante de AKZ 1 156 142 milhares.

O Banco teve autorização do Banco Nacional de Angola para o não registo de imparidade sobre os montantes relativo a esta operação contabilizados na rubrica de Outros Valores.

É expectativa da Administração do Banco que esta operação seja retirada do seu balanço durante o exercício de 2016, sem perdas materiais para o Banco.

A rubrica de devedores diversos é adicionalmente composta por EUR 9 250 milhares correspondente a valores a receber da alienação de uma participação financeira, dos quais EUR 4 128 milhares foram recebidos em Março de 2016, devendo o remanescente ser recebido no exercício de 2016.

### 10. Imobilizações Financeiras

A rubrica Imobilizações Financeiras é analisada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Imobilizações financeiras</b>	<b>4 501 192</b>	<b>33 265</b>	<b>4 026 967</b>	<b>39 149</b>
<b>Participações em outras sociedades</b>	<b>279 552</b>	<b>2 066</b>	<b>138 677</b>	<b>1 348</b>
Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL	36 848	272	36 848	358
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	242 704	1 794	101 829	990
<b>BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), S.A.</b>	<b>4 591 353</b>	<b>33 931</b>	<b>3 888 290</b>	<b>37 801</b>
<b>Provisão para redução do valor recuperável</b>	<b>( 369 713)</b>	<b>( 2 732)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), S.A.	( 295 664)	( 2 185)	-	-
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	( 74 049)	( 547)	-	-

A 31 de Dezembro de 2015, o Banco BNI detém uma participação de 92,99%, no capital do BNI Europa, S.A. que corresponde a AKZ 4 591 353 milhares (USD 33 931 milhares).

A provisão para redução do valor recuperável diz respeito a imparidades de EUR 2 000 milhares para a participação no BNI Europa, S.A. e de AKZ 74 049 milhares para a participação na Facilcred, S.A.

No decurso do mês de Abril de 2015 o BNI procedeu a um aumento de capital na sua subsidiária em Portugal, BNI Europa, S.A. no montante de EUR 9 250 000, correspondente à emissão de 1 850 000 acções, subscritas e realizadas na sua totalidade.

A descrição das participações é a seguinte:

Empresa	Moeda	Capital Social (em milhares)	Espécie	% Participação	N.º de Acções detidas (em milhares)
Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL	AKZ	910 000	Acções	1,98%	18 018
BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), S.A.	EUR	34 250	Acções	92,99%	6 370
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	AKZ	287 500	Acções	99,84%	2 496

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Os dados financeiros mais significativos, expressos em milhares de euros, extraídos das demonstrações financeiras individuais do BNI Europa e preparadas segundo as normas de contabilidade ajustadas (que têm por base as normas IAS / IFRS), são como se segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Activo Líquido	99 602	50 924
Passivo	71 240	30 025
Capitais próprios	28 362	20 890
Capital social	34 250	25 000
Resultado do exercício	(1 492)	2 658

Os saldos entre o BNI e o BNI Europa são apresentados na nota 33.

A versão integral do relatório e contas do BNI Europa encontra-se disponível em [www.bnieuropa.pt](http://www.bnieuropa.pt).

## 11. Imobilizações Corpóreas, Incorpóreas e em Curso

A rubrica de Imobilizações Corpóreas, Incorpóreas e em Curso apresentou o seguinte movimento durante o exercício de 2015:

	AKZ000				
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-14	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31-Dez-15
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	14 408 288	1 034 489	(34 341)	(64 989)	15 343 446
Outras imobilizações	67 839	-	-	-	67 839
Imobilizações em curso	1 152 099	999 788	(482 579)	254 941	1 924 249
<b>Imobilizado corpóreo</b>	<b>15 628 226</b>	<b>2 034 277</b>	<b>(516 921)</b>	<b>189 952</b>	<b>17 335 534</b>
<b>Imobilizado incorpóreo</b>	<b>13 938 778</b>	<b>281 610</b>	<b>(149 771)</b>	<b>(9 258 510)</b>	<b>4 812 106</b>
<b>Imobilizado corpóreo e em curso líquido</b>	<b>13 428 941</b>	<b>1 227 089</b>	<b>(509 131)</b>	<b>206 815</b>	<b>14 353 714</b>
<b>Imobilizado incorpóreo líquido</b>	<b>11 240 507</b>	<b>(179 023)</b>	<b>(141 034)</b>	<b>(9 178 769)</b>	<b>1 741 681</b>

	2015 USD 000					
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-14	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Diferenças cambiais de conversão	Saldo em 31-Dez-15
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	140 073	7 645	(254)	(480)	(33 593)	113 391
Outras imobilizações	660	-	-	-	(158)	501
Imobilizações em curso	11 201	7 389	(3 566)	1 884	(2 687)	14 221
<b>Imobilizado corpóreo</b>	<b>151 933</b>	<b>15 034</b>	<b>(3 820)</b>	<b>(1 404)</b>	<b>(36 438)</b>	<b>128 113</b>
<b>Imobilizado incorpóreo</b>	<b>135 508</b>	<b>2 081</b>	<b>(1 107)</b>	<b>(68 422)</b>	<b>(32 498)</b>	<b>35 562</b>
<b>Imobilizado corpóreo e em curso líquido</b>	<b>126 425</b>	<b>17 115</b>	<b>(4 927)</b>	<b>(2 288)</b>	<b>(70 936)</b>	<b>103 552</b>
<b>Imobilizado incorpóreo líquido</b>	<b>108 887</b>	<b>(1 026)</b>	<b>(1 107)</b>	<b>(68 422)</b>	<b>(32 498)</b>	<b>26 034</b>

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

A rubrica de Imobilizações Corpóreas, Incorpóreas e em Curso apresentou o seguinte movimento durante o exercício de 2014:

	AKZ'000				
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-13		Regularizações / Transferências		Saldo em 31-Dez-14
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	13 789 181	2 751 598	(230 064)	(1 902 426)	14 408 289
Outras imobilizações	5 523	16 646	(56 496)	102 165	67 838
Imobilizações em curso	1 334 189	1 060 640	(88 722)	(1 154 008)	1 152 099
<b>Imobilizado corpóreo</b>	<b>15 128 893</b>	<b>3 828 884</b>	<b>(375 282)</b>	<b>(2 954 269)</b>	<b>15 628 226</b>
<b>Imobilizado incorpóreo</b>	<b>1 438 061</b>	<b>219 564</b>	<b>-</b>	<b>12 281 153</b>	<b>13 938 778</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(3 030 639)	(747 913)	-	1 579 267	(2 199 285)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
<b>Imobilizado corpóreo</b>	<b>(3 030 639)</b>	<b>(747 913)</b>	<b>-</b>	<b>1 579 267</b>	<b>(2 199 285)</b>
<b>Imobilizado incorpóreo</b>	<b>(1 154 191)</b>	<b>(535 453)</b>	<b>-</b>	<b>(1 008 627)</b>	<b>(2 698 271)</b>
<b>Imobilizado corpóreo e em curso líquido</b>	<b>12 098 254</b>	<b>3 080 971</b>	<b>(375 282)</b>	<b>(1 375 002)</b>	<b>13 428 941</b>
<b>Imobilizado incorpóreo líquido</b>	<b>283 870</b>	<b>(315 889)</b>	<b>-</b>	<b>11 272 526</b>	<b>11 240 507</b>

	2014 USD'000					
Imobilizado bruto	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Diferenças cambiais de conversão	Saldo em 31-Dez-14	
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	141 256	26 750	(2 237)	(18 495)	(7 202)	140 073
Outras imobilizações	57	162	(549)	993	(3)	660
Imobilizações em curso	13 668	10 311	(863)	(11 219)	(697)	11 201
<b>Imobilizado corpóreo</b>	<b>154 980</b>	<b>37 223</b>	<b>(3 649)</b>	<b>(28 721)</b>	<b>(7 902)</b>	<b>151 933</b>
<b>Imobilizado incorpóreo</b>	<b>14 731</b>	<b>(2 135)</b>	<b>-</b>	<b>(119 393)</b>	<b>(751)</b>	<b>135 508</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(31 046)	(7 271)	-	15 353	1 583	(21 381)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-	-
<b>Imobilizado corpóreo</b>	<b>(31 046)</b>	<b>(7 271)</b>	<b>-</b>	<b>15 353</b>	<b>1 583</b>	<b>(21 381)</b>
<b>Imobilizado incorpóreo</b>	<b>(11 823)</b>	<b>(5 205)</b>	<b>-</b>	<b>(9 806)</b>	<b>602</b>	<b>(26 232)</b>
<b>Imobilizado corpóreo e em curso líquido</b>	<b>123 934</b>	<b>29 952</b>	<b>(3 649)</b>	<b>(13 368)</b>	<b>(6 317)</b>	<b>130 952</b>
<b>Imobilizado incorpóreo líquido</b>	<b>2 908</b>	<b>(3 070)</b>	<b>-</b>	<b>109 587</b>	<b>(149)</b>	<b>109 276</b>

Na rubrica de Móveis, Utensílios, Instalações e Equipamentos, o valor das aquisições inclui o valor das obras adicionais efectuadas no Edifício Sólida Plaza, bem como a aquisição das agências do Gika, Living e Cabinda.

A rubrica imobilizações em curso refere-se essencialmente a agências em construção.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de imobilizado incorpóreo contemplava custos plurianuais, software, organismos em expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e direitos sobre projectos imobiliários.

A transferência em 2015 ao nível do imobilizado incorpóreo está relacionada com o saldo a receber, conforme explicado na nota 9.

## 12. Depósitos

A rubrica de Depósitos de Clientes em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 é apresentada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Depósitos</b>	<b>154 219 337</b>	<b>1 139 706</b>	<b>155 344 158</b>	<b>1 510 204</b>
<b>Depósitos à ordem</b>	<b>88 647 388</b>	<b>655 119</b>	<b>78 953 163</b>	<b>767 556</b>
Em moeda nacional	71 677 273	529 707	65 720 456	638 912
Em moeda estrangeira	16 970 115	125 412	13 232 707	128 644
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>65 568 135</b>	<b>484 559</b>	<b>76 387 297</b>	<b>742 612</b>
Em moeda nacional	40 749 709	301 147	53 882 603	523 829
Em moeda estrangeira	23 842 210	176 198	21 808 877	212 019
Juros a pagar	976 216	7 214	695 817	6 764
<b>Outros depósitos</b>	<b>3 814</b>	<b>28</b>	<b>3 698</b>	<b>36</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, os saldos das entidades relacionadas ascendem a AKZ 3 058 221 milhares (USD 22 600 milhares) e em 31 de Dezembro de 2014 ascendem a AKZ 4 441 503 milhares (USD 43 179 milhares), conforme a nota 33.

A decomposição dos depósitos a prazo em função da sua duração residual e por moeda é a seguinte forma:

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Depósitos à prazo</b>	<b>65 568 135</b>	<b>484 559</b>	<b>76 387 297</b>	<b>742 612</b>
<b>Em moeda nacional</b>	<b>40 749 709</b>	<b>301 147</b>	<b>53 882 603</b>	<b>523 829</b>
Até 3 meses	25 891 514	191 343	34 764 849	337 972
De 3 a 6 meses	9 230 693	68 216	11 177 634	108 665
De 6 meses a 1 ano	5 533 181	40 891	7 920 775	77 003
Mais de 1 ano	94 321	697	19 345	189
<b>Em moeda estrangeira</b>	<b>23 842 210</b>	<b>176 198</b>	<b>21 808 877</b>	<b>212 019</b>
Até 3 meses	11 118 209	82 165	10 652 988	103 565
De 3 a 6 meses	4 606 865	34 045	4 871 590	47 360
De 6 meses a 1 ano	8 072 803	59 659	6 198 832	60 263
Mais de 1 ano	44 333	329	85 467	831
<b>Juros a pagar</b>	<b>976 216</b>	<b>7 214</b>	<b>695 817</b>	<b>6 764</b>

A 31 de Dezembro de 2015, os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros à taxa de 6,43%. Os depósitos a prazo em Dólares norte americanos e em Euros venciam juros a taxa de 3,76% e 2,81%, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2014, os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros à taxa de 4,76%. Os depósitos a prazo em Dólares norte americanos e em Euros venciam juros a taxa de 3,78% e 2,76%, respectivamente.

## 13. Captações de Liquidez

A rubrica Captações de Liquidez é analisada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Captações de liquidez</b>	<b>21 856 840</b>	<b>161 526</b>	<b>15 047 479</b>	<b>146 287</b>
Tomadas de posição a longo-prazo em Moeda Estrangeira	21 856 840	161 526	15 047 479	146 287

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Captações de liquidez era composta por tomadas de posição a longo prazo junto do Banco Nacional de Angola (BNA), em Dólares norte americanos, com uma taxa média de 2,84%.

As captações de liquidez em moeda estrangeira são compostas por um saldo de USD 146 000 milhares da operação detalhada na nota 9.

## 14. Obrigações no Sistema de Pagamentos

A rubrica Obrigações no Sistema de Pagamentos é analisada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Obrigações no sistema de pagamentos</b>	<b>5 193 341</b>	<b>38 380</b>	<b>292 510</b>	<b>2 844</b>
<b>Relações entre agências</b>	<b>1 511</b>	<b>12</b>	<b>590</b>	<b>6</b>
Recursos de terceiros em trânsito	1 511	12	590	6
<b>Recursos de outras entidades</b>	<b>5 191 830</b>	<b>38 368</b>	<b>291 920</b>	<b>2 838</b>
Compensação de cheques e outros papéis	182 674	1 350	160 931	1 565
Outros pendente de liquidação	4 762 522	35 196	35 873	349
Relações com correspondentes	246 634	1 822	95 116	924

A rubrica Obrigações no Sistema de Pagamentos é composta essencialmente por outras operações pendentes de liquidação, nomeadamente, compensações com STC.

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

## 15. Outras Captações

A rubrica Outras Captações é analisada como se segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Outras captações</b>	<b>8 563 313</b>	<b>63 284</b>	<b>6 978 676</b>	<b>67 844</b>
<b>Divida subordinada</b>	<b>6 974 002</b>	<b>50 800</b>	<b>5 225 440</b>	<b>50 800</b>
Valor nominal	6 765 750	50 000	5 143 150	50 000
Juros a pagar	108 252	800	82 290	800
<b>Outras captações contratadas</b>	<b>1 689 311</b>	<b>12 484</b>	<b>1 753 236</b>	<b>17 044</b>
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	1 276 616	9 434	868 975	8 448
Recursos pré-pagos	412 695	3 050	884 261	8 596

Em 2010, o Banco emitiu 5 000 obrigações subordinadas no valor nominal de USD 10 cada, com vencimento previsto a partir do 7º ano após o início da subscrição.

Os juros vencem a uma taxa fixa de 6% ao ano, pagos trimestral e postecipadamente.

## 16. Outras Obrigações

A rubrica Outras Obrigações é apresentada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Outras obrigações</b>	<b>20 936 071</b>	<b>154 721</b>	<b>3 016 005</b>	<b>29 321</b>
Dividendos a pagar	157 290	1 162	81 897	796
De natureza fiscal	577 386	4 267	209 836	2 040
De natureza cível	19 598 443	144 836	2 222 421	21 606
Pessoal, salários e remunerações	602 952	4 456	501 851	4 879

A rubrica Outras Obrigações de natureza fiscal inclui o montante de AKZ 554 143 milhares (2014: AKZ 258 604 milhares) referente a imposto industrial, a liquidar, conforme mencionado na nota 31.

A 31 de Dezembro de 2015 a rubrica Outras Obrigações de natureza cível inclui o montante de AKZ 18 710 207 milhares (2014: AKZ 1 724 074 milhares) referente a cauções recebidas de clientes.

A 31 de Dezembro de 2015 a rubrica Pessoal, salários e remunerações inclui o montante de AKZ 427 908 milhares, referente a provisão para férias, para subsídio de férias e bónus a colaboradores.

## 17. Provisões para Responsabilidades Prováveis

A rubrica Provisões para responsabilidades prováveis refere-se a provisões para contingências fiscais, por responsabilidades de natureza administrativa, por natureza cível, de sobrevivência e prestação de garantias.

Os movimentos da rubrica de provisões para responsabilidades prováveis, por natureza, durante 2015 e 2014 são analisados como se segue:

AKZ'000	31/12/14	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	31/12/15	
<b>Provisões para responsabilidades prováveis</b>	<b>547 045</b>	<b>324 793</b>	<b>(302 075)</b>	<b>(76 004)</b>	<b>1 527</b>	<b>495 286</b>	
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	-	-	-	-	-	-	
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	60 000	-	-	(23 187)	-	60 000	
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	126 150	94 000	-	(76 004)	-	144 146	
Provisões p/ resp. prováveis com reforma sobrevivência	360 896	230 793	(302 075)	-	1 527	291 141	
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias e crédito doc.	-	-	-	-	-	-	
<b>AKZ'000</b>	<b>31/12/13</b>	<b>Dotações</b>	<b>Reposições</b>	<b>Utilizações</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/14</b>	
<b>Provisões para responsabilidades prováveis</b>	<b>366 977</b>	<b>372 125</b>	<b>(173 016)</b>	<b>(19 069)</b>	<b>428</b>	<b>547 045</b>	
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	23 187	-	-	-	-	23 187	
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	60 000	-	-	(23 187)	-	60 000	
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	68 271	76 948	-	19 069	-	126 150	
Provisões p/ resp. prováveis com reforma sobrevivência	44 456	-	(44 426)	-	-	30 000	
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias e crédito doc.	170 693	295 177	105 402	-	428	360 896	
<b>USD'000</b>	<b>31/12/14</b>	<b>Dotações</b>	<b>Reposições</b>	<b>Utilizações</b>	<b>Transferências</b>	<b>Diferenças</b>	<b>31/12/15</b>
<b>Provisões para responsabilidades prováveis</b>	<b>5 318</b>	<b>2 402</b>	<b>(2 232)</b>	<b>(568)</b>	<b>11</b>	<b>(1 277)</b>	<b>3 665</b>
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	0	-	-	-	-	-	0
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	583	-	-	-	-	(140)	443
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	1 206	695	-	(562)	-	(2 260)	1 065
Provisões p/ resp. prováveis com reforma sobrevivência	0	-	-	-	-	(0)	0
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias e crédito doc.	3 068	1 708	(2 232)	-	11	(842)	2 152
<b>USD'000</b>	<b>31/12/13</b>	<b>Dotações</b>	<b>Reposições</b>	<b>Utilizações</b>	<b>Transferências</b>	<b>Diferenças</b>	<b>31/12/14</b>
<b>Provisões para responsabilidades prováveis</b>	<b>3 755</b>	<b>3 774</b>	<b>(1 758)</b>	<b>(1 185)</b>	<b>4</b>	<b>(1 277)</b>	<b>5 318</b>
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	238	-	(1 255)	-	-	(1 3)	583
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	615	-	-	-	-	(152)	463
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	700	780	-	(1 185)	-	(469)	1 228
Provisões p/ resp. prováveis com reforma sobrevivência	425	-	(423)	-	-	(14)	0
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias e crédito doc.	1 767	2 994	(1 058)	-	4	(169)	3 508

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

## 18. Capital Social

O Banco de Negócios Internacional foi constituído com um capital social de AKZ 1 606 960 milhares (USD 20 000 milhares à taxa de câmbio de AKZ 80,35 em 2 de Fevereiro de 2006), representado por 2 000 000 de acções de valor nominal equivalente a USD 10 cada.

Durante os exercícios de 2008 e 2010, o Banco realizou aumentos de capital no montante de AKZ 2 559 033 milhares e AKZ 1 873 111 milhares, respectivamente. Em 2014 o Banco realizou um aumento de capital por incorporação de reservas livres e de resultados transitados no montante de AKZ 8 603 704 milhares.

Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2015, o capital social do Banco é de AKZ 14 642 808 milhares (USD 108 213 milhares), integralmente subscrito e realizado, dividido e representado por 2 000 000 acções, com valor nominal de AKZ 7,321 milhares (USD 54 milhares) cada.

As participações Accionistas apresentam-se da seguinte forma:

Accionistas	Nº Acções	Valor AKZ'000	% Particip.
Mário Abílio Pinheiro Rodrigues M. Palhares (*)	665 600	4 873 127	33,28%
João Baptista de Matos	232 600	1 702 959	11,63%
BGI	200 000	1 464 281	10,00%
José Teodoro Garcia Boyol	108 200	792 176	5,41%
Ivan Leite Moraes	105 800	774 605	5,29%
Oscar Tito Cardoso Fernandes	100 400	735 069	5,02%
Arnaldo Leiro Octávio	86 400	632 569	4,32%
Amarildo Dêlcio de Carvalho Viegas	80 000	585 712	4,00%
Joaquim Manuel Nunes	74 000	541 784	3,70%
Leonel da Rocha Pinto	64 200	470 034	3,21%
Rui da Cruz	42 200	308 965	2,11%
Mário de Almeida Dias	22 200	162 535	1,11%
Manuel Arnaldo Calado	22 000	161 071	1,10%
Conselho Nacional de Carregadores	20 000	146 428	1,00%
António de Sousa Marques de Oliveira	10 000	73 214	0,50%
Outros (**)	120 000	878 568	6,00%
	<b>1 953 600</b>	<b>14 303 095</b>	<b>97,68%</b>
Acções em Carteira	46 400	339 713	2,32%
<b>Total</b>	<b>2 000 000</b>	<b>14 642 808</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Decorre actualmente o processo de registo da compra 4%.

(\*\*) Decorre actualmente os termos do processo de pedido de registo de novos adquirentes junto do Banco Nacional de Angola.

Dando cumprimento ao n.º 3, do art.º 446 da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro, as detenções de capital por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização são as seguintes:

Accionista	Cargo	Aquisição	Nº acções	% Part.
Mário Palhares	Presidente	Valor Nominal	665 600	33,28%
José Teodoro Garcia Boyol	Vice-Presidente	Valor Nominal	108 200	5,41%

Durante o ano de 2015, as regularizações de Acções próprias em carteira corresponderam a AKZ 461 248 milhares e as alienações corresponderam a AKZ 1 464 281 milhares.

O Resultado líquido do exercício, no montante de AKZ 1 247 014 milhares, corresponde a um lucro por acção de AKZ 0,647 milhares (2014 foi de AKZ 0,648 milhares).

## 19. Reservas, Fundos e Resultados Transitados

A rubrica de Reservas, Fundos e Resultados Transitados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é apresentada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
Reservas e fundos	3 817 474	28 212	3 568 462	34 691
Reserva legal	3 817 433	28 212	3 558 137	34 591
Fundo social	41	0	10 325	100
Outras reservas	-	-	-	-
Resultados potenciais	(11 844)	(88)	(1 154 502)	(11 224)
Resultados transitados	3 675 959	27 166	2 930 483	28 489
Acções ou quotas próprias de tesouraria	(339 713)	(2 511)	(1 342 746)	(13 054)

## Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, o Banco tem transferido anualmente para esta reserva 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

### 20. Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos

A rubrica Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos é apresentada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Proveitos de instrumentos financeiros activos</b>	<b>15 186 707</b>	<b>125 461</b>	<b>10 972 568</b>	<b>111 270</b>
De aplicações de liquidez	70 821	585	595 407	6 037
<b>De títulos e valores mobiliários</b>	<b>5 758 923</b>	<b>47 576</b>	<b>1 416 422</b>	<b>14 364</b>
Mantidos para Negociação	63 646	526	-	-
Mantidos até ao vencimento	5 695 277	47 050	1 416 422	14 364
<b>De crédito</b>	<b>9 356 963</b>	<b>77 300</b>	<b>8 960 739</b>	<b>90 869</b>

A rubrica Proveitos de Aplicações de Liquidez reflecte os proveitos recebidos pelo Banco relativamente aos depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro, assim como de operações realizadas no mercado monetário inter-financeiro.

A rubrica Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários representa os juros dos títulos da dívida pública, nomeadamente títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro e a reavaliação cambial dos títulos indexados ao Dólar.

A rubrica Proveitos de Crédito reflecte os juros dos contractos de créditos concedidos a Clientes.

### 21. Custos de Instrumentos Financeiros Passivos

A rubrica Custos de Instrumentos Financeiros Passivos é analisada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Custos de instrumentos financeiros passivos</b>	<b>(5 346 450)</b>	<b>(44 168)</b>	<b>(4 427 055)</b>	<b>(44 893)</b>
<b>De depósitos</b>	<b>(3 820 782)</b>	<b>(31 564)</b>	<b>(3 674 291)</b>	<b>(37 260)</b>
De depósitos a ordem	( 58 474)	( 483)	( 6 903)	( 70)
De depósitos a prazo	(3 762 308)	(31 081)	(3 667 388)	(37 190)
<b>De captações liquidez</b>	<b>(1 162 500)</b>	<b>(9 604)</b>	<b>(457 969)</b>	<b>(4 644)</b>
<b>De certificados de depósitos</b>				
<b>De outras captações</b>	<b>(363 168)</b>	<b>(3 000)</b>	<b>(294 795)</b>	<b>(2 989)</b>
De captações com dívida subordinada	(363 168)	(3 000)	(294 795)	(2 989)

A rubrica Custos de Captações Liquidez inclui juros relativamente a captações de liquidez a curto prazo no mercado monetário inter-financeiro.

### 22. Resultados de Operações Cambiais

A rubrica Resultados em Operações Cambiais é apresentada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Resultado em operações cambiais</b>	<b>1 680 267</b>	<b>13 881</b>	<b>4 311 565</b>	<b>43 723</b>
Reavaliação da posição cambial	-	-	-	-
Lucros	5 928 330	48 976	7 604 846	77 119
Prejuízos	(4 248 063)	(35 095)	(3 293 281)	(33 396)

Os resultados em operações cambiais registam a reavaliação da posição cambial do Banco, bem como o resultado das operações cambiais realizadas.

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

## 23. Resultado da Prestação de Serviços Financeiros

A rubrica Resultado da Prestação de Serviços Financeiros é apresentada como segue:

	2015	2015	2014	2014
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Resultado da prestação de serviços financeiros</b>	<b>2 381 396</b>	<b>19 673</b>	<b>3 304 498</b>	<b>33 510</b>
<b>Comissões recebidas</b>	<b>3 477 247</b>	<b>28 727</b>	<b>4 583 634</b>	<b>46 482</b>
Cartões visa e mastercard	1 207 383	9 975	2 435 889	24 702
Transferencias	339 402	2 804	441 825	4 480
Abertura de linhas de crédito	294 800	2 435	587 460	5 957
Crédito documental	771 306	6 372	404 779	4 105
Outras operações bancárias	28 665	237	38 057	386
Outros serviços bancários	384 767	3 179	505 310	5 125
Outros compromissos	265 733	2 195	141 936	1 439
Titulos	185 191	1 530	28 378	288
<b>Comissões pagas</b>	<b>(1 095 851)</b>	<b>(9 053)</b>	<b>(1 279 136)</b>	<b>(12 972)</b>
Cartões visa e mastercard	(946 347)	(7 820)	(1 248 811)	(12 664)
Linhas de crédito irrevogáveis	(140 112)	(1 158)	(14 146)	(1 144)
Outras comissões	(9 192)	(76)	(16 179)	(1 64)

A rubrica Cartões Visa e Mastercard refere-se às comissões recebidas ou pagas referentes aos cartões de diferentes bandeiras.

Nas comissões recebidas, 71% referem-se à rede visa, 27% à rede multicaixa e 2% a rede mastercard. Nas comissões pagas, 74% referem-se à rede Visa, 21% à rede multicaixa e 5% à rede Mastercard.

A rubrica Outras Operações Bancárias refere-se a proveitos com comissões de gestão da carteira de crédito.

A rubrica Outros Serviços Bancários inclui proveitos com comissões resultantes do protocolo celebrado entre o Banco e o Ministério das Finanças para arrecadação de receitas no montante de AKZ 339 677 milhares (2014: AKZ 468 343 milhares).

A rubrica Outros Compromissos inclui proveitos com prémios de garantias prestadas no montante de AKZ 265 733 milhares (2014: AKZ 141 936 milhares).

## 24. Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias

A rubrica Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa regista as dotações líquidas de reversões e é apresentada como segue:

	2015	2015	2014	2014
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Total</b>	<b>(3 930 291)</b>	<b>(32 469)</b>	<b>(5 817 948)</b>	<b>(58 999)</b>
Crédito interno (Nota 8)	(4 001 573)	(33 058)	(5 628 173)	(57 074)
Dotações	(5 339 153)	(44 108)	(7 859 235)	(79 659)
Reposições	1 337 580	11 050	2 231 062	22 625
Responsabilidades prováveis (Nota 17)	71 282	589	(189 775)	(1 925)
Dotações	(230 793)	(1 907)	(295 177)	(2 994)
Reposições	302 075	2 496	105 402	1 069

## 25. Custos com o Pessoal

A rubrica de Custos com Pessoal é apresentada como segue:

	2015	2015	2014	2014
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Custos com pessoal</b>	<b>(3 266 915)</b>	<b>(26 989)</b>	<b>(3 085 571)</b>	<b>(31 290)</b>
<b>Órgãos de gestão e fiscalização</b>	<b>(576 441)</b>	<b>(4 762)</b>	<b>(548 697)</b>	<b>(5 564)</b>
Salário base	(304 419)	(2 515)	(320 688)	(3 252)
Subsídios e Bónus	(272 022)	(2 247)	(228 009)	(2 312)
<b>Colaboradores</b>	<b>(2 550 406)</b>	<b>(21 070)</b>	<b>(2 368 225)</b>	<b>(24 016)</b>
Salário base	(1 535 314)	(12 684)	(1 560 540)	(15 825)
Subsídios e Bónus	(1 015 092)	(8 386)	(807 685)	(8 191)
<b>Encargos sociais</b>	<b>(140 068)</b>	<b>(1 157)</b>	<b>(168 649)</b>	<b>(1 710)</b>
Obrigatorios	(129 963)	(1 074)	(146 504)	(1 486)
Facultativos	(10 105)	(83)	(22 145)	(225)

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

O número de Colaboradores do Banco no final do exercício de 2015 foi de 741 (779 em 2014), dividindo-se nas seguintes categorias profissionais:

	2015	2014
Administração e Org. de Gestão	11	7
Assessores	3	2
Órgãos Sociais		
Directores		
Sub - Directores	38	30
Coordenadores		
Chefes Deptos	18	27
Gerentes BNI Prime		
Gerentes BNI	57	58
Técnicos	622	655
	<b>749</b>	<b>779</b>

## 26. Fornecimentos de Terceiros

A rubrica de Fornecimento de Terceiros é apresentada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Fornecimentos de terceiros</b>	<b>(3 929 519)</b>	<b>(32 463)</b>	<b>(3 694 664)</b>	<b>(37 467)</b>
Comunicações	(208 069)	(1 719)	(276 298)	(2 802)
Água e energia	(64 421)	(532)	(69 234)	(702)
Transportes, deslocações e alojamentos	(286 557)	(2 367)	(294 397)	(2 985)
Publicações, publicidade e propagação	(116 734)	(964)	(175 901)	(1 784)
Segurança, conservação e reparação	(479 477)	(3 961)	(408 277)	(4 140)
Auditorias, consultorias e outros serv. técnicos especializados	(1 515 803)	(12 522)	(1 386 856)	(14 064)
Seguros	(149 226)	(1 233)	(122 824)	(1 246)
Alugueres	(617 009)	(5 097)	(374 997)	(3 803)
Materiais diversos	(278 808)	(2 303)	(338 613)	(3 434)
Outros fornecimentos de terceiros	(213 415)	(1 765)	(247 267)	(2 507)

A rubrica de Auditorias, Consultorias e Outros Serviços Técnicos especializados inclui serviços de segurança no montante de AKZ 514 666 milhares (2014: AKZ 470 355 milhares), serviços de consultoria financeira no montante de AKZ 339 142 milhares (2014: AKZ 274 204 milhares) e serviços de consultoria informática no montante de AKZ 314 900 milhares (2014: AKZ 350 755 milhares).

A rubrica Segurança, Conservação e Reparação é constituída principalmente pelos serviços de conservação e reparação de imóveis com AKZ 110 962 milhares (2014: AKZ 59 354 milhares), serviços de limpeza com AKZ 108 908 milhares (2014: AKZ 114 807 milhares) e reparação e conservação de máquinas e ferramentas com AKZ 94 542 milhares (2014: AKZ 118 328 milhares).

## 27. Depreciações e Amortizações

A rubrica de Depreciações e Amortizações é apresentada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>(1 279 330)</b>	<b>(10 569)</b>	<b>(1 283 366)</b>	<b>(13 014)</b>
<b>Imobilizações corpóreas</b>	<b>(809 960)</b>	<b>(6 691)</b>	<b>(747 913)</b>	<b>(7 584)</b>
Imóveis de serviço próprio	(180 566)	(1 491)	(173 595)	(1 760)
Outras imobilizações	-	-	(278)	(3)
Equipamento	(629 394)	(5 200)	(574 040)	(5 821)
<b>Imobilizações incorpóreas</b>	<b>(469 370)</b>	<b>(3 878)</b>	<b>(535 453)</b>	<b>(5 430)</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Imobilizado Incorpóreo integra custos plurianuais, software, organismos em expansão e benfeitorias em imóveis de terceiros.

## 28. Provisões Sobre Outras Responsabilidades Prováveis

A rubrica Provisões Sobre Outras Responsabilidades Prováveis é analisada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Provisões sobre outras responsabilidades prováveis</b>	<b>(94 000)</b>	<b>( 777)</b>	<b>(9 335)</b>	<b>( 94)</b>
Provisões s/ resp. prováveis de natureza fiscal	-	-	23 187	234
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	(94 000)	( 777)	(76 948)	( 780)
Provisões p/ resp. prováveis com reforma sobrevivência	-	-	44 426	451

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

## 29. Outros Proveitos e Custos Operacionais

A rubrica de Outros Proveitos e Custos Operacionais é analisada como segue:

	2015		2014	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Outros proveitos e custos operacionais</b>	<b>1 304 569</b>	<b>10 777</b>	<b>1 044 094</b>	<b>10 588</b>
Outros proveitos operacionais	1 379 779	11 399	1 187 194	12 038
Recuperação de créditos anulados	44 446	367	115 526	1 176
Anuidades	118 852	982	188 001	1 906
Outras prestações de serviços	644 661	5 326	506 224	5 134
Outros proveitos	571 820	4 724	377 043	3 823
<b>Outros custos operacionais</b>	<b>(75 210)</b>	<b>(622)</b>	<b>(143 100)</b>	<b>(1 450)</b>
Furtos	(12 332)	(103)	(42 071)	(427)
Custos e prejuízos diversos	(62 878)	(519)	(99 385)	(1 008)

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Outras Prestações de Serviços incluía proveitos referentes a: levantamentos em ME, expediente, bloqueio de cheques, ordens de pagamento, manutenção trimestral e emissão de extractos.

## 30. Resultado Não Operacional

A rubrica de Resultado Não Operacional é apresentada como se segue:

	2015		2014	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
<b>Resultados não operacionais</b>	<b>( 669 204)</b>	<b>( 5 528)</b>	<b>78 657</b>	<b>798</b>
<b>Ganhos e perdas nas imobilizações</b>	<b>( 54 589)</b>	<b>( 451)</b>	<b>( 11 614)</b>	<b>( 118)</b>
Imobilizações financeiras	597	5	( 13 866)	( 141)
Imobilizações corpóreas	( 55 040)	( 455)	2 252	23
Imobilizações incorpóreas	( 146)	( 1)	-	-
<b>Resultado na alienação de imobilizações</b>	<b>407</b>	<b>3</b>	<b>40 070</b>	<b>407</b>
Imobilizações corpóreas	407	3	40 070	407
<b>Ajustes de exercícios anteriores</b>	<b>( 245 284)</b>	<b>( 2 026)</b>	<b>139 059</b>	<b>1 410</b>
Ganhos de exercícios anteriores	270 458	2 234	1 029 208	10 437
Perdas de exercícios anteriores	( 515 742)	( 4 261)	( 890 149)	( 9 027)
<b>Resultado extraordinário</b>	<b>( 25)</b>	<b>( 0)</b>	<b>( 88 858)</b>	<b>( 901)</b>
Diferenças irreconciliáveis	-	-	6	0
Perdas extraordinárias	( 25)	( 0)	( 88 864)	( 901)
<b>Provisão para redução do valor recuperável</b>	<b>( 569 713)</b>	<b>( 5 054)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A provisão para redução do valor recuperável é referente à provisão nas participações financeiras referidas na nota 10.

## 31. Encargos Sobre o Resultado Corrente

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2015 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4º da Lei nº 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial (notas 2.2 j).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados ascende ao montante de AKZ 554 143 milhares e AKZ 92 661 milhares, respectivamente.

O cálculo do Imposto Industrial é apresentado como se segue:

	2015		2014	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Resultado antes de imposto	1 801 157		1 389 140	
Deduções e abatimentos	(2 302 938)		(1 439 609)	
Acréscimos	2 345 704		359 339	
<b>Materia colectável</b>	<b>1 843 923</b>		<b>308 870</b>	
Imposto industrial (30%)	554 143		92 661	
Resultado líquido	1 247 014		1 296 479	
Taxa efectiva de imposto	30,1%		6,7%	

# Notas às demonstrações financeiras

## Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

### 32. Balanço por Moedas

#### Estrutura do Balanço por Moedas em 31 de Dezembro de 2015:

AKZ'000	Dólares	Euros	Randes	Libras	Dólares	Kwanzas	Total
<b>Total Activo</b>	<b>66 257 008</b>	<b>11 208 965</b>	<b>11 213</b>	<b>121 013</b>	<b>7 769</b>	<b>156 689 918</b>	<b>234 295 886</b>
Disponibilidades	13 873 285	1 400 351	9 400	121 013	7 769	25 574 113	40 985 941
Aplicações de liquidez	13 332 184	3 890 858	-	-	-	8 000 998	25 224 040
Títulos e valores mobiliários	956 579	-	-	-	-	27 542 945	28 499 524
Créditos no sistema de pagamento	-	-	-	-	-	169 336	169 336
Operações cambiais	-	-	-	-	-	-	-
Créditos	19 899 228	1 615	-	-	-	72 498 079	92 398 923
Outros valores	18 195 732	1 620 441	1 813	-	-	6 603 549	26 421 536
Imobilizações	-	4 295 690	-	-	-	16 300 897	20 596 587
<b>Total Passivo</b>	<b>(74 392 806)</b>	<b>(7 532 558)</b>	<b>(5 664)</b>	<b>(5 535)</b>	<b>-</b>	<b>(129 327 625)</b>	<b>(211 264 188)</b>
Depósitos	(37 393 270)	(3 736 292)	(5 664)	(1 293)	-	(113 082 819)	(154 219 338)
Captações para liquidez	(19 821 359)	(2 035 483)	-	-	-	(5 099 417)	(21 856 840)
Obrigações no sist. de pagamentos	(62 249)	(1 31 675)	-	-	-	-	(5 193 341)
Operações cambiais	-	-	-	-	-	-	-
Outras captações	(7 124 762)	(1 028 142)	-	-	-	(410 408)	(8 563 313)
Outras obrigações	(9 876 534)	(6 692 518)	-	(4 242)	-	(10 362 777)	(20 936 071)
Provisões para resp. prováveis	(1 14 632)	(8 450)	-	-	-	(372 204)	(4 95 286)
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(23 031 698)</b>	<b>(23 031 698)</b>

#### Estrutura do Balanço por Moedas em 31 de Dezembro de 2014:

AKZ'000	Dólares	Euros	Randes	Libras	Kwanzas	Total
<b>Total Activo</b>	<b>50 438 931</b>	<b>5 636 821</b>	<b>6 678</b>	<b>119 418</b>	<b>145 891 288</b>	<b>202 093 137</b>
Disponibilidades	11 809 536	594 766	6 442	119 257	17 355 788	29 885 788
Aplicações de liquidez	9 261 442	339 244	-	-	6 200 000	16 400 687
Títulos e valores mobiliários	795 363	-	-	-	22 816 286	23 611 649
Créditos no sistema de pagamento	-	-	-	-	66 970	66 970
Operações cambiais	925 767	-	-	-	-	925 767
Créditos	13 690 115	-	236	100	74 754 503	89 444 953
Outros valores	4 699 038	214 521	-	61	9 147 289	14 060 908
Imobilizações	9 257 670	3 888 290	-	-	15 550 455	28 696 415
<b>Total Passivo</b>	<b>(53 814 961)</b>	<b>(3 463 818)</b>	<b>(2 682)</b>	<b>(1 071)</b>	<b>(124 869 621)</b>	<b>(182 152 153)</b>
Depósitos	(32 891 273)	(2 395 352)	(2 681)	(1 071)	(120 053 781)	(155 344 158)
Captações para liquidez	(15 047 479)	-	-	-	-	(15 047 479)
Obrigações no sist. de pagamentos	-	-	-	-	(292 510)	(292 510)
Operações cambiais	-	-	-	-	(926 280)	(926 280)
Outras captações	(5 227 178)	(868 975)	-	-	(882 522)	(6 978 676)
Outras obrigações	(642 502)	(199 491)	(1)	-	(2 174 011)	(3 016 005)
Provisões para resp. prováveis	(6 528)	-	-	-	(540 517)	(547 045)
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19 940 984)</b>	<b>(19 940 984)</b>

### 33. Partes Relacionadas

Accionistas	Outras entidades relacionadas
Mário Abílio Pinheiro Moreira Palhares	Predigest – Empreendimentos, Lda. Cliente
João Baptista de Matos	BPI – Banco Privado Internacional Correspondente
BCI	
José Teodoro Garcia Boyol	
Ivan Leite de Moraes	
Óscar Tito Cardoso Fernandes	
Rute Marisa Proença Brito	
Arnaldo Leiro Octávio	
Joaquim Manuel Nunes	
Leonel da Rocha Pinto	
Kanda Nimi Kassoma	
Rui da Cruz	
Mário de Almeida Dias	
Manuel Arnaldo Calado	
Conselho Nacional de Carregadores	
António de Sousa Marques de Oliveira	

#### Orgãos Sociais

##### Mesa da Assembleia Geral

Nº	Nacionalidade	Cargo	
1	João Baptista de Matos	Angolana	Presidente
2	Mário Almeida Dias	Angolana	Vice-Presidente

##### Conselho de Administração

Nº	Nacionalidade	Cargo	
1	Mário Abílio Moreira Palhares	Angolana	Presidente
2	José Teodoro Garcia Boyol	Portuguesa	Vice-Presidente
3	Almerindo Aniceto Fernandes Fonseca	Cabo-Verdiana	Administrador
4	Bruno Renato Custódio Inglês	Angolana	Administrador
5	Pedro Paulo Louro Palhares	Angolana	Administrador
6	Lara da Mota Boyol	Angolana	Administrador
7	Sandro da Cunha Pereira Africano	Angolana	Administrador
8	Pedro Cláver da Costa Furtado	Angolana	Administrador Não Executivo
9	Guy René André de Clerq	Francesa	Administrador Não Executivo

##### Comissão Executiva

Nº	Nacionalidade	Cargo	
1	Mário Abílio Moreira Palhares	Angolana	Presidente
2	José Teodoro Garcia Boyol	Angolana	Vice-Presidente
3	Almerindo Aniceto Fernandes Fonseca	Cabo-Verdiana	Administrador
4	Sandro da Cunha Pereira Africano	Angolana	Administrador
5	Pedro Paulo Louro Palhares	Angolana	Administrador
6	Lara da Mota Boyol	Angolana	Administrador
7	Bruno Renato Custódio Inglês	Angolana	Administrador

##### Conselho Fiscal

Nº	Nacionalidade	Cargo	
1	Luis Manuel Neves	Angolana	Presidente
2	Licínio Manuel Menezes de Assis	Angolana	1º Vogal
3	Dina Maria Leote de Oliveira	Angolana	2º Vogal

#### Empresas subsidiárias e associadas

Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL  
 BNI Europa, S.A.  
 Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Em 31 de Dezembro de 2015, o montante global de activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

	AKZ'000				Total
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	
<b>Activo</b>	<b>13 964</b>	<b>144 433</b>	<b>2 366 472</b>	<b>9 151 895</b>	<b>11 656 764</b>
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	1 280 180	6 342 087	7 622 267
Crédito total (Nota 8)	13 964	144 433	-	-	158 397
Outros valores (Nota 9)	-	-	1 086 292	2 789 808	3 876 100
<b>Passivo</b>	<b>1 937 101</b>	<b>155 474</b>	<b>232 882</b>	<b>732 767</b>	<b>3 058 224</b>
Depósitos (Nota 12)	1 937 101	155 474	232 882	732 767	3 058 224

	USD'000				Total
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	
<b>Activo</b>	<b>103</b>	<b>1 067</b>	<b>17 489</b>	<b>67 486</b>	<b>86 145</b>
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	9 461	46 869	56 330
Crédito total (Nota 8)	103	1 067	-	-	1 170
Outros valores (Nota 9)	-	-	8 028	20 617	28 645
<b>Passivo</b>	<b>14 315</b>	<b>1 149</b>	<b>1 721</b>	<b>5 415</b>	<b>22 600</b>
Depósitos (Nota 12)	14 315	1 149	1 721	5 415	22 600

Em 31 de Dezembro de 2014, o montante global de activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

	AKZ'000				Total
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	
<b>Activo</b>	<b>17 764</b>	<b>135 560</b>	<b>-</b>	<b>4 195 485</b>	<b>4 348 809</b>
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	4 195 485	4 195 485
Crédito total (Nota 8)	17 740	135 560	-	-	153 300
Outros valores (Nota 9)	24	-	-	-	24
<b>Passivo</b>	<b>3 308 740</b>	<b>452 396</b>	<b>165 823</b>	<b>514 544</b>	<b>4 441 503</b>
Depósitos (Nota 12)	3 308 740	452 396	165 823	514 544	4 441 503

	USD'000				Total
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	
<b>Activo</b>	<b>173</b>	<b>1 318</b>	<b>-</b>	<b>40 787</b>	<b>42 278</b>
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	40 787	40 787
Crédito total (Nota 8)	173	1 318	-	-	1 491
Outros valores (Nota 9)	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>32 166</b>	<b>4 398</b>	<b>1 613</b>	<b>5 002</b>	<b>43 179</b>
Depósitos (Nota 12)	32 166	4 398	1 613	5 002	43 179

Em 31 de Dezembro de 2015, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

	AKZ'000				Total
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	
<b>Proveitos</b>	<b>66 518</b>	<b>7 527</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74 045</b>
Credito (Nota 20)	66 518	7 527	-	-	74 045
<b>Custos</b>	<b>39 904</b>	<b>5 273</b>	<b>6 418</b>	<b>18 076</b>	<b>69 671</b>
Depósitos (Nota 21)	39 904	5 273	6 418	18 076	69 671

	USD'000				Total
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	
<b>Proveitos</b>	<b>550</b>	<b>62</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>612</b>
Credito (Nota 20)	550	62	-	-	612
<b>Custos</b>	<b>330</b>	<b>44</b>	<b>53</b>	<b>149</b>	<b>576</b>
Depósitos (Nota 21)	330	44	53	149	576

Em 31 de Dezembro de 2014, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

	AKZ'000				Total
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	
<b>Proveitos</b>	<b>3 249</b>	<b>560</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 809</b>
Credito (Nota 20)	3 249	560	-	-	3 809
<b>Custos</b>	<b>8 486</b>	<b>1 166</b>	<b>49</b>	<b>1 616</b>	<b>11 317</b>
Depósitos (Nota 21)	8 486	1 166	49	1 616	11 317

	USD'000				Total
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	
<b>Proveitos</b>	<b>33</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39</b>
Credito (Nota 20)	33	6	-	-	39
<b>Custos</b>	<b>86</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>115</b>
Depósitos (Nota 21)	86	12	0	16	115

# Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

## 34. Garantias e Outros Compromissos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Responsabilidades perante terceiros</b>	<b>34 830 425</b>	<b>257 403</b>	<b>32 033 407</b>	<b>311 419</b>
Garantias prestadas	28 560 348	211 066	20 526 369	199 551
Compromissos assumidos perante terceiros	6 270 077	46 337	11 507 038	111 868

Os montantes de garantias prestadas são apresentados como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Garantias prestadas</b>	<b>28 560 348</b>	<b>211 066</b>	<b>20 526 369</b>	<b>199 551</b>
Garantias prestadas	16 640 479	122 976	13 855 132	134 695
Crédito documentário	11 919 869	88 090	6 671 237	64 856

As garantias e os avals prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os Créditos Documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, emitidos a requerimento e de acordo com as instruções dos seus clientes, para pagar/mandar pagar determinado montante ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os montantes de Responsabilidades por prestações de garantias são apresentados como segue:

	2015 AKZ'000	2015 USD'000	2014 AKZ'000	2014 USD'000
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>	<b>(11 080 339)</b>	<b>(81 886)</b>	<b>(16 073 844)</b>	<b>(156 265)</b>
Serviços prestados por terceiros	(26 195 838)	(193 592)	(23 179 080)	(225 339)
Depósito e guarda de valores	(26 195 838)	(193 592)	(23 179 080)	(225 339)
<b>Serviços prestados pela instituição</b>	<b>15 115 499</b>	<b>111 706</b>	<b>7 105 236</b>	<b>69 074</b>
Depósito e guarda de valores	13 045 948	96 412	5 470 160	53 179
Cobrança	2 069 551	15 294	1 635 076	15 895

Os compromissos assumidos perante terceiros representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente requerem o pagamento de uma comissão.

## 35. Eventos Subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, verificou-se uma desvalorização acentuada da taxa de câmbio USD/AKZ na ordem dos 15 pontos percentuais, tendo a taxa de câmbio atingido o 155,616 a 1 de Janeiro de 2016.

Se tal acto tivesse ocorrido a 31 de Dezembro de 2015, o Activo teria desvalorizado cerca de AKZ 11 713 105 milhares, o Passivo AKZ 12 340 412 milhares e o impacto nos Fundos próprios seria de AKZ 627 307 milhares.

De referir que, a Comissão Executiva foi nomeada por um período transitório e será alterada na próxima reunião do Conselho de Administração em 2016.

## Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe para deliberação da Assembleia-Geral a seguinte aplicação de resultados:

- 20% para Reserva legal (AKZ 249 403 milhares);
- 80% para Resultados transitados (AKZ 997 611 milhares).

# Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do  
Banco de Negócios Internacional, S.A.

## Relatório do Auditor Independente

*Relatório sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas*

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco de Negócios Internacional, S.A. que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015 que evidencia um total de 234.099.969 milhares de Kwanzas, e um capital próprio consolidado de 23.026.212 milhares de Kwanzas, o qual inclui um resultado líquido consolidado do exercício no montante de 1.294.611 milhares de Kwanzas, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada de mutações dos fundos próprios e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário e outras disposições específicas emitidas pelo Banco Nacional de Angola, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas, com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude ou a erro. Ao efectuar essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Banco de Negócios Internacional, S.A. em 31 de Dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário e outras disposições específicas emitidas pelo Banco Nacional de Angola.

### Outros Assuntos

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos atenção para o facto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para efeitos comparativos, terem sido examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu o respectivo Relatório do Auditor Independente, sem reservas, com data de 08 de Abril de 2015.

Por PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda.

*Ricardo Santos*

Ricardo Santos  
Partner

Luanda, 03 de Junho de 2016

# Parecer do Conselho Fiscal

BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A.

## Parecer do Conselho Fiscal

1. Dando cumprimento ao mandato que V.Exas. nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no país, nomeadamente da Lei nº 1/04, de 13 de Fevereiro de 2004, Das Sociedades Comerciais, submetemos à apreciação de V.Exas. o parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, relativos ao "Grupo BNI", constituído, para efeitos de Consolidação, pelo **BNI - BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A.** e a **FACILCRED - Sociedade de Microcrédito, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado, que apresenta um total do Activo de 234.099.969 milhares de AKZ, Passivo de 211.073.761 milhares de AKZ e um total de Fundos Próprios de 23.026.212, incluindo um resultado líquido do exercício de 1.294.611 milhares de AKZ, a Demonstração de Resultados consolidada, a Mutação nos Fundos Próprios, Demonstração do Fluxo de Caixa e as respectivas Notas.

2. Para o exercício em análise o "Grupo BNI", foi autorizado pelo **BNA - BANCO NACIONAL DE ANGOLA** a não consolidar no Grupo as contas do **BNI - EUROPA** nos termos da carta ref. nº 1959/DSI/16, datado 02/06/16.

3. O Conselho Fiscal acompanhou as actividades desenvolvidas durante o exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2015, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que se julgaram pertinentes, além de observar demais procedimentos tidos como indispensáveis.

4. A actividade do "Grupo BNI", relativamente ao exercício económico de 2015, caracterizou-se por uma estratégia de consolidação das suas estruturas hierárquicas e funcionais e no desenvolvimento das actividades Comerciais que caracterizam a abrangência das duas unidades, tendo em conta os Planos de Actividades relativos ao exercício em referência.

5. Com base no resultado da fiscalização exercida nos moldes referidos no parágrafo 2 acima consideramos que:

i. Os documentos de prestação de contas consolidados preparados pelo Conselho de Administração, em nosso entender, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo nº 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo BNA, com as actualizações introduzidas pela Directiva nº 04/DSI/2011, conjugado com o Aviso nº 15/07, do BNA, de 12 de Setembro, e descrevem sumariamente a actividade desenvolvida pelo "Grupo BNI" e ajudam a interpretar os resultados apurados, na medida em que evidenciam os factos mais relevantes e os factores que para eles contribuíram;

ii. As políticas e processos em vigor nas matérias de governação corporativa respeitam os princípios estabelecidos no artigo 5º e a permanente realização dos objectivos estabelecidos no artigo 4º, ambos do Aviso nº 1/2013, de 19 de Abril, do BNA;

iii. As políticas e processos instituídos no âmbito do sistema de controlo interno respeitam os princípios estabelecidos no artigo 5º e a permanente realização dos objectivos estabelecidos no artigo 4º, ambos do Aviso nº 2/2013, de 19 de Abril, do BNA;

iv. As informações constantes no Relatório e Contas a que o presente parecer se reporta são verdadeiras e apropriadas, de acordo com as disposições estabelecidas no artigo 1º do Instrutivo nº 1/2013, de 22 de Março, do BNA;

v. Não tomamos conhecimento de qualquer outra situação ou deliberação que fosse contrária às normas em vigor e que possam pôr em causa a razoabilidade das Demonstrações Financeiras apresentadas.

6. Assim, com base no exposto, e considerando que os documentos referidos em #1 permitem, no seu conjunto, a compreensão da situação financeira e dos resultados do "Grupo BNI", é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira Patrimonial, do "Grupo BNI" naquela data, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.

O Conselho Fiscal recomenda, para o exercício económico para 2016:

(i) O reforço e continuidade de políticas de gestão prudentes dada as limitações actuais do mercado, particularmente, devido à baixa liquidez; a diminuição de divisas no mercado e a reorganização das empresas que devido à necessidade de cumprirem com os novos requisitos fiscais passam a ter obrigações que poderão influir nas carteiras de depósitos e outras transacções com o Banco;

(ii) O Asseguramento do controlo da carteira de crédito, através das reavaliação da carteira actual de créditos e futuros, que poderá condicionar o seu cumprimento que no exercício económico de 2016 o Banco irá reportar imparidades nos termos metodológicos para a constituição de provisões estabelecidos no instrutivo nº 02/2015 de 14 de Janeiro;

(iii) Submeter e aprovar pelos accionistas o modelo de imparidades em face do impacto que os ajustamentos resultantes das provisões poderão reflectir no património do Banco e especificamente no resultado contabilístico e fiscal;

(iv) Garantir o eficiente cumprimento dos impostos legislados para as operações bancárias e, considerando a obrigatoriedade de consolidação de contas a elaboração do dossier preços de transferências conforme Decreto- Lei 147/13.

(v) Reforço e consolidação dos aspectos relacionados com o Corporate Governance e Controlo Interno, tendo em conta os estabelecidos no Aviso nº 1/2013 de 23 de Março e nº 2/2013 de 19 de Abril do Banco Nacional de Angola, incluindo os aspectos de Compliance e Risco (Despacho 14/13, de 24 de Julho), e da Política de Provisão, tendo em conta a conjuntura actual do mercado financeiro em Angola;

(vi) Reforço e consolidação dos critérios que regulamentam as actividades das Instituições de Microcrédito, concretamente o Aviso nº8/11 e o Aviso nº7/2012, do BNA.

Luanda, aos 03 de Junho de 2016.

O Conselho Fiscal



Luís Inês  
(Presidente)

Lúcia de Assis  
(1ª Vice)

Dina Lente  
(2ª Vice)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS BNI**  
www.bni.ao



Banco **BNI**  
Paixão pelo futuro





